CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas

Comentários do Desempenho Consolidado 2019

Introdução

Em 31 de julho 2020, foram finalizados os relatórios finais de apuração independente da frente contábil e investigativa. Tais relatórios foram preparados pela Comissão Especial de Apuração, instalada pelo Conselho de Administração para avaliação dos indícios de distorções contábeis. Em função dos impactos significativos e adversos nos resultados da Companhia apontados em tais relatórios, a Companhia, a fim de conferir maior transparência e manter o mercado devidamente informado, optou por divulgar a melhor informação que tinha conhecimento. Desse modo, a Companhia divulgou, em 3 de agosto de 2020, demonstrações financeiras preliminares e não auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com a ressalva de que as informações constantes de tais demonstrações financeiras estariam sujeitas a alterações em decorrência dos trabalhos de auditoria.

Concluídos os trabalhos de auditoria, as demonstrações financeiras finais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro apresentaram variações em relação às informações divulgadas preliminarmente. Abaixo listamos as principais variações incorporadas nas demonstrações dos resultados consolidadas em relação às demonstrações financeiras não auditadas:

i) Lucro líquido do exercício de 2018 reduzido em R$ 11.820, principalmente por ajustes negativos na Receita liquida de vendas R$4.938 e correções no cálculo das provisões de imposto de renda com incremento de R$5.922; e

ii) Lucro líquido do exercício de 2019 reduzido em R$48.964 principalmente por ajustes negativos de R$ 51.400 na Receita líquida de vendas devido a aumentos nas provisões de taxas de embarques em R$23.210, cancelamentos de contratos de R$9.499 e repasses a fornecedores de R$18.011; aumentos nas Despesas Gerais e Administrativas de R$ 14.424 em decorrência de ajustes nas provisões de encargos sociais e custos adicionais com auditoria externa; melhoria nos resultados financeiros em R$ 10.919 e impactos de R$6.428 de redução na provisão de imposto de renda e contribuição social relativos aos ajustes finais listados acima.

As demonstrações de fluxos de caixa consolidados não apresentaram modificações na Redução (aumento) de caixa e equivalente de caixa líquidos, para os exercícios de 2018 e 2019, mas foram incorporadas ajustes e reclassificações finais nas diversas linhas das referidas demonstrações:

i) Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais do exercício de 2018 aumentado em R$26.353, aumento de R$ 55.904 no Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento e aumento de R$ 22.613 no Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento principalmente por reclassificações entre linhas; e

ii) Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais do exercício de 2019 aumentado em R$51.217, redução de R$ 139.158 no Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento e redução de R$ 190.375 no Caixa líquido gerado nas atividade de financiamento, principalmente pela reclassificação dos valores remanescentes a pagar das aquisições como atividades de financiamento e reclassificação de aumentos de capital no processo de aquisições como atividades de investimento.

Comentários sobre principais indicadores financeiros

(Em R$ Mil)	2019	2018 reapresentado	Var. %
Receita líquida de vendas	1.709.456	1.532.025	11,581%
Lucro bruto	1.569.855	1.407.197	11,56%
Lucro antes do resultado financeiro	276.502	447.512	-38,2%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.584	253.083	-75,7%
Lucro líquido do exercício	(1.865)	123.401	n.a.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas da companhia atingiu R$1,71 bilhão em 2019, um crescimento de 11,6%. Tal evolução deve-se principalmente à aquisição dos ativos na Argentina (ao final de 2018) bem como da Esferatur no Brasil (em abril de 2019).

Lucro Bruto

O custo de serviços prestados atingiu R$140 milhões em 2019, apresentando um crescimento de 11,8% em comparação a 2018 e, portanto, em linha com o crescimento da receita líquida, que resultou na manutenção da margem bruta da companhia em 91,8% em 2019, comparada a 91,9% em 2018. O lucro bruto totalizou R$1,57 bilhão em 2019, um crescimento de 11,6% em comparação a 2018.

Despesas Operacionais

Despesas de vendas: as despesas com vendas atingiram R$291,6 milhões, um crescimento de 24,1% em comparação a 2018, em função de maiores gastos com marketing.

Perda Estimada por valor recuperável: as despesas com perdas estimadas atingiram R$47,8 milhões, um aumento de 27,2% em comparação a 2018, em função do aumento da carteira própria de financiamento e de uma política de provisionamento para perdas mais conservadora.

Despesas Gerais e Administrativas: as despesas gerais e administrativas cresceram 16,5% em 2019 em comparação a 2018, totalizando R$673,9 milhões, devido a maior estrutura administrativa advinda das aquisições feitas no período e aumento do custo de mão de obra pelos ajustes salariais no período.

Depreciação e Amortização: as despesas com depreciação e amortização aumentaram 33,5% em 2019 em comparação a 2018, totalizando R$151,9 milhões, em função do aumento da base de ativos pelas aquisições realizadas no período e pelo maior volume de investimentos feitos, principalmente na digitalização da Companhia.

Outras despesas operacionais, líquidas: outras despesas operacionais totalizaram R$128,2 milhões em 2019 em comparação a um ganho de R$4,5 milhões em 2018, em função dos gastos e perdas relacionados à Avianca que ocorreram em 2019, bem como aumento com gastos para provisão de contingências no período devido o aumento de processos cíveis; efeitos estes parcialmente mitigados pela reversão de passivo contingente da empresa adquirida anteriormente – a Trend.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$214,9 milhões em 2019 em comparação a R$194,4 milhões em 2018, devido principalmente ao aumento do endividamento líquido médio da Companhia no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social líquido em 2019 totalizou uma despesa de R$63,4 milhões, em comparação a R$129,2 milhões em 2018.

Lucro Líquido do Exercício

Consequentemente, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R$1,9 milhões em 2019 comparado a um lucro líquido de R$123,4 milhões em 2018.

Demonstrações financeiras

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Balanços patrimoniais 8
Demonstrações dos resultados 10
Demonstrações dos resultados abrangentes 11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12
Demonstrações dos fluxos de caixa 13
Demonstrações dos valores adicionados 15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 16

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

Santo André – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota 2.3 que descreve que em decorrência da pandemia relativa ao COVID-19 que se disseminou no início do exercício de 2020, o segmento de viagens e turismo foi significativamente afetado com severos reflexos nas atividades da Companhia e suas controladas, bem como impactou significativamente na geração de receitas e caixa no curto prazo. Adicionalmente, a referida nota, indica que o rating da Companhia foi rebaixado para Br CCC- pela agência de rating Standard & Poor's, e que a não divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 nos prazos legais, fez com que a Administração da Companhia apresentasse pedido de waiver pelo não cumprimento desta obrigação não financeira. Os planos da Companhia consistem substancialmente em realização de aumento de capital e negociação com os debenturistas para repactuação dos vencimentos previstos para 2020, conforme citado na nota explicativa 31. Essas ações, nem todas sob controle da Companhia, indicam a existência de incerteza

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência de terem sido identificadas distorções, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017), e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in accounting Estimates and Errors) e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras (IAS 1 – Presentation of financial statements). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receitas – avaliação dos impactos estimados do resultado da identificação de distorções e investigação efetuada

Veja a Nota 2.11, 4 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas de venda da Companhia são originadas pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reservas de hotéis e cruzeiros marítimos, entre outros serviços turísticos. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reservas de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como exige um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação. Conforme divulgado na nota explicativa 4, ao longo do processo de preparação de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constatou indícios de erros que a levou a dar início a um amplo processo de	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • realização de reuniões periódicas com a Comissão Especial de Apuração para discutir a estratégia, o escopo e a evolução dos principais assuntos relacionados à investigação; • avaliação da independencia, objetividade e qualificação do time de investigação, bem como do escopo, procedimentos e plano de trabalho da investigação; • avaliação da existência de suspeita de não conformidade com leis e regulamentos sobre os indivíduos que fornecem representação sobre as demonstrações contábeis; • avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas

apuração das causas, e que permitiu a identificação de falhas em sua escrituração contábil e em seus sistemas, processos e controles internos, que resultaram em distorções em determinadas contas contábeis da área de receitas em decorrência de atos praticados com indícios de fraude contábil, com impactos no período em curso e ainda ensejando a reapresentação dos valores correspondentes apresentados para fins de comparação. Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria devido à necessidade de exercício de alto grau de julgamento na determinação e na conclusão quanto ao escopo da investigação, dos procedimentos e técnicas forense empregadas, bem como na determinação dos impactos estimados do resultado da investigação e divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	de forense, do entendimento da suspeita de não conformidade, do escopo, inclusive a abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos procedimentos de investigação realizados pela equipe de investigação, aos critérios de coleta, processamento e custódia de dados eletrônicos e entendimento da seleção e das abordagens de entrevistas; • avaliação, em base amostral, de receita de vendas de pacotes turísticos, passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reservas de hotéis, entre outros serviços turísticos, para verificação do correto momento em que a receita deve ser reconhecida; • avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos; • avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigações junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados; e • avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas ao assunto consideram as informações relevantes. As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reservas de hotéis alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e consequentemente ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram o reconhecimento de receita, os quais foram registrados pela Companhia, bem como algumas diferenças não ajustadas, as quais foram consideradas imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o reconhecimento da receita, no tocante à avaliação dos impactos estimados do resultado da identificação das distorções e investigação efetuada, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura	
Veja a Nota 2.13 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes de ágio por expectativa de rentabilidade futura em combinações de negócios que deve ser testado com relação à redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolve premissas tais como: (i) o EBITDA e a respectiva taxa de crescimento anual; (ii) perpetuidade; e (iii) a taxa de desconto baseada no custo médio de capital (WAAC). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para projeção do fluxos de caixa futuros estimados, bem como sensibilização dessas principais premissas com base em informações externas (crescimento esperado para o mercado em que a Companhia atua e taxa de inflação) e dados históricos, e consequente recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, determinados pela Companhia, através da apuração de um intervalo para avaliar a razoabilidade da estimativa contábil; e - Avaliamos se estão adequadas as divulgações feitas nas demonstrações financeiras relacionadas ao assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o valor em uso das unidades geradoras de caixa, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Determinação do valor justo da contraprestação transferida e dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios	
Veja a Nota 2.5, 2.7 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia adquiriu o controle das empresas Avantrip.com S.R.L., Servicios de Viaje Y Turismo Biblos e Ola S.A. durante o exercício de 2018, e o controle das empresas Esferatur Passagens e Turismo S.A. e Santa Fé Investment Holding B.V. (“Grupo Almundo”) durante o exercício de 2019. A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilizar cada combinação de negócios. Durante o período de mensuração, a determinação do valor justo da contraprestação transferida e dos ativos	Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Análise dos documentos (principalmente contratos) relacionados a essas combinações e as metodologias utilizadas (MPEEM, custo de reprodução e *Relief from Royalties*) pela Companhia no processo de identificação e na mensuração dos intangíveis, com base em nosso conhecimento sobre a indústria e mercados em que a adquirida opera. - Avaliação (i) das informações contábeis-financeiras

identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos envolveu o uso de premissas tais como: (i) mensuração do valor da carteira de clientes (método: *Multi-period Excess Earnings Method – MEEM*), (ii) mensuração da mais valia de softwares/websites (método de custo de reprodução); e (iii) montante hipotético que seria economizado em pagamentos de royalties pela utilização da marca durante sua vida útil (método: *Relief from Royalties*). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor justo da contraprestação transferida e ativos líquidos adquiridos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	das entidades adquiridas e, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas e em avaliação de ativos, (ii) das principais premissas utilizadas para determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e da contraprestação contingente; - Avaliamos se estão adequadas as divulgações feitas nas demonstrações financeiras relacionadas ao assunto. Durante a nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a determinação do valor justo da contraprestação transferida e dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios, os quais foram registrados pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriada a determinação do valor justo da contraprestação transferida e dos ativos intangíveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1 de janeiro de 2018 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 4, e reapresentados foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações (ou mencionar as ressalvas), com data de 31 de agosto de 2020. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

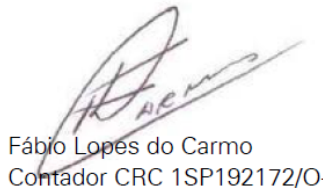
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 01 de janeiro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			Consolidado		
Ativo	**Notas**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Circulante			**reapresentado**	**reapresentado**		**reapresentado**	**reapresentado**
Caixa e equivalentes de caixa	6	122.385	270.088	271.919	365.724	344.497	332.020
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	-	29.634	1.217	-	30.427	1.389
Contas a receber de clientes	7	2.330.478	2.354.749	1.856.627	3.083.301	3.011.702	2.375.321
Adiantamentos a fornecedores	8	586.295	598.571	441.626	719.272	669.836	492.681
Despesas antecipadas	9	69.965	74.184	84.880	79.285	84.397	90.641
Impostos a recuperar		94.494	132.221	86.277	152.415	165.473	90.810
Contas a receber partes relacionadas	21.1	627.678	309.623	202.407	-	-	-
Outras contas a receber		23.230	20.853	10.907	84.272	24.789	13.040
Total do ativo circulante		**3.854.525**	**3.789.923**	**2.955.860**	**4.484.269**	**4.331.121**	**3.395.902**
Ativo de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	999
Não circulante							
Contas a receber aquisição investida - partes relacionadas	21.1	-	-	8.032	12.211	7.073	8.032
Empréstimos - partes relacionadas	21.1	-	221.631	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.1	22.896	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	9	4.988	395	247	5.011	395	247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	174.007	159.529	61.781	334.629	296.093	204.215
Depósitos judiciais	17.1	78.261	75.250	41.222	89.981	82.311	41.222
Outras contas a receber		4.147	7.176	1.540	62.280	9.156	14.893
Investimentos	11	929.517	163.361	539.642	-	756	-
Ativo imobilizado		32.127	21.303	11.879	66.064	39.068	28.247
Ativo intangível	12	435.133	429.787	124.457	1.756.291	1.075.297	982.542
Direito de uso de arrendamento	16	48.247	-	-	87.493	-	-
Total do ativo não circulante		**1.729.323**	**1.078.432**	**788.800**	**2.413.960**	**1.510.149**	**1.279.398**
Total do ativo		**5.583.848**	**4.868.355**	**3.744.660**	**6.898.229**	**5.841.270**	**4.676.299**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 01 de janeiro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			Consolidado		
Passivo e Patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Circulante			**reapresentado**	**reapresentado**		**reapresentado**	**reapresentado**
Empréstimos	14	311.744	503.235	64.498	312.529	553.520	94.588
Debêntures	15	612.506	56.980	154.163	612.506	56.980	154.163
Instrumentos financeiros derivativos	5.1.3	3.495	10.706	14.050	4.564	10.951	14.050
Fornecedores	13	554.482	511.912	329.560	1.021.503	704.638	566.999
Contas a pagar - partes relacionadas	21.1	150.247	54.451	12.553	3.398	1.755	2.653
Contas a pagar aquisição investidas - partes relacionadas	21.1	77.272	63.902	45.457	86.332	67.777	45.457
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	22	1.616.834	1.622.491	1.364.273	1.956.829	1.902.167	1.589.080
Salários e encargos sociais		40.302	61.376	43.020	80.341	92.913	77.902
Imposto de renda e contribuição social correntes		88.630	102.161	77.770	107.285	126.287	77.770
Impostos e contribuições a pagar		36.424	29.601	12.325	55.786	41.484	35.060
Dividendos a pagar e JSCP		56.493	3.839	12.237	56.493	3.839	12.237
Contas a pagar de aquisição de controlada	19.1	3.254	4.163	4.073	3.254	4.163	4.073
Passivo de arrendamento	16	12.544	-	-	19.103	-	-
Outras contas a pagar		123.968	104.669	58.518	164.400	154.527	102.352
Total do passivo circulante		**3.688.195**	**3.129.486**	**2.192.497**	**4.484.323**	**3.721.001**	**2.776.384**
Passivo de operações descontinuadas		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	60
Não circulante							
Empréstimos	14	-	-	13.712	-	4.090	13.712
Debêntures	15	906.314	798.910	648.831	906.314	798.910	648.831
Contas a pagar aquisição investidas - partes relacionadas	21.1	58.815	66.234	101.224	126.954	129.280	101.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.3	-	-	-	56.095	17.465	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	17	57.198	45.084	30.597	371.317	357.450	398.919
Contas a pagar de aquisição de controlada	19.1	61.806	59.008	58.013	61.806	59.008	58.013
Passivo de arrendamento	16	39.370	-	-	74.263	-	-
Outras contas a pagar		1.449	2.046	-	17.961	11.080	1.931
Total do passivo não circulante		**1.124.952**	**971.282**	**852.377**	**1.614.710**	**1.377.283**	**1.222.630**
Patrimônio líquido	20						
Capital social		663.236	533.448	486.370	663.236	533.448	486.370
Reservas de capital		(178.965)	(72.998)	(111.775)	(178.965)	(72.998)	(111.775)
Reservas de lucros		318.544	384.548	322.919	318.544	384.548	322.919
Outros resultados abrangentes		(20.923)	253	2.555	(20.923)	253	2.555
Ações em tesouraria		(11.191)	(77.664)	(283)	(11.191)	(77.664)	(283)
Patrimônio líquido		**770.701**	**767.587**	**699.786**	**770.701**	**767.587**	**699.786**
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	28.495	(24.601)	(22.561)
Total do patrimônio líquido		**770.701**	**767.587**	**699.786**	**799.196**	**742.986**	**677.225**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.583.848**	**4.868.355**	**3.744.660**	**6.898.229**	**5.841.270**	**4.676.299**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora Exercício findo em 31 de dezembro de		Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2019	2018 reapresentado	2019	2018 reapresentado
Receita líquida de vendas	23	1.202.457	1.068.136	1.709.456	1.532.025
Custo dos serviços prestados	24.1	(139.601)	(124.828)	(139.601)	(124.828)
Lucro bruto		**1.062.856**	**943.308**	**1.569.855**	**1.407.197**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	24.2	(178.481)	(164.184)	(291.630)	(235.062)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24.2	(37.954)	(25.609)	(47.807)	(37.585)
Despesas gerais e administrativas	24.2	**(411.093)**	**(362.000)**	**(825.710)**	**(692.040)**
Despesas gerais e administrativas	*24.2*	*(330.362)*	*(301.728)*	*(673.854)*	*(578.315)*
Depreciação e amortização	*24.2*	*(80.731)*	*(60.272)*	*(151.856)*	*(113.725)*
Equivalência patrimonial	11	(32.023)	14.638	-	485
Outras despesas operacionais, líquidas	24.2	(161.217)	(51.999)	(128.206)	4.517
Lucro antes do resultado financeiro		**242.088**	**354.154**	**276.502**	**447.512**
Resultado financeiro	25	(181.080)	(147.789)	(214.918)	(194.429)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**61.008**	**206.365**	**61.584**	**253.083**
Imposto de renda e contribuição social	18.1	**(64.912)**	**(80.546)**	**(63.449)**	**(129.223)**
Corrente		(79.229)	(92.004)	(87.894)	(139.675)
Diferido		14.317	11.458	24.445	10.452
Lucro líquido das operações em continuidade:		**(3.904)**	**125.819**	**(1.865)**	**123.860**
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)		-	-	-	(459)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(3.904)**	**125.819**	**(1.865)**	**123.401**
Atribuído a acionistas controladores				(3.904)	125.819
Atribuído a acionistas não controladores				2.039	(2.418)
(Prejuízo) Lucro por ação das operações em continuidade - básico (R$)	26			(0,03)	0,87
(Prejuízo) Lucro por ação das operações em continuidade - diluído (R$)	26			(0,03)	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
		reapresentado		reapresentado
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(3.904)	125.819	(1.865)	123.401
Efeito do *hedge* de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo	(4.878)	(3.750)	(4.878)	(5.669)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.659	1.275	1.659	1.928
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(17.957)	173	(17.957)	(634)
Resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes	**(21.176)**	**(2.302)**	**(21.176)**	**(4.375)**
Total dos resultados abrangentes	**(25.080)**	**123.517**	**(23.041)**	**119.026**
Atribuído a acionistas controladores			(25.080)	123.517
Atribuído a acionistas não controladores			2.039	(4.491)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital			Reserva de Lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes		Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva de pagamento baseado em ações	Reserva para aquisição de não controladores	Reserva por resultado de transações com acionistas	Reserva legal	Reserva capital de giro	Reserva de expansão	Reserva de retenção de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Hedge Fluxo de Caixa			
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (apresentado)		**486.370**	**104.994**	**(61.868)**	**(187.604)**	**30.146**	**84.264**	**84.264**	**251.413**	**(283)**	**-**	**-**	**2.555**	**794.251**	**434**	**794.685**
Ajustes		-	-	32.703	-	(6.359)	(22.652)	(22.652)	(75.504)	-	-	-	-	(94.465)	(22.993)	(117.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		**486.370**	**104.994**	**(29.165)**	**(187.604)**	**23.787**	**61.612**	**61.612**	**175.908**	**(283)**	**-**	**-**	**2.555**	**699.786**	**(22.561)**	**677.225**
Aumento de capital com emissão de ações	20.1	47.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.078	-	47.078
Outorga de opções ações	20.3	-	30.525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.525	-	30.525
Ágio em transações de capital		-	-	-	60.851	-	-	-	-	-	-	-	-	60.851	-	60.851
Efeito das ações em tesouraria nas opções de ações		-	(1.020)	-	-	-	-	-	-	1.020	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(78.638)	-	-	-	(78.638)	-	(78.638)
Aquisição de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício de opções através da alienação de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	237	-	-	-	237	-	237
Reversão de aquisição de não controladores		-	-	768	-	-	-	-	-	-	-	-	-	768	-	768
Reserva para aquisição de não controladores		-	-	(52.347)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.347)	-	(52.347)
Resultado líquido sobre hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.475)	(2.475)	(1.264)	(3.739)
Ajustes acumulado de conversão (CTA)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173	-	173	(807)	(634)
Aquisição de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.449	2.449
Juros sobre Capital Próprio	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.352)	-	-	(60.352)	-	(60.352)
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	6.291	-	-	-	-	(6.291)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.839)	-	-	(3.839)	-	(3.839)
Retenção de lucro		-	-	-	-	-	-	-	55.337	-	(55.337)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	125.819	-	-	125.819	(2.418)	123.401
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		**533.448**	**134.499**	**(80.744)**	**(126.753)**	**30.079**	**61.612**	**61.612**	**231.245**	**(77.664)**	**-**	**173**	**80**	**767.587**	**(24.601)**	**742.986**

	Notas	Capital Social	Reserva de Capital			Reserva de Lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes		Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva de pagamento baseado em ações	Reserva para aquisição de não controladores	Reserva por resultado de transações com acionistas	Reserva legal	Reserva capital de giro	Reserva de expansão	Reserva de retenção de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Hedge Fluxo de Caixa			
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (apresentado)		**533.448**	**138.243**	**(35.810)**	**(126.753)**	**43.660**	**84.264**	**84.264**	**443.985**	**(77.664)**	**-**	**173**	**129**	**1.087.939**	**27.163**	**1.115.102**
Ajustes		-	(3.744)	(44.934)	-	(13.581)	(22.652)	(22.652)	(212.740)	-	-	-	(49)	(320.352)	(51.764)	(372.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		**533.448**	**134.499**	**(80.744)**	**(126.753)**	**30.079**	**61.612**	**61.612**	**231.245**	**(77.664)**	**-**	**173**	**80**	**767.587**	**(24.601)**	**742.986**
Aumento de capital com emissão de ações	20.1	7.257	-	-	-	-	-	-	-	(605)	-	-	-	**6.652**	-	**6.652**
Outorga de opções ações	20.3	-	(35.270)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(35.270)**	-	**(35.270)**
Exercício de opção através de alienação de ações em tesouraria		-	(665)	-	-	-	-	-	-	665	-	-	-	**-**	-	**-**
Aquisição da participação de acionistas minoritários Trend		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	22.226	**22.226**
Aquisição de controlada Camden		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	752	**752**
Aquisição de controlada Esferatur	20.1	122.531	-	-	(14.314)	-	-	-	-	-	-	-	-	**108.217**	-	**108.217**
Ajustes acumulados de conversão (CTA)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.957)	-	**(17.957)**	1.713	**(16.244)**
Ágio em transações de capital		-	-	-	(22.226)	-	-	-	-	-	-	-	-	**(22.226)**	-	**(22.226)**
Reserva de aquisição de não controladores		-	-	(11.742)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(11.742)**	-	**(11.742)**
Resultado líquido sobre hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.219)	**(3.219)**	-	**(3.219)**
Aumento de capital em controlada – Parcela minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	26.367	**26.367**
Incentivo de Longo Prazo		-	(21.750)	-	-	-	-	-	-	66.413	-	-	-	**44.663**	-	**44.663**
Juros sobre Capital Próprio	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.101)	-	-	**(62.101)**	-	**(62.101)**
(Reversão) constituição de lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Retenção de lucro		-	-	-	-	-	-	-	(66.005)	-	66.005	-	-	**-**	-	**-**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.904)	-	-	**(3.904)**	2.039	**(1.865)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**663.236**	**76.814**	**(92.486)**	**(163.293)**	**30.079**	**61.612**	**61.612**	**165.240**	**(11.191)**	**-**	**(17.784)**	**(3.139)**	**770.701**	**28.495**	**799.196**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		reapresentado		reapresentado
(Prejuízo) Lucro líquido das operações em continuidade	(3.904)	125.819	(1.865)	123.860
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	-	-	-	(459)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(3.904)**	**125.819**	**(1.865)**	**123.401**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais				
Despesas de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido (nota 18.1)	64.912	80.546	63.449	129.223
Depreciação e amortização (nota 24.2)	80.731	60.272	151.856	113.725
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (nota 24.2)	37.954	25.609	47.807	37.585
Despesas com pagamentos baseados em ações	9.864	30.525	9.864	30.525
Juros e variações monetárias e cambiais	97.216	106.212	111.267	107.015
Equivalência patrimonial	32.023	(14.638)	-	(485)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	49.472	30.876	67.917	35.283
Reversão de passivo contingente, líquido de correção	-	-	(54.232)	(60.944)
Baixa de imobilizado e intangível	5.036	892	12.787	7.956
Outras provisões	-	25.992	-	30.547
	373.304	**472.105**	**408.850**	**553.831**
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber de clientes	(35.781)	(218.447)	(26.107)	(609.030)
Juros recebidos	22.098	32.460	24.175	30.529
Adiantamentos a fornecedores	12.276	(69.792)	(49.436)	(173.762)
Impostos a recuperar	37.727	(209.061)	13.058	(279.160)
Despesas antecipadas	(374)	17.523	1.685	6.787
Contas a receber - partes relacionadas	(318.055)	(128.384)	(5.138)	9.020
Outras contas a receber	(2.359)	(40.490)	(81.672)	(41.362)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	42.570	(35.460)	123.189	51.714
Captação de instrumentos derivativos	2.954	-	2.205	-
Liquidação de instrumentos derivativos	8.202	-	7.222	-
Contas a pagar - partes relacionadas	97.369	(3.051)	1.643	10.724
Contratos a embarcar antecipados	(5.657)	195.270	54.662	267.067
Salários e encargos sociais	(21.074)	3.226	(18.022)	10.391
Impostos e contribuições a pagar	1.216	177.077	6.177	217.544
Imposto de renda e contribuição social pagos	(92.761)	(85.679)	(106.896)	(121.176)
Dividendos recebidos de controladas	-	13.462	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(37.358)	(51.866)	(42.839)	(48.596)
Outras contas a pagar	10.727	43.053	(52.059)	37.523
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**95.024**	**111.946**	**260.697**	**(77.956)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos partes relacionadas	-	(221.631)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(22.896)	-	-	-
Ativo imobilizado	(17.490)	(5.534)	(32.264)	(18.353)
Ativo intangível	(74.615)	(46.665)	(95.404)	(71.434)
Aquisições de controladas	(63.212)	-	(228.365)	(67.359)
Aumento de capital em controlada	(279.563)	(82.200)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(457.776)**	**(356.030)**	**(356.033)**	**(157.146)**

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	709.021	200.000	709.021	200.000
Liquidação de debêntures	(62.891)	(150.000)	(62.891)	(150.000)
Captação de empréstimos	308.316	457.695	311.040	498.507
Liquidação de empréstimos	(502.725)	(71.197)	(559.885)	(100.576)
Aumento de capital no exercício de ações	-	47.078	-	47.078
Juros pagos *(a)*	(88.450)	(76.140)	(91.631)	(79.006)
Captação de instrumentos derivativos	-	(1.087)	-	(1.201)
Liquidação de instrumentos derivativos	28.377	(16.339)	29.640	(14.727)
Dividendos pagos	(3.839)	(72.589)	(3.839)	(72.589)
Aquisição de ações próprias	-	(78.638)	-	(78.638)
Reserva de incorporação de ação	-	-	-	1.981
Incorporação	-	16.304	-	-
Exercício de opções com alienação de ações em tesouraria	-	237	-	237
Aquisição de controladas	(160.506)	(13.979)	(190.437)	(13.979)
Pagamento de aluguéis – IFRS 16	(12.254)	-	(23.167)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**215.049**	**241.345**	**117.851**	**237.087**
Variação cambial caixa e equivalentes de caixa	-	908	(1.288)	10.492
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(147.703)**	**(1.831)**	**21.227**	**12.477**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	270.088	271.919	344.497	332.020
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	122.385	270.088	365.724	344.497

(a) Os juros pagos referem-se substancialmente aos custos de obtenção de recursos financeiros e retornos sobre investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
		reapresentado		reapresentado
1.Receitas	**1.255.041**	**1.112.067**	**1.794.435**	**1.610.896**
Receita bruta de vendas	1.292.995	1.137.676	1.842.242	1.648.481
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(37.954)	(25.609)	(47.807)	(37.585)
2.Insumos adquiridos de terceiros	**(495.711)**	**(328.683)**	**(639.008)**	**(435.729)**
Serviços de terceiros e outros	(356.110)	(203.855)	(499.407)	(310.901)
Custo dos serviços prestados	(139.601)	(124.828)	(139.601)	(124.828)
Valor adicionado bruto	**759.330**	**783.384**	**1.155.427**	**1.175.167**
3.Depreciação e amortização	(80.731)	(60.272)	(151.856)	(113.725)
4.Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**678.599**	**723.112**	**1.003.571**	**1.061.442**
Resultado de equivalência patrimonial	(32.023)	14.638	-	485
5.Valor adicionado recebido em transferência	**646.576**	**737.750**	**1.003.571**	**1.061.927**
Receitas financeiras	35.380	61.825	37.871	63.949
Valor adicionado total a distribuir	**681.956**	**799.575**	**1.041.442**	**1.125.876**
Valor adicionado distribuído	(681.956)	(799.575)	(1.041.442)	(1.125.876)
6.Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**(224.332)**	**(230.933)**	**(474.098)**	**(421.363)**
Remuneração direta	(124.285)	(125.890)	(310.810)	(274.442)
Plano de pagamento baseado em ações	(41.856)	(62.856)	(43.093)	(62.856)
Benefícios	(27.197)	(18.431)	(59.724)	(46.391)
Encargos sociais	(30.994)	(23.756)	(60.471)	(37.674)
Impostos, taxas e contribuições	**(179.338)**	**(170.894)**	**(236.083)**	**(292.905)**
Federais	(147.953)	(146.214)	(190.436)	(248.465)
Municipais	(31.385)	(24.680)	(45.647)	(44.440)
Juros e aluguéis	**(282.190)**	**(271.929)**	**(333.126)**	**(288.207)**
Juros	(148.490)	(191.358)	(184.290)	(140.604)
Taxa de cartão de crédito	(70.806)	(62.256)	(104.754)	(87.469)
Outras	(62.894)	(18.315)	(44.082)	(60.134)
7. Remuneração de capitais próprios	**3.904**	**(125.819)**	**1.865**	**(123.401)**
Dividendos pagos ou creditados aos sócios	-	(64.191)	-	(64.191)
Dividendos a pagar ou a creditar aos sócios	(62.101)	-	(62.101)	-
Constituição de reserva legal	-	(6.291)	-	(6.291)
Lucros retidos	66.005	(55.337)	66.005	(55.337)
Participação de não controladores nos lucros retidos			(2.039)	2.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("CVC" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Rua das Figueiras 501, em Santo André, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3. A CVC e suas controladas ("Grupo") têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo a intermediação, individualmente ou na forma agregada (pacotes turísticos), incluindo passagens aéreas, transporte terrestre, reservas de hotéis, passagens e fretamentos de cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural e profissional, entre outros.

A CVC também possui operações nos Estados Unidos através das marcas Trend Travel e VHC Hospitality, na Argentina através das marcas Almundo.com, Avantrip, Biblos, Quiero Viajes e Ola, além de possuir acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina e no Uruguai. Com a aquisição da Almundo pela controlada direta Submarino Viagens Ltda., a CVC expandiu suas operações para outros países da América Latina, como Colômbia e México.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são substancialmente oferecidos diretamente aos clientes por meio de prestadores de serviços independentes, de acordo com as premissas da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/08).

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo:

				Participação	
Controladas	**Tipo**	**Principal atividade**	**País-sede**	**2019**	**2018**
Submarino Viagens Ltda.	Direta	Serviços turísticos *online*	Brasil	100%	100%
Visual Turismo Ltda.	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
Trend Viagens e Turismo S.A. *(b)*	Direta	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	100%	90%
Shop Hotel Ltda. *(b)*	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	90%
TC World Viagens Ltda. *(b)*	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	90%
Esferatur Passagens e Turismo S.A. *(d)*	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	-
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda (e)	Indireta	Serviços turísticos *online*	Brasil	100%	-
Trend Travel LLC. *(b)*	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	90%
VHC Hospitality LLC. *(b)*	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	69%	27%
Camden Enterprises LLC. *(c)*	Indireta	Holding	Estados Unidos	56%	-
Santa Fe Investment Holding B.V. (e)	Indireta	Holding	Holanda	99,9%	-
Almundo.com S.R.L. (e)	Indireta	Serviços turísticos *online*	Argentina	100%	-
CVC Turismo S.A.U	Direta	Holding	Argentina	100%	100%
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A. (a)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	60,06%	60,06%
Avantrip.com S.R.L. (a)	Indireta	Serviços turísticos *online*	Argentina	60,06%	60,06%
Ola S.A. (a)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	60%	60%
São Paulo Real State S.A.R.L. (e)	Indireta	Holding	Luxemburgo	100%	-
TKT Mas Operadora S.A. (e)	Indireta	Serviços turísticos	México	100%	-
Advenio S.A. (e)	Indireta	Serviços turísticos	Uruguai	100%	-
Almundo.com S.A.S. (e)	Indireta	Serviços turísticos *online*	Colômbia	100%	-

(a) Participações adquiridas durante o ano de 2018. Para maiores informações, vide nota explicativa 10.2
(b) Grupo Trend – para maiores informações, vide nota explicativa 10.1.2
(c) Participação adquirida no primeiro trimestre de 2019. Para maiores informações, vide nota explicativa 10.1.1
(d) Participação adquirida no segundo trimestre de 2019. Para maiores informações, vide nota explicativa 10.1.3
(e) Participação adquirida no quarto trimestre de 2019. Para maiores informações, vide nota explicativa 10.1.4

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

2.3 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e debêntures, conforme os prazos divulgados na nota explicativa 5.1.3, e na nota explicativa 31 – Eventos Subsequentes.

A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 1.865 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, naquela data o passivo circulante consolidado excede o ativo circulante consolidado em R$ 54.

Conforme descrito na nota explicativa 31 – Eventos Subsequentes, a pandemia de Covid-19 teve grande impacto sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e receitas da Companhia e suas controladas, com significativo impacto na geração de receitas e caixa no curto prazo. Além disso, o rating da Companhia foi rebaixado para Br CCC- pela agência de *rating* Standard & Poor's, e a não divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 nos prazos legais, fez com que a Administração da Companhia apresentasse pedido de *waiver* pelo não cumprimento desta obrigação não financeira. O assunto foi objeto de discussão na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 03 de julho de 2020, a qual foi suspensa, tendo sido reaberta em 07 de agosto de 2020 e suspensa novamente, para ser retomada em 04 de setembro de 2020.

Adicionalmente, conforme divulgado na Nota explicativa 31, a Companhia assinou contrato de refinanciamento do empréstimo bancário descrito na Nota explicativa 14, com vencimento original em junho de 2020, o qual foi repactuado em 05 de março de 2020, e determinou novo vencimento para 2022 e 2023; e comunicou ao mercado em 09 de julho de 2020, a aprovação de aumento de capital que pode chegar a uma capitalização máxima de até R$ 700.000, a ser concluída até janeiro de 2021, conforme nota explicativa 31.4.

A Administração da Companhia já comunicou ao mercado o resultado do exercício do direito de preferência na subscrição de ações de emissão da Companhia, representando cerca de 90% do valor máximo do aumento de capital anunciado em 09 de julho de 2020, sem considerar o bônus de subscrição, conforme descrito na nota explicativa 31.4. Em 27 de agosto de 2019 foi encerrada a primeira rodada de distribuição das sobras, tendo sido subscritas 2.032.646 das ações, restando para a segunda e última rodada de subscrição de sobras 512.742 ações, equivalente a 2.2% restantes. Além disso, a Administração da Companhia encontra-se em negociação com os debenturistas para avaliar opções de repactuação dos vencimentos previstos para 2020, conforme nota explicativa 15, enquanto também avalia opções adicionais de outras captações alternativas ou no mercado financeiro, as quais são avaliadas como suficientes para suprir a redução de receitas e caixa até a normalização das atividades do Grupo.

Os eventos ou condições descritas acima, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos na realização dos seus ativos, principalmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, bem como os impostos diferidos, e cumprir com certas obrigações, pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4.1 Operações no exterior

Para as controladas do exterior que possuem moeda funcional distinta da Controladora, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Durante o ano de 2019, a Companhia, com o apoio de consultores externos, reavaliou a moeda funcional de suas controladas na Argentina, com efeito retrospectivo no ano de 2018. Com base nas orientações do CPC 02, concluiu-se que o dólar norte americano é a moeda do ambiente econômico no qual as controladas argentinas da CVC operam. Entende-se por “ambiente econômico principal” aquele onde uma entidade gera caixa pela condução de suas atividades e o consome mediante pagamentos de custos e despesas relacionados a essas atividades. Considerando que o dólar norte americano é base não somente da formação de preços de vendas e negociação com os clientes das empresas, mas também dos principais custos necessários às suas operações, entendeu-se que esta moeda é que melhor reflete as operações das controladas da Companhia naquele país.

Controladas	Moeda funcional
Trend Travel LLC.	Dólar
VHC Hospitality LLC.	Dólar
Camden Enterprises LLC.	Dólar
Santa Fe Investment Holding B.V.	Dólar
Almundo.com S.R.L.	Dólar
São Paulo Real State S.A.R.L.	Dólar
TKT Mas Operadora S.A.	Dólar
Advenio S.A.	Dólar

Almundo.com S.A.S.	Dólar
CVC Turismo S.A.U.	Dólar
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A.	Dólar
Avantrip.com S.R.L.	Dólar
Ola S.A.	Dólar

2.4.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício, no entanto, as diferenças cambiais resultantes de hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 2.11 – reconhecimento de receita: designação do Grupo como agente ou principal;
- Nota explicativa 16 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- Nota explicativa 17 – Provisões para demandas judiciais e administrativas, julgamento se o desembolso de caixa é remoto, possível ou provável.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 20.2 – Pagamento baseado em ações - premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações.

- Nota explicativa 5.3 – Valor justo de ativos e passivos financeiros – determinação do valor justo de ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos, a qual requer técnicas de avaliação, incluindo método de fluxo de caixa descontado.
- Nota explicativa 17 – Provisões para demandas judiciais e administrativas - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 12 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos demais ativos intangíveis.
- Nota explicativa 18 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 10 - Determinação do valor justo da contraprestação transferida e dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em uma combinação de negócios.

Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma retificação de erros (veja nota explicativa 4).

2.6 Base de consolidação e investimento em controlada

2.6.1 Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.6.2 Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.6.3 Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

2.6.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.7 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada no valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis e adquiridos. O grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos a valor justo. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos na adquirida. A Companhia avalia seus contratos de opção de venda de participação de não controladores descontados a valor presente, com registro dos efeitos no patrimônio líquido.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado.

Qualquer, ágio que surja na transação é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em uma compra vantajosa e é imediatamente reconhecido no resultado.

2.8 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, excetos os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a classificação (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.9 Ativo Intangível

2.9.1 Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.9.2 *Software* e *website*

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9.3 Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento.

2.9.4 Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*multi-period excess earnings method*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração.

Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes.

2.9.5 Marcas

O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de "*relief-from-royalty*". De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas.

2.9.6 Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

	Anos
Software e *website*	4-7
Contrato de exclusividade	10
Carteira de clientes	6-7
Marca	18-19
Acordo de não competição	4
Ágio	Indefinida

2.10 Imposto de renda e contribuição social

2.10.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

O IRPJ e CSLL são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, ou não circulante, de acordo com a previsão de realização.

2.10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Entretanto, IRPJ e CSSL diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O IRPJ e CSLL diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Receita de Contratos de Clientes

As principais fontes de receita da Companhia são:

a) Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (fretamento marítimo) que compreende a comercialização de cabines exclusivas de um navio para clientes residentes no Brasil;

b) Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e

c) Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e redes de hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho

Os serviços turísticos, exceto fretamento marítimo, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes. Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como ‘agente’ ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de ‘agente’, reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros.

Com relação ao resultado da avaliação para o produto denominado fretamento marítimo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de outra parte antes de transferir o controle para o cliente; portanto, a sua obrigação de desempenho é fornecer os próprios bens ou serviços aos seus clientes. Nesse sentido, o Grupo atua como ‘principal’ na operação.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Agente

O Grupo, quando atua como agente, reconhece:

a) a receita de intermediação no momento do embarque dos clientes que correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros, prestadores dos serviços turísticos; e

b) demais receitas de vendas, incluindo as operações onde o Grupo atua como consolidadora e as vendas realizadas pelos portais na internet (exceto venda de pacotes turísticos), são reconhecidas nas demonstrações de resultados no momento da venda.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Principal

O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma:

a) receita de venda das cabines e seus respectivos custos dos serviços prestados no momento do embarque.

Provisão para ajustes de margem

Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza provisão para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência.

2.12 Instrumentos financeiros

2.12.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

(i) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(ii) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

2.12.2 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos principalmente pelo contas a receber de clientes.

A entidade utiliza a abordagem geral para fins mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e o passageiro já tenha embarcado.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

2.12.2.1 Mensuração de perda de crédito esperadas no Grupo

A provisão para perdas esperadas (*impairment*), é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

A Companhia estima a provisão para perda de crédito esperada considerando: (i) o histórico de realização da carteira; e (ii) a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento.

2.12.2.2 Apresentação de *impairment*

Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas no resultado em perdas estimadas por valor recuperável de recebíveis

2.12.3 Desreconhecimento

2.12.3.1 Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem

transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

2.12.3.2 Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.12.3.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12.4 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Caso sejam identificados derivativos embutidos, estes são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

O Grupo designa seus derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

2.12.4.1 H*edge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* deverá ser apropriado do patrimônio líquido para a demonstração do resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

2.12.4.2 Contabilidade de *Hedge*

A Companhia adota a contabilidade de hedge ("*hedge accounting*") para as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo swap e NDF, tendo como objeto de hedge o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira.

2.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

2.13.1 Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.14 Benefícios a empregados

2.14.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.14.2 Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting* date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

2.14.3 Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

2.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

1- rendimento de aplicações financeiras,
2- juros ativos;
3- descontos financeiros obtidos;
4- encargos financeiros;
5- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
6- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
7- ganhos na remensuração a valor justo da participação pré-existente em uma entidade adquirida em uma combinação de negócio;
8- juros sobre contas a pagar sobre aquisição de controladas;
9- taxas de serviços financeiros;

10- imposto sobre operações financeiras (IOF);
11- juros passivos; e
12- ineficácia dos instrumentos de hedge reconhecida no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

1- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
2- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.16 Contratos de arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16, a partir de 1 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 e intepretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem

e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental de juros taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros real, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

1- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
2- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
3- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
4- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

O Grupo não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

2.17 Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis, decorrentes de suas operações, para os quais, com o apoio dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas, conforme determinadas a seguir:

2.17.1 Provisões Cíveis

As provisões cíveis são estimadas com base na média dos desembolsos históricos por processo.

2.17.2 Provisões Tributárias e Trabalhistas

As provisões tributárias e trabalhistas são estimadas considerando a natureza de cada processo, o risco de perda, e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos quanto ao valor do desembolso de caixa esperado.

3 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

3.1 Adoção inicial IFRS 16 / CPC 06(R2)

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IFRS 16 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(i) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, onde um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(ii) Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, incluindo imóveis e equipamentos de TI. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(iii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados.

No exercício de transição, para mensurar os saldos de passivos de arrendamento, o Grupo estimou os fluxos de pagamentos futuros, limitados ao vencimento individual de cada contrato de locação, descontando-os a valor presente pela taxa média de reajuste dos contratos em seu exercício de extensão. Considerando que todos os contratos analisados no escopo da aplicação da norma são contratos de alugueis que preveem indexação a índices de inflação e considerando também a definição da norma no sentido de que os fluxos não devem conter projeções de inflação, a Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros real, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. Esta definição de utilização de taxa de juros real, na avaliação da Companhia, é a que melhor reflete as características de seus contratos, com cláusulas de indexação anual, restando “incrementar” para mensuração do passivo, uma taxa de juros real.

Para reconhecimento das despesas com juros de cada contrato, foi considerada taxa mensal de 0,69%. Como premissas adicionais para o cálculo dos passivos de arrendamento, foram considerados os imóveis que possuíam prazo final de locação até 31 de dezembro de 2021 (três anos) e os locatários tinham a possibilidade de renovação: foi considerado um prazo adicional de renovação.

Para estimativa dos ativos de direito de uso, foram consideradas as seguintes premissas:

- Foram excluídos os custos iniciais para mensuração dos ativos de direitos de uso; e
- Foi exercida visão retrospectiva para determinar se os contratos continham opções de extensão ou rescisão.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

1- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
2- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
3- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
4- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(iv) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)/IAS 17

O Grupo arrenda diversos equipamentos de TI. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

Como arrendador

O Grupo não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

(v) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo ativos e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo.

Em milhares de Reais	**1º de janeiro de 2019**
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	96.274
Ativo fiscal diferido	-
Passivos de arrendamento	96.274
Lucros acumulados	-

3.2 IFRIC 23/ICPC 22

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Após à adoção da interpretação, a Administração da Companhia entende existirem posições fiscais incertas, particularmente relacionadas às diversas aquisições realizadas, as quais incluem deduções de amortização de ágio, sendo que as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Administração determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. As discussões a respeito deste tema para os anos de 2014 a 2016 estão demonstradas na nota explicativa 17.

3.3 Outras normas e pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Alterações às referências da estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de “negócio” (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de “materialidade” (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- IFRS 17 – Contratos de seguros.

4. Reapresentação de saldos correspondentes

A Companhia ajustou os saldos em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018, com o objetivo de (i) corrigir os erros de acordo com o CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) e (ii) ajustar os valores provisórios em relação às combinações de negócios de acordo com o CPC 15 (IFRS 3), conforme detalhado a seguir.

i) Combinação de negócios controladas argentinas

a) Aquisição OLA S.A. – Ajustes do período de mensuração

Reflete os efeitos do acervo líquido relacionado ao tratamento contábil de combinações de negócios provindos da aquisição da empresa Ola S.A., conforme nota 10.2.1.

De acordo com o CPC 15 - Combinação de Negócios, quando a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, o adquirente deve reportar em suas demonstrações financeiras os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Neste sentido, durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se reconhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.

Durante o período de mensuração, o adquirente também deve reconhecer, adicionalmente, ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas.

Durante o ano de 2019, foram finalizados os trabalhos realizados de *due dilligence*; nessa fase foram identificados ajustes que alteraram o valor do preço de compra da empresa Ola S.A., adquirida em 2018.

De acordo com os termos do contrato de compra e venda, uma parcela do preço inicial de aquisição pela participação de 60% na investida foi ajustada em R$ 9.802 aumentando a contraprestação transferida, e a contraprestação contingente em relação ao *earn out* (contraprestação contingente) foi reduzida em R$ 45.335.

Além disso, com base na conclusão dos procedimentos de *due dilligence* e na mensuração final do patrimônio líquido da investida foram reconhecidos ajustes em (i) aumento na conta de venda antecipada de pacotes turísticos" no montante de R$ 65.864 (ii) aumento na conta de provisões por riscos fiscais no montante de R$ 12.550, (iii) o correspondente impacto do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de R$ 3.137 (iv) redução da mais valia dos ativos intangíveis identificados no montante de R$ 10.532, (v) redução do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R$ 8.977, (vi) como resultado desses ajustes, o ágio aumentou em R$ 10.526.

b) Revisão das moedas funcionais das subsidiárias argentinas

A correção refere-se à revisão da moeda funcional das subsidiárias argentinas Ola, Avantrip e Biblos, de Pesos Argentinos para Dólares norte-americanos, conforme mencionado na nota 2.4.1.

c) Mensuração de opções de venda e compra

A Companhia também identificou que a mensuração da opção de venda e opção de compra em relação à participação de não controladores da investida Ola (40%) precisava ser corrigida, de forma a refletir a mensuração do passivo em relação a esta opção a valor presente estimado do preço de exercício. Essa correção resultou em um aumento do contas a pagar em relação à opção de venda em R $ 40.966, aumento nas demais contas a pagar em relação à opção de compra em R$ 4.328, e diminuição das reservas de capital no patrimônio líquido no valor líquido de R$ 36.638.

ii) Identificação de erros em reconciliações contábeis

Ao longo do processo de preparação de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2019, a Companhia constatou erros (i) na contabilização de valores transferidos a fornecedores de serviços turísticos referentes às receitas próprias de tais fornecedores, (ii) relacionados a ajustes indevidos de margens apuradas na intermediação de serviços turísticos e (iii) em lançamentos sistêmicos incorretos e não corrigidos adequadamente. Os erros identificados causaram um aumento da receita liquida da Companhia, inclusive em exercícios anteriores. Conforme mencionado abaixo, a partir da identificação de tais erros, iniciou-se um amplo processo de apuração, que permitiu que a Companhia identificasse falhas em seus controles internos que resultaram em distorções em determinadas contas contábeis e de atos praticados com indícios de fraude contábil ("distorções"), compreendendo indícios de manipulação de informações e evidências de ocultação no tocante aos procedimentos internos contábeis da Companhia.

Os efeitos de tais distorções foram informados ao mercado como erros contábeis, por meio de fato relevante divulgado em 07 de julho de 2020, perfazendo valores estimados, naquele momento, em aproximadamente R$ 350.000. Após a conclusão do processo de apuração conduzido pela Companhia, o valor total do ajuste relacionado às distorções corresponde a R$362.385 (antes dos efeitos tributários), os quais foram alocados da seguinte forma:

(i) R$ 117.039 referentes ao exercício de 2019, causando redução na receita líquida de R$ 97.463 na controladora e R$ 111.776 no consolidado e aumento da despesa de variação cambial de R$ 5.263 na controladora e no consolidado. Essa redução foi substancialmente causada por ajustes nas contas de adiantamentos a fornecedores e contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos. Estes ajustes estão incorporados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, não ensejando qualquer necessidade de reapresentação (sem prejuízo de reapresentações de ITRs de 2019 que serão feitos quando da divulgação de ITRs de 2020);

(ii) R$ 111.900 foram alocados ao exercício de 2018, causando redução na receita líquida em R$ 97.691 na controladora e R$ 104.039 no consolidado e aumento da despesa de variação cambial

em R$ 7.861 na controladora e no consolidado. As reduções de receita foram substancialmente causadas por ajustes nas contas de Adiantamentos a Fornecedores, Contratos a Embarcar Antecipados de Pacotes Turísticos e Fornecedores; e

(iii) R$ 133.446 referentes a exercícios anteriores a 2018, causando redução do patrimônio líquido em 1º. janeiro de 2018 neste montante. Estas reduções foram substancialmente causadas por ajustes nas contas de Adiantamentos a Fornecedores e Contratos a Embarcar Antecipados de Pacotes Turísticos.

O impacto no lucro líquido da Companhia dos ajustes acima indicados foi reduzido pelo lançamento de crédito referente à recuperação de impostos de renda e contribuição social que foram pagos indevidamente, estimados pela Companhia, em aproximadamente R$ 44.000.

Os ajustes relacionados às distorções tiveram o seu efeito cumulativo calculado para o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Todavia, não é possível determinar com precisão a quais períodos anteriores eles se referem. Esta limitação decorre de como os sistemas operacionais registravam as reservas originais com os clientes e as eventuais alterações posteriores, que eram gravadas sobre o registro original. Esta metodologia não permite que relatórios gerados a posteriori determinem com precisão as datas nas quais cada transação individual ocorreu.

Os referidos ajustes contábeis, não tiveram impacto sobre a geração e os saldos de caixa reportados nas demonstrações financeiras, uma vez que (i) o capital de giro reportado no período seria diminuído no mesmo montante; e (ii) os valores foram devidamente transferidos aos fornecedores.

As distorções identificadas pela Companhia resultaram de falhas em sua escrituração contábil e em seus sistemas, processos e controles internos. Ao longo da apuração, a Companhia também identificou indícios de manipulação de informações que podem ter gerado impactos nos resultados da Companhia, bem como evidências de ocultação por colaboradores da Companhia no tocante aos seus procedimentos internos contábeis.

As principais falhas identificadas pela Companhia que permitiram a ocorrência das distorções acima descritas foram as seguintes: (a) as contas contábeis operacionais da Companhia eram reconciliadas de maneira indevida, sem a solução de eventuais pendências identificadas, que eram alocadas em contas de balanço transitórias para revisão futura; (b) a interface entre os sistemas operacionais e contábeis não era mantida atualizada com as modificações implementadas nos sistemas operacionais; e (c) os ajustes contábeis preliminares realizados nos fechamentos de períodos mensais não eram adequadamente revisados no contexto da apuração contábil ao final de cada trimestre. Adicionalmente, foram encontrados (a) indícios que relatórios suporte extraídos dos sistemas de Tecnologia da Informação possam ter sido manipulados e modificados para expurgar custos; (b) indícios que ajustes manuais em determinadas contas contábeis efetuados sem o suporte documental adequado possam ter sido intencionalmente manipulados; (c) evidências de omissão das deficiências identificadas; e (d) evidências de ocultação de certas informações, inclusive dos auditores externos da Companhia.

A apuração dos ajustes foi resultado da execução de diversos procedimentos efetuados nas principais contas contábeis operacionais de seus balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. Foram realizadas: (a) revisão do processo de conciliação dos saldos contábeis com relatórios operacionais; (b) com o auxílio de uma equipe especializada de TI, revisão dos critérios de construção e validação da integridade dos dados de todos os relatórios operacionais utilizados para a conciliação; (c) revisão das interfaces entre sistemas operacionais com o sistema contábil; (d) circularização e confirmação de saldos e transações selecionadas com fornecedores e instituições financeiras; (e) avaliação de recebimentos e pagamentos em períodos

subsequentes para confirmação da existência e correção de transações selecionadas; e (f) reprocessamento de movimentos das contas contábeis que registram transações operacionais e checagem se estes foram propriamente refletidos contabilmente.

Diante da identificação dos indícios relativos às distorções acima mencionadas, o Conselho de Administração delegou ao Comitê de Auditoria a coordenação do processo de apuração independente em relação ao tema ("Apuração Independente"), com a participação, ad hoc, de membro externo e independente ("Comissão Especial de Apuração").

A Comissão Especial de Apuração contou com o auxílio de assessor jurídico e assessor forense-contábil, também independentes e especializados em processos dessa natureza.

Os trabalhos da Apuração Independente foram divididos em duas frentes complementares, sendo:

1. frente contábil, com o objetivo de avaliar de forma independente a ocorrência das distorções e os ajustes promovidos pela CVC; e

2. frente investigativa, com o objetivo de identificar possíveis causas das distorções.

Na frente contábil da Apuração Independente, foi realizada a avaliação dos ajustes relacionados às distorções. Foram identificados, de forma independente, os ajustes necessários aos saldos contábeis, que foram comparados com os ajustes efetivamente apurados pela Companhia.

Paralelamente, foram identificadas operações similares, assim entendidas as operações com o mesmo padrão de contabilização daquelas relacionadas às distorções e que pudessem representar um potencial ajuste adicional a ser feito nas subsidiárias da CVC e nas contas contábeis que não fizeram parte das contas escopo da Apuração Independente.

Na frente investigativa, foram (i) identificados custodiantes de informações relevantes para a Apuração Independente; (ii) coletados e revisados documentos destes custodiantes, filtrados a partir da aplicação de palavras-chave relacionadas ao tema; e (iii) realizadas entrevistas com custodiantes e outros colaboradores da Companhia.

Ao final dos trabalhos, a partir dos relatórios apresentados pelos consultores independentes, a Comissão Especial de Apuração concluiu, em síntese:

(i) na frente contábil, que (i) a proposta de ajustes apresentada pela Companhia está adequada, tendo em vista que os ajustes identificados na Apuração Independente foram consistentes com aqueles apurados pela Companhia; e (ii) que o resultado do teste de operações similares coincide e corrobora com os esforços da Companhia em apurar e propor ajustes para outras empresas do grupo.

(ii) na frente investigativa, que foram identificadas (i) evidências de que as deficiências nos sistemas, processos e controles relacionados à escrituração contábil da Companhia - especialmente em relação aos processos de conciliação das contas transitórias e ajustes de margem – contribuíram para a ocorrência das distorções contábeis; (ii) evidências de ocultação de certas informações por colaboradores da CVC inclusive dos auditores externos; e (iii) indícios, não conclusivos, de manipulação intencional de informações que podem ter gerado impactos nos resultados da CVC.

Em 31 de julho de 2020, a Comissão Especial de Apuração concluiu os seus trabalhos e encaminhou as versões finais dos relatórios elaborados na frente contábil e na frente investigativa ao Conselho

de Administração. Tendo tomado conhecimento dos relatórios, o Conselho de Administração da Companhia decidiu, em 31 de julho de 2020, que avaliará as medidas que a Companhia deve tomar diante dos fatos apurados.

De forma a evitar a recorrência de eventos que resultaram em distorções nas demonstrações financeiras, a Companhia elaborou um plano de trabalho, que já começou a ser implementado, com o objetivo de adequar seus processos operacionais, sistemas, controles internos e processos de elaboração de demonstrações financeiras, assim como de fortalecer a sua governança corporativa. Abaixo listamos os principais aspectos do plano:

- manter os controles e qualidade de conciliação e análise contábil implementados para a elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 como padrão mínimo para os períodos subsequentes;

- desenvolvimento de soluções e automações para que os controles sejam efetuados tempestivamente, e as análises e as correções eventualmente necessárias também ocorram dentro dos prazos requeridos;

- definição de responsabilidades pelas atividades e implementação de processo para avaliar periodicamente se os controles chaves foram adequadamente efetuados, revisados e aprovados;

- fortalecimento das estruturas e processos de governança corporativa e integridade empresarial da Companhia (incluindo treinamentos, revisão de códigos e políticas e canais de denúncia), com o objetivo de assegurar os controles internos e conformidade processual da Companhia bem como mitigar riscos nas atividades da Companhia garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos, incluindo a adoção dos novos requerimentos exigidos pelo Novo Mercado ao longo dos próximos meses;

- implementação de processo para gerenciamento, testes e implementações de modificações em sistemas operacionais, com avaliação completa de impactos em sistemas e informações financeiras;

- adequação das estruturas organizacionais da Companhia, com recursos necessários para o atingimento dos objetivos do plano, investimentos em qualificação técnica e profissional necessárias; e

- alocação de equipe dedicada para desenvolver sistemas e processos financeiros em conjunto com o desenvolvimento de nova plataforma operacional digital.

iii) Outras distorções identificadas

a) Combinação de negócios Trend S.A.

A administração identificou em 2019 erros relacionados a combinação de negócios da Trend S.A. Os principais impactos decorrentes desta reapresentação em 01 de Janeiro de 2018 referem-se à (i) constituição de provisões para riscos tributários para a parcela de não controladores no montante de R$ 35.199, líquido do correspondente ativo fiscal diferido no montante de R$ 11.968, resultando em um débito no saldo de participações de não controladores no patrimônio líquido no montante de R$ 22.995, (ii) o passivo em relação à opção de venda na aquisição da participação de não controladores foi ajustado com uma redução de R$ 26.087, e o valor da opção de compra foi ajustado em R$ 6.120, sendo o ajuste líquido na reserva de patrimônio líquido de R$ 32.703.

A subsequente remensuração das provisões para riscos tributários em relação à Trend resultou na reversão de parte do risco tributário em 2018, impactando em um ganho de R$ 36.200 na controladora (R$ 40.222 no consolidado), líquidos de imposto de renda e contribuição social.

O ajuste de R$ 45.335 do passivo circulante em 01 de janeiro de 2018 é resultado da reclassificação de passivo circulante para o passivo não circulante do montante de R$ 19.248 e também pelos efeitos na mensuração da opção de venda acima mencionada e redução da parcela de *earn out* no montante de R$ 496.

A redução do saldo de R$ 8.753 de impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2018 se refere a parcela correspondente a reversão de passivos contingentes, cuja obrigação expirou na referida data-base.

O efeito de R$ 18.968 reconhecido na participação de não controladores em 31 de dezembro de 2018 é composto substancialmente por R$ 18.973 de contingências por riscos fiscais, referentes ao montante de NCI ajustado em 01 de janeiro de 2018 no valor de R$ 22.995, deduzido das amortizações ocorridas ao longo do exercício de 2018 no montante de R$ 4.022, líquidas de impostos.

(b) Despesas pagas antecipadamente / Venda antecipada de pacotes turísticos

Refere-se substancialmente à compensação de comissões pagas para agências CVC (despesas pagas antecipadamente no ativo), que não são canceláveis e / ou passíveis de reembolso, mesmo no caso de o cliente cancelar o pacote de viagem subsequentemente, no valor de R$ 202.387 e R$ 242.628 na controladora em 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 (Consolidado - R$ 219.770 e R$ 263.217 em 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018), respectivamente. Tendo em vista que nas datas-bases esses valores já foram legal e contratualmente liquidados, esses valores deveriam ter sido compensados com os valores de “venda antecipada de pacotes turísticos” no passivo.

(c) Remensuração dos impactos de imposto de renda e contribuição social

Referem-se substancialmente aos impactos dos erros contábeis identificados de imposto de renda e contribuição social pagos a maior nos montantes de R$ 14.022 e R$ 28.170 em 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, e reconhecidos como créditos de impostos a recuperar no ativo circulante.

O efeito no resultado do exercício de 2018 de imposto de renda e contribuição social corrente se refere ao valor pago a maior em decorrência dos ajustes apurados pela Companhia.

(d) Venda antecipada de pacotes turísticos

Reconhecimento de acordos de antecipação de viagens de pacotes turísticos relativos a receitas de marítimas comissionadas pela controlada Submarino Viagens no montante de R$ 7.744. Refere-se principalmente a ajustes decorrentes do trabalho de reprocessamento dos relatórios auxiliares e conciliação dos mesmos com os registros contábeis sobre o saldo de abertura de 01 de janeiro de 2018.

Em relação aos impactos no consolidado de 31 de dezembro de 2018, foram registrados os montante de R$ 41.027 referentes as vendas antecipadas de pacotes turísticos da investida Submarino Viagens e R$ 27.944 referentes as vendas antecipadas de pacotes turísticos da investida Visual, os quais estavam registrados indevidamente como receitas daquele exercício, antes da efetiva data de embarque dos pacotes turísticos.

(e) Partes relacionadas

Refere-se a reconstituição de ativo gerado em transação com a controlada Submarino Viagens nas demonstrações financeiras individuais.

(f) Ativos intangíveis

Refere-se principalmente a baixas de despesas operacionais anteriormente reconhecidas como ativo intangível na controladora CVC em decorrência da revisão de gastos capitalizados no montante de R$ 20.043, cuja contra partida foi a conta de outras despesas operacionais.

(g) Fornecedores

Ajustes identificados na controlada Trend relativos a (i) baixas de contas a pagar no montante de R$ 526; (ii) baixa de créditos de clientes vencidos em 2018 na controladora CVC no montante de R$ 3.826; e (iii) baixa de custos duplicados na margem de vendas da controladora CVC em 2018 no montante de R$ 3.473, todos registrados contra receita líquida do exercício de 2018. Todos esses ajustes foram identificados em decorrência do trabalho de reprocessamento dos relatórios auxiliares e sua conciliação com os registros contábeis.

(h) Provisão para demandas judiciais e administrativas

Ajuste referente a passivos tributários cuja reversão deveria ter ocorrido em 2018.

(i) Incentivo de longo prazo – efeito na reserva de capital

Ajustes no valor principal do plano de incentivo de longo prazo devido à mensuração inadequada ao valor justo em 2018, considerando o preço da ação na data da outorga.

(j) Receita líquida de vendas

Os ajustes estão principalmente relacionado a: (i) estorno de receitas reconhecidas indevidamente nos montantes de R$ 27.944 e R$ 29.219 das controladas Visual e Submarino Viagens no exercício de 2018, respectivamente; (ii) incremento de receitas relacionadas a baixas de contas a pagar no montante de R$ 526; (iii) incremento de receitas relacionadas a baixas de créditos de clientes vencidos em 2018 na controladora CVC no montante de R$ 3.826; e (iv) incremento de receitas relacionadas a baixa de custos duplicados na margem de vendas da controladora CVC em 2018 no montante de R$ 3.473. Todos esses ajustes foram feitos em decorrência do trabalho de reprocessamento dos relatórios auxiliares e conciliação com os registros contábeis.

(k) Perda estimada por redução ao valor recuperável

Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber na controlada Trend.

(l) Despesas gerais e administrativas

Refere-se a ajustes relacionados ao principal de R$ 3.744, derivados de inconsistências na mensuração, e encargos sociais de R$ 3.137 relacionados ao Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

(m) Outras despesas operacionais

O principal impacto é o resultado líquido do ganho decorrente da reversão de processos tributários não materializados da Trend no valor de R$ 82.130 (basicamente passivos contingentes da combinação de negócios da Trend em 2017), cuja obrigação expirou em 31 de dezembro de 2018.

(n) imposto de renda e contribuição social diferido no resultado

O impacto no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018 se refere ao efeito sobre a reversão de processos tributários não materializados da Trend, conforme mencionado no item (m) acima, no montante de R$ 27.924 como estorno de imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado.

(o) Variações no fluxo de caixa do período

Em conformidade com o CPC 03 (R2), a Companhia revisou a classificação de certas transações de fluxos de caixa relacionadas a aquisições de negócios. Um dos fatores preponderantes nestas novas classificações referem-se à duração do período entre o reconhecimento inicial do passivo e sua liquidação. Se o período reflete um período de crédito normal, ou seja, a contraprestação é paga pouco depois da data de aquisição, não há elementos significativos de financiamento e, portanto, tal pagamento deve ser classificado como atividade de investimento. Caso o passivo seja descontado para refletir sua liquidação diferida (por exemplo, um pagamento de longo prazo), há elementos de financiamento e, como consequência, devem ser classificados como atividades de financiamento. Os impactos destas reclassificações R$ 13.979 no Controladora e Consolidado e estão apresentados na linha “Aquisição de controladas” nos fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2018 - Ativo

	Controladora				Consolidado			
Ativo	**Publicado**	**Erros contábeis identificados Item (ii) acima**	**Outras distorções Item (iii) Acima**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Erros contábeis identificados Item (ii) acima**	**Outras distorções Item (iii) acima**	**Reapresentado**
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	271.919	-	-	271.919	332.020	-	-	332.020
Instrumentos Financeiros	1.217	-	-	1.217	1.389	-	-	1.389
Contas a receber	1.856.957	(330)	-	1.856.627	2.375.651	(330)	-	2.375.321
Adiantamento a fornecedores	545.297	(103.671)	-	441.626	590.980	(98.299)	-	492.681
Despesas pagas antecipadamente	287.345	(78)	(202.387) (b)	84.880	310.489	(78)	(219.770) (b)	90.641
Impostos a recuperar	72.255	14.022 (c)	-	86.277	76.788	14.022 (c)		90.810
Contas a receber partes relacionadas	170.495	31.912	-	202.407	4	-	(4)	-
Outras contas a receber	10.907	-	-	10.907	13.040	-	-	13.040
Total Ativo Circulante	**3.216.392**	**(58.145)**	**(202.387)**	**2.955.860**	**3.700.361**	**(84.685)**	**(219.774)**	**3.395.902**
Ativos de operações descontinuadas	-	-	-	-	999	-	-	999
	3.216.392	**(58.145)**	**(202.387)**	**2.955.860**	**3.701.360**	**(84.685)**	**(219.774)**	**3.396.901**
Não circulante								
Contas a receber aquisição investida – partes relacionadas	1.912	-	6.120 (a)	8.032	1.912	-	6.120 (a)	8.032
Empréstimos – partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	61.781	-	-	61.781	192.247	-	11.968 (a)	204.215
Outras contas a receber	1.540	-	-	1.540	14.047	-	846	14.893
Depósitos judiciais	41.222	-	-	41.222	42.069	-	(847)	41.222
Investimentos	573.425	(26.540)	(7.243) (d)	539.642	-	-	-	0
Ativo imobilizado	11.879	-	-	11.879	28.247	-	-	28.247
Intangível	124.457	-	-	124.457	981.804	-	738	982.542
Despesas antecipadas	247	-	-	247	247	-	-	247
						-		
Total Ativo Não Circulante	**816.463**	**(26.540)**	**(1.123)**	**788.800**	**1.260.573**	**-**	**18.825**	**1.279.398**
Total do Ativo	**4.032.855**	**(84.685)**	**(203.510)**	**3.744.660**	**4.961.933**	**(84.685)**	**(200.949)**	**4.676.299**

Balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2018 – Passivo e Patrimônio Líquido

	Controladora				Consolidado			
Passivo	**Publicado**	**Erros contábeis identificados Item (ii) acima**	**Outras distorções Item (iii) acima**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Erros contábeis identificados Item (ii) acima**	**Outras distorções Item (iii) acima**	**Reapresentado**
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	64.498	-	-	64.498	94.588	-	-	94.588
Debêntures	154.163	-	-	154.163	154.163	-	-	154.163
Instrumentos Financeiros derivativos	14.050	-	-	14.050	14.050	-	-	14.050
Fornecedores	395.109	(65.549)	-	329.560	632.548	(65.549)	-	566.999
Contas a pagar – partes relacionadas	12.553	-	-	12.553	2.653	-	-	2.653
Contas a pagar aquisição investida – partes relacionadas	90.792	-	(45.335) (a)	45.457	90.792	-	(45.335) (a)	45.457
Venda antecipada de pacotes turísticos	1.466.372	100.288	(202.387) (b)	1.364.273	1.700.823	100.282	(212.025) (b)/(d)	1.589.080
Salários e encargos sociais	43.020	-	-	43.020	77.902	-	-	77.902
Imposto de renda e contribuição social correntes	77.770	-	-	77.770	78.474	-	(704)	77.770
Impostos e contribuições a pagar	12.325	-	-	12.325	34.355	6	699	35.060
Dividendos a pagar	12.237	-	-	12.237	12.237	-	-	12.237
Outras contas a pagar	58.518	-	-	58.518	102.352	-	-	102.352
Contas a pagar de aquisição de controlada	4.073	-	-	4.073	4.073	-	-	4.073
Total Passivo Circulante	**2.405.480**	**34.739**	**(247.722)**	**2.192.497**	**2.999.010**	**34.739**	**(257.365)**	**2.776.384**
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	60	-	-	60
	2.405.480	**34.739**	**(247.722)**	**2.192.497**	**2.999.070**	**34.739**	**(257.365)**	**2.776.444**
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	13.712	-	-	13.712	13.712	-	-	13.712
Debêntures	648.831	-	-	648.831	648.831	-	-	648.831
Contas a pagar aquisição investida - partes relacionadas	81.971	-	19.253 (a)	101.224	81.971	-	19.253 (a)	101.224
Contas a pagar de aquisição de controlada	58.013	-	-	58.013	58.013	-	-	58.013
Provisão para demandas judiciais e administrativas	30.597	-	-	30.597	363.720	-	35.199 (a)	398.919
Outros contas a pagar	-	-	-	-	1.931	-	-	1.931
Total Passivo Não Circulante	**833.124**	**-**	**19.253**	**852.377**	**1.168.178**	**-**	**54.452**	**1.222.630**
Patrimônio líquido								
Capital social	486.370	-	-	486.370	486.370	-	-	486.370
Reserva de Capital	(144.478)	-	32.703 (a)	(111.775)	(144.478)	-	32.703 (a)	(111.775)
Reservas de Lucros	450.087	(119.424)	(7.744)	322.919	450.087	(119.424)	(7.744)	322.919
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.555	-	-	2.555	2.555	-	-	2.555
Ações em tesouraria	(283)	-	-	(283)	(283)	-	-	(283)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**794.251**	**(119.424)**	**24.959**	**699.786**	**794.251**	**(119.424)**	**24.959**	**699.786**
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores					434	-	(22.995) (a)	(22.561)
Total do Patrimônio Líquido	**794.251**	**(119.424)**	**24.959**	**699.786**	**794.685**	**(119.424)**	**1.964**	**677.225**
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**4.032.855**	**(84.685)**	**(203.510)**	**3.744.660**	**4.961.933**	**(84.685)**	**(200.949)**	**4.676.299**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

	Controladora					Consolidado				
Ativo	**Publicado**	**Ajustes controladas Argentina Item (i) acima**	**Erros contábeis identificados Item (ii) acima**	**Outras distorções Item (iii) acima**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Ajustes Argentina Item (i) acima**	**Erros contábeis identificados Item (ii) acima**	**Outras distorções Item (iii) acima**	**Reapresentado**
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	270.088	-	-	-	270.088	346.174	(1.677)	-	-	344.497
Instrumentos Financeiros	29.634	-	-	-	29.634	30.427	-	-	-	30.427
Contas a receber	2.352.458	-	2.291	-	2.354.749	3.015.132	(1.874)	2.291	(3.847)	3.011.702
Adiantamento a fornecedores	652.225	-	(52.596)	(1.058) (e)	598.571	713.272	-	(42.378)	(1.058) (e)	669.836
Despesas pagas antecipadamente	321.434	-	(3.587)	(243.663) (b)	74.184	352.237	-	(3.588)	(264.252) (b)	84.397
Impostos a recuperar	104.051	-	26.941 (c)	1.229 (c)	132.221	148.196	(10.893)	26.941 (c)	1.229 (c)	165.473
Contas a receber partes relacionadas	243.306	-	66.317	-	309.623	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	20.853	-	-	-	20.853	27.684	(1.880)	-	(1.015)	24.789
Total Ativo Circulante	**3.994.049**	**-**	**39.366**	**(243.492)**	**3.789.923**	**4.633.122**	**(16.324)**	**(16.734)**	**(268.943)**	**4.331.121**
Não Circulante										
Contas a receber aquisição investida - partes relacionadas						9.973	(2.900)	-	-	7.073
Empréstimos - partes relacionadas	221.631	-	-	-	221.631	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	161.461	-	-	(1.932)	159.529	292.909	13.870	-	(10.686) (a)	296.093
Outras contas a receber	7.176	-	-	-	7.176	9.917	(758)	-	(3)	9.156
Depósitos Judiciais	77.601	-	-	(2.351)	75.250	84.662	-	-	(2.351)	82.311
Investimentos	278.201	(47.038)	(32.885)	(34.917)	163.361	756	-	-	-	756
Ativo imobilizado	20.632	-	-	671	21.303	37.918	(14)	-	1.164	39.068
Intangível	449.001	-	-	(19.214) (f)	429.787	1.099.547	(4.207)	-	(20.043) (f)	1.075.297
Despesas antecipadas	395	-	-	-	395	395	-	-	-	395
Total Ativo Não Circulante	**1.216.098**	**(47.038)**	**(32.885)**	**(57.743)**	**1.078.432**	**1.536.077**	**5.991**	**-**	**(31.919)**	**1.510.149**
Total do Ativo	**5.210.147**	**(47.038)**	**6.481**	**(301.235)**	**4.868.355**	**6.169.199**	**(10.333)**	**(16.734)**	**(300.862)**	**5.841.270**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

	Controladora					Consolidado				
Passivo	Publicado	Ajustes controladas Argentina Item (i) acima	Erros contábeis identificados Item (ii) acima	Outras distorções Item (iii) acima	Reapresentado	Publicado	Ajustes Argentina Item (i) acima	Erros contábeis identificados Item (ii) acima	Outros distorções Item (iii) acima	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	503.235	-	-	-	503.235	553.520	-	-	-	553.520
Debêntures	56.980	-	-	-	56.980	56.980	-	-	-	56.980
Instrumentos Financeiros	10.706	-	-	-	10.706	10.951	-	-	-	10.951
Fornecedores	423.749	-	95.463	(7.300) (g)	511.912	618.283	(1.282)	95.462	(7.825) (g)	704.638
Contas a pagar - partes relacionadas	43.584	-	-	10.867	54.451	1.755	-	-	-	1.755
Contas a pagar aquisição investida - partes relacionadas	65.803	-	-	(1.901)	63.902	69.677	-	-	(1.900)	67.777
Venda antecipada de pacotes turísticos	1.744.729	-	129.420	(251.658) (b)	1.622.491	1.924.829	65.544	106.210	(194.416) (b)/(d)	1.902.167
Salários e encargos sociais	61.376	-	-	0	61.376	93.225	(312)	-		92.913
Imposto de renda e contribuição social correntes	102.161	-	-	-	102.161	126.287	-	-	-	126.287
Impostos e contribuições a pagar	25.610	-	-	3.991	29.601	37.512	(20)	-	3.992	41.484
Dividendos a pagar	3.839	-	-	-	3.839	3.839	-	-	-	3.839
Outras contas a pagar	107.807	-	-	(3.138)	104.669	158.825	(1.159)	(2)	(3.137)	154.527
Contas a pagar de aquisição de controlada	4.163	-	-	-	4.163	4.163	-	-	-	4.163
Total Passivo Circulante	**3.153.742**	**-**	**224.883**	**(249.139)**	**3.129.486**	**3.659.846**	**62.771**	**201.670**	**(203.286)**	**3.721.001**
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	4.090	-	-	-	4.090
Debêntures	798.910	-	-	-	798.910	798.910	-	-	-	798.910
Contas a pagar aquisição investida - partes relacionadas	64.334	-	-	1.900	66.234	121.645	5.735	-	1.900	129.280
Contas a pagar de aquisição de controlada	59.008	-	-	-	59.008	59.008	-	-	-	59.008
Tributos Diferidos Passivos	-	-	-	-	-	25.897	(8.432)	-	-	17.465
Provisão para demandas judiciais e administrativas	44.169	-	-	915 (h)	45.084	370.755	11.523	-	(24.828)	357.450
Outros contas a pagar	2.045	-	-	1	2.046	13.946	(2.868)	-	2	11.080
Total Passivo Não Circulante	**968.466**	**-**	**-**	**2.816**	**971.282**	**1.394.251**	**5.958**	**-**	**(22.926)**	**1.377.283**
Patrimônio Líquido										
Capital social	533.448	-	-	-	533.448	533.448	-	-	-	533.448
Reserva de Capital	(24.320)	(44.934)	-	(3.744) (i)	(72.998)	(24.320)	(44.934)	-	(3.744) (i)	(72.998)
Reservas de Lucros	656.173	(2.055)	(218.402)	(51.168)	384.548	656.173	(2.055)	(218.404)	(51.166)	384.548
Outros Resultados abrangentes	302	(49)	-	-	253	302	(49)	-	-	253
Ações em tesouraria	(77.664)	-	-	-	(77.664)	(77.664)	-	-	-	(77.664)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.087.939**	**(47.038)**	**(218.402)**	**(54.912)**	**767.587**	**1.087.939**	**(47.038)**	**(218.404)**	**(54.910)**	**767.587**
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores						27.163	(32.024)	-	(19.740) (a)	**(24.601)**
Total do Patrimônio Líquido	**1.087.939**	**(47.038)**	**(218.402)**	**(54.912)**	**767.587**	**1.115.102**	**(79.062)**	**(218.404)**	**(74.650)**	**742.986**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**5.210.147**	**(47.038)**	**6.481**	**(301.235)**	**4.868.355**	**6.169.199**	**(10.333)**	**(16.734)**	**(300.862)**	**5.841.270**

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Controladora					Consolidado					
	Publicado	Ajustes Argentina Item (i) acima	Erros contábeis identificados Item (ii) acima	Outras distorções Item (iii) acima	Reapresentado	Publicado	Ajustes Argentina Item (i) acima	Erros contábeis identificados Item (ii) acima	Outras distorções Item (iii) acima		Reapresentado
Receita líquida de vendas	1.163.967	-	(97.691)	1.860	1.068.136	1.692.569	(65)	(104.039)	(56.440)	(j)	1.532.025
Custo dos serviços prestados	(127.395)	-	-	2.567	(124.828)	(127.395)	-	-	2.567		(124.828)
Lucro Bruto	**1.036.572**	**-**	**(97.691)**	**4.427**	**943.308**	**1.565.174**	**(65)**	**(104.039)**	**(53.873)**		**1.407.197**
(Despesas) receitas operacionais											
Despesas de vendas	(164.184)	-	-	-	(164.184)	(235.111)	49	-	-		(235.062)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(25.609)	-	-	-	(25.609)	**(33.345)**	-	-	(4.240)	(k)	(37.585)
Despesas gerais e administrativas	**(369.493)**	**-**	-	**7.493**	**(362.000)**	**(699.740)**	207	-	**7.493**		**(692.040)**
Despesas gerais e administrativas	(308.609)	-	-	6.881	(301.728)	(585.282)	86	-	6.881	(l)	(578.315)
Depreciação e amortização	(60.884)	-	-	612	(60.272)	(114.458)	121	-	612		(113.725)
Equivalência Patrimonial	50.711	(2.075)	(6.348)	(27.650)	14.638	484	-	-	1		485
Outras despesas operacionais	(29.322)	-	-	(22.677)	(51.999)	(52.857)	12	-	57.362	(m)/(f)	4.517
Lucro antes do resultado financeiro	**498.675**	**(2.075)**	**(104.039)**	**(38.407)**	354.154	**544.605**	**203**	**(104.039)**	**6.743**		**447.512**
Resultado financeiro	**(139.627)**	**-**	**(7.861)**	**(301)**	**(147.789)**	(170.146)	(2.136)	**(7.861)**	**(14.286)**		**(194.429)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**359.048**	**(2.075)**	**(111.900)**	**(38.708)**	**206.365**	374.458	**(1.933)**	**(111.900)**	**(7.543)**		**253.083**
Imposto de renda e contribuição social	**(88.771)**	**-**	**12.919**	**(4.694)**	**(80.546)**	(109.457)	**(67)**	**12.919,00**	**(32.617)**		**(129.223)**
Corrente	(102.162)	-	12.919	(2.761)	(92.004)	(149.833)	-	12.919	(2.761)	(c)	(139.675)
Diferido	13.391	-	-	(1.933)	11458	40.375	(67)	-	(29.856)	(n)	10.452
Lucro líquido das operações em continuidade:	**270.277**	**(2.075)**	**(98.981)**	**(43.402)**	**125.819**	265.001	**(2.000)**	**(98.981)**	**(40.160)**		**123.860**
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	(459)	-	-	-		(459)
Lucro líquido do exercício:	**270.277**	**(2.075)**	**(98.981)**	**(43.402)**	**125.819**	**264.542**	**(2.000)**	**(98.981)**	**(40.160)**		**123.401**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores						270.277	(2.058)	(98.981)	(43.419)		125.819
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores						(5.735)	58	-	3.259		(2.418)

Fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 **(o)**

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de			Exercício findo em 31 de dezembro de		
	Apresentado 2018	Ajustes	Reapresentado 2018	Apresentado 2018	Ajustes	Reapresentado 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido das operações em continuidade	270.277	(144.458)	125.819	265.001	(141.141)	123.860
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	-	-	-	(459)	-	(459)
Lucro líquido do exercício	**270.277**	**(144.458)**	**125.819**	**264.542**	**(141.141)**	**123.401**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais						
Despesas de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	88.771	(8.225)	80.546	109.458	19.765	129.223
Depreciação e amortização	60.884	(612)	60.272	114.458	(733)	113.725
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	25.609	-	25.609	33.345	4.240	37.585
Despesas com pagamentos baseados em ações	34.269	(3.744)	30.525	34.269	(3.744)	30.525
Juros e variações monetárias e cambiais	106.212	-	106.212	107.015	-	107.015
Equivalência patrimonial	(50.711)	36.073	(14.638)	(484)	(1)	(485)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	30.876	30.876	-	35.283	35.283
Reversão de passivo contingente, líquido de correção (SELIC)	-	-	-	-	(60.944)	(60.944)
Baixa de imobilizado e intangível	4.676	(3.784)	892	11.668	(3.712)	7.956
Outras provisões	25.992	-	25.992	30.546	1	30.547
	565.979	**(93.874)**	**472.105**	**704.817**	**(150.986)**	**553.831**
Redução (aumento) em ativos						
Contas a receber de clientes	(215.826)	(2.621)	(218.447)	(607.890)	(1.140)	(609.030)
Juros recebidos	32.460	-	32.460	30.529	-	30.529
Adiantamentos a fornecedores	(19.775)	(50.017)	(69.792)	(118.899)	(54.863)	(173.762)
Impostos a recuperar	(209.061)	-	(209.061)	(279.160)	-	(279.160)
Despesas antecipadas	(27.262)	44.785	17.523	(41.205)	47.992	6.787
Contas a receber - partes relacionadas	(100.099)	(28.285)	(128.384)	4	9.016	9.020
Outras contas a receber	(42.841)	2.351	(40.490)	(47.368)	6.006	(41.362)
Aumento (redução) em passivos						
Fornecedores	(189.172)	153.712	(35.460)	(100.190)	151.904	51.714
Contas a pagar - partes relacionadas	(3.602)	551	(3.051)	60.288	(49.564)	10.724
Contratos a embarcar antecipados	215.409	(20.139)	195.270	210.072	56.995	267.067
Salários e encargos sociais	3.226	-	3.226	10.703	(312)	10.391
Impostos e contribuições a pagar	177.077	-	177.077	236.241	(18.697)	217.544
Imposto de renda e contribuição social pagos	(85.679)	-	(85.679)	(121.176)	-	(121.176)
Dividendos recebidos de controladas	13.462	-	13.462	-	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(21.905)	(29.961)	(51.866)	(25.753)	(22.843)	(48.596)
Outras contas a pagar	42.447	606	43.053	40.942	(3.419)	37.523
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**134.838**	**(22.892)**	**111.946**	**(48.045)**	**(29.911)**	**(77.956)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Empréstimos partes relacionadas	(221.631)	-	(221.631)	-	-	-
Ativo imobilizado	(5.475)	(59)	(5.534)	(17.936)	(417)	(18.353)
Ativo intangível	(69.663)	22.998	(46.665)	(100.134)	28.700	(71.434)
Pagamento remanescente com aquisição de investimentos	(13.979)	13.979	-	(13.979)	13.979	-
Aquisições de controladas	-	-	-	(67.359)	-	(67.359)
Aumento de capital em controlada	(82.200)	-	(82.200)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(392.948)**	**36.918**	**(356.030)**	**(199.408)**	**42.262**	**(157.146)**

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de			Exercício findo em 31 de dezembro de		
	Apresentado 2018	Ajustes	Reapresentado 2018	Apresentado 2018	Ajustes	Reapresentado 2018
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Emissão de debêntures	200.000	-	200.000	200.000	-	200.000
Liquidação de debêntures	(150.000)	-	(150.000)	(150.000)	-	(150.000)
Captação de empréstimos e financiamentos	457.695	-	457.695	498.507	-	498.507
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(71.197)	-	(71.197)	(100.576)	-	(100.576)
Aumento de capital no exercício de ações	47.078	-	47.078	47.078	-	47.078
Juros pagos *(a)*	(76.140)	-	(76.140)	(79.007)	1	(79.006)
Captação de instrumentos derivativos	(1.087)	-	(1.087)	(1.201)	-	(1.201)
Liquidação de instrumentos derivativos	(16.339)	-	(16.339)	(14.727)	-	(14.727)
Dividendos pagos	(72.589)	-	(72.589)	(72.589)	-	(72.589)
Aquisição de ações próprias	(78.638)	-	(78.638)	(78.638)	-	(78.638)
Reserva de incorporação de ações	-	-	-	1.981	-	1.981
Incorporação	16.304	-	16.304	-	-	-
Exercício de opções com alienação de ações em tesouraria	237	-	237	237	-	237
Aquisição de controlada	-	(13.979)	(13.979)	-	(13.979)	(13.979)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**255.324**	**(13.979)**	**241.345**	**251.065**	**(13.978)**	**237.087**
Variação cambial caixa e equivalentes de caixa	955	(47)	908	10.541	(49)	10.492
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(1.831)**	**-**	**(1.831)**	**14.153**	**(1.676)**	**12.477**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	271.919	-	271.919	332.020	-	332.020
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	270.088	-	270.088	346.174	(1.677)	344.497

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros:

a) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros): é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.

b) Risco de crédito: é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

c) Risco de liquidez: é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

5.1.1 Risco de mercado

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela área financeira do Grupo. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

5.1.1.1 Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável às contas correntes, contas a pagar e aos empréstimos denominados em moeda estrangeira, e surge derivado de variações nas taxas de câmbio (principalmente dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR)) frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura do Grupo, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos e intercâmbio cultural incluem provisões para futuros pagamentos a fornecedores internacionais terrestres (hotéis, receptivos e instituições de ensino), assim como a crescente expansão das operações do Grupo na Argentina. Os efeitos de câmbio podem afetar ainda o resultado financeiro do Grupo em função dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedging* de até 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos de compra de moeda estrangeira e contratos de derivativo do tipo NDF (*non-deliverable forward*) e swaps cambiais para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço. Tais contratos são geralmente designados como hedges de fluxo de caixa.

Abaixo são demonstradas as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos de swap utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e 01 de janeiro de 2018.

31/12/2019						
Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (*notional*)**	**Valor justo**
Swap (a)	*Pré 2,67% a.a.*	CITIBANK	01/11/2019	01/06/2020	312.529	(505)
Total					**312.529**	**(505)**

31/12/2018 (reapresentado)						
Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (*notional*))**	**Valor justo**
Swap (a)	*LIBOR 3M X CDI*	CITIBANK	23/04/2018	23/04/2019	(229.218)	26.769
Swap (a)	*Pré 4,68% a.a.*	SANTANDER	20/06/2018	17/06/2019	(68.914)	1.621
Swap (a)	*Pré 4,39% a.a.*	SANTANDER	21/06/2018	18/06/2019	(37.019)	793
Swap (a)	*LIBOR 3M X CDI*	CITIBANK	06/07/2018	01/07/2019	(97.711)	(2.070)
Swap (a)	*Pré 1,26% a.a.*	BRADESCO	04/09/2018	30/08/2019	(89.210)	(7.193)
Swap (a)	*LIBOR 3M X CDI*	CITIBANK	26/02/2015	02/03/2019	(18.182)	(327)
Total					**(540.254)**	**19.593**

01/01/2018 (reapresentado)						
Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (*notional*))**	**Valor justo**
Swap (a)	LIBOR 3M X CDI	CITIBANK	26/02/2015	02/03/2019	(78.210)	(14.050)
Total					**(78.210)**	**(14.050)**

(a) As operações de swap têm como única finalidade a proteção do risco cambial relativo às operações de empréstimos em moeda estrangeira descritas na Nota 14. Os swaps estão sendo utilizados como hedge da exposição às variações no valor justo dos empréstimos garantidos à mesma taxa acima para estas instituições financeiras.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de piora na taxa em 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

			31/12/2019			
			Consolidado			
Operações	Risco	Taxa	31/12/2019	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	Queda do USD	4,03	80.933	734	(19.683)	(40.100)
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	Queda do EUR	4,51	4.059	(10)	(1.022)	(2.034)
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	Queda da GBP	5,29	3.246	(32)	(835)	(1.639)
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	Queda do CAD	3,09	1.425	(3)	(358)	(714)
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	Queda da AUD	2,82	236	(3)	(62)	(120)
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	Queda do CHF	4,16	277	(3)	(72)	(140)
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	Queda do ARS	0,07	43.752	826	(10.245)	(21.316)
Conta corrente em moeda estrangeira - UY	Queda do UY	0,11	2	-	(1)	(1)
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	Queda do COL	0,00	1.996	(52)	(537)	(1.023)
Conta corrente em moeda estrangeira - MEX	Queda do MEX	0,21	2.780	(28)	(716)	(1.404)
Contrato a Termo NDF	USD	4,03	3.619	1.974	(52.904)	(107.781)
Contrato a Termo NDF	EUR	4,51	390	(67)	(6.591)	(13.116)
Contrato a Termo NDF	GBP	5,29	19	1.452	(314)	(2.079)
Contrato a Termo NDF	CAD	3,09	25	(9)	(1.120)	(2.231)
Contrato a Termo NDF	AUD	2,82	6	(36)	(672)	(1.307)

			31/12/2018			
			Consolidado			
Operações	Risco	Taxa	31/12/2018	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	Queda do USD	3,87	45.895	(1.002)	(12.752)	(24.502)
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	Queda do EUR	4,44	16.125	(393)	(4.326)	(8.259)
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	Queda da GBP	4,96	5.417	(60)	(980)	(1.900)
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	Queda do CAD	2,84	2.600	44	(1.036)	(2.116)
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	Queda da AUD	2,74	433	(2)	(110)	(218)
Conta corrente em moeda estrangeira – CHF	Queda da CHF	3,94	106	(3)	(29)	(55)
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	Queda da ARS	0,1	1.400	(9)	(357)	(705)
Contrato a Termo NDF	USD	3,86	734	1.771	(1.315)	(1.904)
Contrato a Termo NDF	EUR	4,41	117	182	(43)	31
Contrato a Termo NDF	GBP	5,17	(228)	241	234	240
Contrato a Termo NDF	CAD	3,02	(639)	783	633	627
Contrato a Termo NDF	AUD	2,85	(101)	128	97	93

			01/01/2018			
			Consolidado			
Operações	Risco	Taxa	01/01/2018	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	Queda do USD	3,31	48.043	(447)	(12.352)	(24.258)
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	Queda do EUR	3,97	11.174	(307)	(3.021)	(5.734)
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	Queda da GBP	4,47	1.038	(26)	(257)	(488)
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	Queda do CAD	2,63	2.453	(51)	(651)	(1.250)
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	Queda da AUD	2,58	710	(18)	(191)	(364)
Contrato a Termo NDF	USD	3,28	765	(1.263)	(602)	(761)
Contrato a Termo NDF	EUR	3,68	483	953	(261)	(336)
Contrato a Termo NDF	GBP	4,16	56	65	(17)	(30)
Contrato a Termo NDF	CAD	2,51	62	188	55	15
Contrato a Termo NDF	AUD	2,46	23	56	-	(8)

5.1.1.2 Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos, atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa.

O Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultado considerando projeções do CDI (conforme relatório FOCUS do BACEN) para avaliar

eventuais necessidades de caixa futura e/ou contratar algum instrumento derivativo de proteção.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa, empréstimos debentures, passivos de arrendamento e instrumentos derivativos, as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira e CDI para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de piora na taxa em 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

			31/12/2019			
			Consolidado			
Operações	**Risco**	**Taxa**	**31/12/2019**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Equivalentes de Caixa *	Queda do CDI	4,40%	165.131	(2.439)	(43.759)	(84.645)
Empréstimos	Aumento do CDI	4,40%	311.744	(4.584)	73.890	153.198
Debêntures	Aumento do CDI	4,40%	1.518.820	(22.437)	361.646	749.808
Swap (ponta passiva)	Aumento do CDI	4,40%	505	(7)	120	249
Passivo de arrendamento	Aumento do CDI	4,40%	93.366	(1.379)	22.231	46.093

			31/12/2018			
			Consolidado			
Operações	**Risco**	**Taxa**	**31/12/2018**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Equivalentes de Caixa *	Queda do CDI	6,50%	218.049	-	(55.802)	(110.735)
Empréstimos	Aumento do CDI	6,40%	540.254	(1.586)	135.188	270.277
Debêntures	Aumento do CDI	6,40%	855.890	(2.512)	214.170	428.182
Swap (ponta passiva)	Aumento do CDI	6,40%	19.593	(58)	4.903	9.802

			01/01/2018			
			Consolidado			
Operações	**Risco**	**Taxa**	**01/01/2018**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Equivalentes de Caixa *	Queda do CDI	6,89%	258.677	(5.632)	(70.442)	(134.209)
Empréstimos	Aumento de CDI	6,89%	99.373	(1.346)	24.843	49.686
Debêntures	Aumento de CDI	7,05%	802.994	(28.475)	200.464	402.066
Swap (ponta passiva)	Aumento de CDI	6,97%	(14.050)	(2.250)	23.164	46.196

** Inclui somente os saldos de equivalente de caixa em moeda local Reais (R$)*

5.1.1.3 Riscos associados a antecipações a fornecedores

Com parte dos negócios do Grupo, os pagamentos às companhias aéreas pela aquisição dos bilhetes, e pagamentos por reservas de quartos em algumas redes de hotéis no Brasil e no exterior, são realizados de forma antecipada ao efetivo embarque do cliente. Desta forma, a Companhia possui a exposição ao risco de crédito e liquidez dessas companhias aéreas e redes de hotéis, onde, na impossibilidade de algum desses fornecedores não cumprir com as obrigações junto aos clientes, poderá trazer a perda integral dos valores antecipados, bem como acarretar o desembolso adicional para reacomodação dos clientes em outras companhias aéreas e redes de hotéis.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Companhias aéreas	487.386	458.618	351.370	571.037	516.543	372.969
Hotéis no Brasil e no exterior	62.611	72.453	71.690	68.213	85.633	86.429
Outros	36.298	67.500	18.566	80.022	67.660	33.283
Total	**586.295**	**598.571**	**441.626**	**719.272**	**669.836**	**492.681**

5.1.2 Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de partes relacionadas. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de crédito das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixas e equivalentes de caixa.

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contas a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), onde avaliados score de *bureaus* de crédito, bem como histórico de interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda.

O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	365.724	344.497	332.020
Contas a receber	3.083.301	3.011.702	2.375.321
Contas a receber aquisição de investidas - partes relacionadas	12.211	7.073	8.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.427	1.389
Outras contas a receber	146.552	33.945	27.933
Total	**3.607.788**	**3.427.644**	**2.744.695**

5.1.3 Risco de liquidez

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2019	**Consolidado**			
	Menos de 3 meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Fornecedores	555.178	466.325	-	**1.021.503**
Contas a pagar por aquisição de investida - partes relacionadas	25.025	68.543	174.403	**267.971**
Empréstimos e financiamentos	333	321.004	-	**321.337**
Debêntures	6.758	696.132	940.840	**1.643.730**
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.564	-	**4.564**
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	3.254	74.639	**77.893**
Passivo de arrendamento	5.535	16.606	76.817	**98.958**
Outras contas a pagar	-	164.400	11.564	**175.964**
Total	**592.829**	**1.740.828**	**1.278.263**	**3.611.920**

31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**Consolidado**			
	Menos de 3 meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Fornecedores	172.896	531.742	-	**704.638**
Contas a pagar por aquisição de investida - partes relacionadas	40.946	95.221	135.984	**272.151**
Empréstimos	25.330	524.491	20.766	**570.587**
Debêntures	56.831	47.829	867.583	**972.243**
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.951	-	**10.951**
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	4.163	80.371	**84.534**
Outras contas a pagar	144.120	13.544	11.080	**168.744**
Total (reapresentado)	**440.123**	**1.227.941**	**1.115.784**	**2.783.848**

01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**Consolidado**			
	Menos de 3 meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Fornecedores	491.549	75.450	-	**566.999**
Contas a pagar por aquisição de investida - partes relacionadas	1.273	199.475	133.022	**333.770**
Empréstimos	25.686	69.202	30.394	**125.282**
Debêntures	3.510	201.959	738.414	**943.883**
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.050	-	**14.050**
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	4.073	84.403	**88.476**
Outras contas a pagar	-	102.352	1.931	**104.283**
Total (reapresentado)	**522.018**	**666.561**	**988.164**	**2.176.743**

5.2 Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
		Reapresentado	Reapresentado
Empréstimos	312.529	557.610	108.300
Debêntures	1.518.820	855.890	802.994
Instrumentos financeiros derivativos - *SWAP*	505	(19.593)	14.050
Contas a pagar - aquisição de controlada			
Submarino Viagens	65.060	63.171	62.086
Contas a pagar - aquisição investidas			
Grupo Duotur *(a)*	49.514	74.357	74.472
Viatrix Viagens e Turismo *(a)*	3.217	16.368	20.135
Grupo Trend	-	27.022	37.706
Visual Turismo	245	12.390	14.368
Bibam	15.827	3.827	-
Ola	52.312	63.093	-
Esferatur	83.111	-	-
Almundo	9.060	-	-
(=) Dívida bruta	**2.110.200**	**1.654.135**	**1.134.111**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(365.724)	(344.497)	(332.020)
(=) Dívida líquida	**1.744.476**	**1.309.638**	**802.091**
(+) Patrimônio líquido	799.196	742.986	677.225
(=) Patrimônio líquido e dívida líquida	**2.543.672**	**2.052.624**	**1.479.316**

(a) Empresa incorporada à CVC Brasil.

5.3 Hierarquia e classificação de valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

			Controladora					
	Nível	Classificação	Valor contábil			Valor justo		
			31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	122.385	270.088	271.919	122.385	270.088	271.919
Instrumentos financeiros derivativos	2	Derivativos designados para *hedge* de valor justo/ Mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	29.634	1.217	-	29.634	1.217
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	2.330.478	2.354.749	1.856.627	2.330.478	2.354.749	1.856.627
Contas a receber - partes relacionadas	2	Custo amortizado	627.678	309.623	202.407	627.678	309.623	202.407
Contas a receber - partes relacionadas – opção de compra	3	Valor justo	-	-	8.032	-	-	8.032
Total dos ativos financeiros			**3.080.541**	**2.964.094**	**2.340.202**	**3.080.541**	**2.964.094**	**2.340.202**
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	311.744	503.235	78.210	311.744	503.235	78.210
Debêntures	2	Custo amortizado	1.518.820	855.890	802.994	1.536.808	866.512	815.886
Instrumentos financeiros derivativos	2	Derivativos designados para *hedge* de valor justo/ Mensurados ao valor justo por meio de resultado	3.495	10.706	14.050	3.495	10.706	14.050
Fornecedores		Custo amortizado	554.482	511.912	329.560	554.482	511.912	329.560
Contas a pagar - partes relacionadas	2	Custo amortizado	150.247	54.451	12.553	150.247	54.451	12.553
Contas a pagar aquisição de investida - partes relacionadas	2	Custo amortizado	133.437	130.136	123.682	133.437	130.136	123.682
Contas a pagar aquisição de investida - partes relacionadas - *earn out*	3	Valor justo	2.650	-	14.199	2.650	-	14.199
Contas a pagar - partes relacionadas – opção de venda	3	Valor justo	-	-	8.800	-	-	8.800
Contas a pagar aquisição de controlada	2	Custo amortizado	65.060	63.171	62.086	65.060	63.171	62.086
Total dos passivos financeiros			**2.739.935**	**2.129.501**	**1.446.134**	**2.757.923**	**2.140.123**	**1.459.026**

			Consolidado					
	Nível	Classificação	Valor contábil			Valor justo		
			31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	365.724	344.497	332.020	365.724	344.497	332.020
Instrumentos financeiros derivativos	2	Derivativos designados para *hedge* de valor justo/ Mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	30.427	1.389	-	30.427	1.389
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	3.083.301	3.011.702	2.375.321	3.083.301	3.011.702	2.375.321
Contas a receber - partes relacionadas – opção de compra	3	Valor justo	12.211	7.073	8.032	12.211	7.073	8.032
Total dos ativos financeiros			**3.461.236**	**3.393.699**	**2.716.762**	**3.461.236**	**3.393.699**	**2.716.762**
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	312.529	557.610	108.300	312.529	557.610	108.300
Debêntures	2	Custo amortizado	1.518.820	855.890	802.994	1.536.808	866.512	815.886
Instrumentos financeiros derivativos	2	Derivativos designados para *hedge* de valor justo/ Mensurados ao valor justo por meio de resultado	4.564	10.951	14.050	4.564	10.951	14.050
Fornecedores		Custo amortizado	1.021.503	704.638	566.999	1.021.503	704.638	566.999
Contas a pagar - partes relacionadas	2	Custo amortizado	3.398	1.755	2.653	3.398	1.755	2.653
Contas a pagar aquisição de investida - partes relacionadas	2	Custo amortizado	142.497	138.509	123.682	142.497	138.509	123.682
Contas a pagar - partes relacionadas – opção de venda	3	Valor justo	68.139	53.109	14.199	68.139	53.109	14.199
Contas a pagar aquisição de investida - partes relacionadas – *earn out*	3	Valor justo	2.650	5.439	8.800	2.650	5.439	8.800
Contas a pagar aquisição de controlada	2	Custo amortizado	65.060	63.171	62.086	65.060	63.171	62.086
Total dos passivos financeiros			**3.139.160**	**2.391.072**	**1.703.763**	**3.157.148**	**2.401.694**	**1.716.655**

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas:

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e em 01 de janeiro de 2018, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas).
- O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como empréstimos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela aquisição de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazos semelhantes e remanescentes.

5.4 Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

O Grupo efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros derivativos de proteção de fluxos de caixa dos pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros e a fornecedores locais indexados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e 01 de janeiro de 2018, os valores justos relacionados às transações de hedge foram mensurados por meio de fatores observáveis ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado, conforme apresentados na tabela abaixo:

	31/12/2019					
	Valor de referência *(notional)*	Valor justo *(a)*	Valor justo *(b)*	Total	Resultado	Patrimônio líquido
Risco de taxa de câmbio						
USD	3.542	3.480	28.579	**32.059**	4.888	(409)
EUR	17.533	29.751	(24.775)	**4.976**	2.205	(157)
Contrato a termo (NDF)	257.860	(4.059)	-	**(4.059)**	(2.399)	(1.333)
Total do ativo	**278.935**	**29.172**	**3.804**	**32.976**	**4.694**	**(1.899)**

	31/12/2018 (reapresentado)					
	Valor de referência *(notional)*	Valor justo *(a)*	Valor justo *(b)*	Total	Resultado	Patrimônio líquido
Risco de taxa de câmbio						
USD	14.189	14.129	11.848	**25.977**	16.688	354
EUR	19.947	19.967	(6.574)	**13.393**	10.499	550
Contrato a termo (NDF)	236.420	(117)	-	**(117)**	25.358	(708)
Total do ativo	**270.556**	**33.979**	**5.274**	**39.253**	**52.545**	**196**

	01/01/2018 (reapresentado)					
	Valor de referência *(notional)*	Valor justo *(a)*	Valor justo *(b)*	Total	Resultado	Patrimônio líquido
Risco de taxa de câmbio						
USD	23.464	24.503	18.340	**42.843**	(46)	1.320
EUR	23.644	24.918	(14.510)	**10.408**	4.191	1.585
Contrato a termo (NDF)	182.375	1.389	-	**1.389**	2.359	966
Total do ativo	**229.483**	**50.810**	**3.830**	**54.640**	**6.504**	**3.871**

(a) Saldos dos instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge associados a pacotes de viagens a serem embarcados.
(b) Saldos dos instrumentos financeiros derivativos relacionados aos pacotes de viagens embarcados cujos fornecedores ainda não foram pagos.

Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31/12/2019							
Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Moeda**	**Valor de referência (*notional*)**	**Valor justo**
Termo	Comprado	NDF	De 23/01/2019 a 31/12/2019	De 01/01/2020 a 26/11/2020	USD	217.807	(3.615)
Termo	Comprado	NDF	De 23/01/2019 a 31/12/2019	De 01/01/2020 a 26/11/2020	EUR	26.254	(394)
Termo	Comprado	NDF	De 23/01/2019 a 31/12/2019	De 01/01/2020 a 26/11/2020	CAD	4.316	(25)
Termo	Comprado	NDF	De 23/01/2019 a 31/12/2019	De 01/01/2020 a 26/11/2020	GBP	6.961	(19)
Termo	Comprado	NDF	De 23/01/2019 a 31/12/2019	De 01/01/2020 a 26/11/2020	AUD	2.522	(6)
Total						**257.860**	**(4.059)**

31/12/2018 (reapresentado)							
Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Moeda**	**Valor de referência (*notional*)**	**Valor justo**
Termo	Comprado	NDF	De 05/03/2018 a 25/12/2018	De 02/01/2019 a 28/11/2019	USD	195.944	732
Termo	Comprado	NDF	De 05/03/2018 a 25/12/2018	De 02/01/2019 a 28/11/2019	EUR	21.476	117
Termo	Comprado	NDF	De 05/03/2018 a 25/12/2018	De 02/01/2019 a 28/11/2019	CAD	10.985	(639)
Termo	Comprado	NDF	De 05/03/2018 a 25/12/2018	De 02/01/2019 a 28/11/2019	GBP	5.475	(228)
Termo	Comprado	NDF	De 05/03/2018 a 25/12/2018	De 02/01/2019 a 28/11/2019	AUD	2.540	(99)
Total						**236.420**	**(117)**

01/01/2018 (reapresentado)							
Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Moeda**	**Valor de referência (*notional*)**	**Valor justo**
Termo	Comprado	NDF	De 20/06/2017 a 27/12/2017	De 04/01/2018 a 29/11/2018	USD	140.731	765
Termo	Comprado	NDF	De 20/06/2017 a 27/12/2017	De 04/01/2018 a 29/11/2018	EUR	28.580	483
Termo	Comprado	NDF	De 20/06/2017 a 27/12/2017	De 04/01/2018 a 29/11/2018	CAD	7.883	61
Termo	Comprado	NDF	De 20/06/2017 a 27/12/2017	De 04/01/2018 a 29/11/2018	GBP	2.772	56
Termo	Comprado	NDF	De 20/06/2017 a 27/12/2017	De 04/01/2018 a 29/11/2018	AUD	2.409	24
Total						**182.375**	**1.389**

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		reapresentado	reapresentado		reapresentado	reapresentado
Equivalentes de caixa	90.342	197.927	215.998	165.131	218.049	258.677
Caixa e contas bancárias em moeda local	19.581	26.042	1.959	61.887	54.472	9.925
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	4.879	23.690	42.843	80.933	45.895	48.043
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	2.718	14.177	10.408	4.059	16.125	11.174
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	-	43.752	1.400	-
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	4.865	8.252	711	9.962	8.556	4.201
Total de caixa e equivalentes de caixa	**122.385**	**270.088**	**271.919**	**365.724**	**344.497**	**332.020**

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa do certificado de depósito interbancário – CDI que em 31 de dezembro de 2019 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 5,94% (6,40% em 31 de dezembro de 2018 e 9,12% em 01 de janeiro de 2018).

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Proveniente de vendas por meio de:		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Administradoras de cartões de crédito *(a)*	1.207.346	1.178.931	1.069.876	1.681.366	1.615.710	1.274.941
Contas a receber de títulos *(b)*	650.523	800.014	685.367	717.932	950.873	733.616
Financiamento próprio *(c)*	370.623	352.610	79.537	568.701	415.999	320.079
Outros	173.473	72.872	36.996	204.040	93.364	84.351
	2.401.965	**2.404.427**	**1.871.776**	**3.172.039**	**3.075.946**	**2.412.987**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber *(d)*	(71.487)	(49.678)	(15.149)	(88.738)	(64.244)	(37.666)
Total	**2.330.478**	**2.354.749**	**1.856.627**	**3.083.301**	**3.011.702**	**2.375.321**

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam um ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito.
(b) Contas a receber de títulos refere-se a venda de recebíveis a prazo para as instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos integralmente para as instituições financeiras no momento da venda.
(c) Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas através de financiamento interno disponibilizado aos clientes.
(d) A constituição e a reversão da perda estimada para ajuste ao seu valor recuperável foram reconhecidas na demonstração de resultado.

O *aging* do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
A vencer	2.289.531	2.292.227	1.820.568	3.012.459	2.884.791	2.317.027
Títulos vencidos						
Vencidos há menos de 30 dias	12.567	76.377	38.810	43.044	110.080	60.165
Vencidos há mais de 30 dias	99.867	35.823	12.398	116.536	81.075	35.795
Total	**2.401.965**	**2.404.427**	**1.871.776**	**3.172.039**	**3.075.946**	**2.412.987**

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**(15.149)**	**(37.666)**
Adições	(25.609)	(37.585)
Perdas efetivadas	8.817	10.981
Incorporação	(17.737)	-
Variação cambial de conversão	-	26
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**(49.678)**	**(64.244)**
Adições	(37.954)	(47.807)
Perdas efetivadas	16.145	21.908
Variação cambial de conversão	-	1.405
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(71.487)**	**(88.738)**

8. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Companhias aéreas *(a)*	487.386	458.618	351.370	571.037	516.543	372.969
Hotéis no Brasil e no exterior *(b)*	62.611	72.453	71.690	68.213	85.633	86.429
Outros *(c)*	36.298	67.500	18.566	80.022	67.660	33.283
Total	**586.295**	**598.571**	**441.626**	**719.272**	**669.836**	**492.681**

(a) Pagamentos às companhias aéreas referentes aos bilhetes já vendidos e ainda não utilizados, bem como adiantamentos visando a obtenção de melhores tarifas para futuras compras de bilhetes.
(b) Adiantamentos a hotéis são essencialmente resultantes de transações realizadas entre o Grupo e seus fornecedores.
(c) Inclui pagamentos antecipados de serviços receptivos, ingressos, seguros viagens e outros serviços turísticos.

9. Despesas antecipadas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Taxa de administração de cartões de crédito *(a)*	12.048	25.471	16.889	14.900	30.846	21.141
Propaganda e publicidade *(b)*	12.512	11.361	20.245	15.765	11.403	20.705
Fretamento marítimo *(c)*	34.895	26.297	42.174	34.895	26.297	42.174
Seguros	6.103	613	-	6.342	1.023	-
Outros	9.395	10.837	5.819	12.394	15.223	6.868
	74.953	**74.579**	**85.127**	**84.296**	**84.792**	**90.888**
Circulante	69.965	74.184	84.880	79.285	84.397	90.641
Não circulante	4.988	395	247	5.011	395	247

(a) Referem-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito como custos da transferência do risco de crédito das vendas feitas nessa modalidade, e serão apropriadas ao resultado quando do efetivo embarque dos passageiros.
(b) Inclui despesas de propaganda e publicidade ainda não veiculadas.
(c) Valor do fretamento marítimo da Pullmantur temporada 2019/2020 a ser realizada até março de 2020.

10. Combinações de negócios

Os principais ativos intangíveis reconhecidos nas combinações de negócios realizadas pela Companhia referem-se a carteira de clientes, mais valia de *softwares/websites* e marcas das empresas adquiridas.

No que tange carteira de clientes, aplicou-se o método de renda conhecido como “Ganhos Adicionais de Vários Períodos” (*Multi-period Excess Earnings Method* - MPEEM). Esta metodologia considera os ganhos futuros que podem ser auferidos durante a vida útil estimada para a carteira pela fidelização presumida em função do histórico de compras de um mesmo cliente.

A mais valia de softwares/websites foi mensurada pelo “método de custo de reprodução”. Esta metodologia considera o volume de gastos dispendidos para a criação/ desenvolvimento de um ativo tecnológico com vistas à obtenção de vantagem comercial ou tecnológica que não estaria imediatamente disponível caso não tivesse ocorrido a combinação de negócios. Em certas oportunidades, parte dos custos já está registrada no patrimônio adquirido, restando, então, o reconhecimento da mais valia para que o valor justo do ativo esteja devidamente refletido no patrimônio referente à combinação de negócios.

O ativo “marcas” refere-se a todo o conjunto de identificação de uma determinada empresa e de seus produtos e serviços prestados. A metodologia aplicada é conhecida como “Economia de Royalties” (*Relief from Royalties)* e é apurada com base no montante hipotético que seria economizado em pagamentos de royalties pela utilização da marca durante sua vida útil caso ela não fizesse parte do patrimônio adquirido na combinação de negócios.

Outros ativos intangíveis foram eventualmente identificados e mensurados ao valor justo em função de suas naturezas e importância para o negócio. Os demais ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios foram objeto de diligência contábil-financeira, sendo os balanços patrimoniais de partida as peças que demonstram seus valores justos e patrimônio líquido adquiridos.

Os gastos com consultorias para suporte aos processos de combinação de negócios estão apresentados na demonstração de resultado, na linha de despesas gerais e administrativas.

10.1 Aquisições ocorridas em 2019

10.1.1 Camden Enterprises LLC.

10.1.1.1 Aquisição

Em 27 de março de 2019, através da controlada indireta Trend Travel LLC. foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“contrato Camden”), o qual previa a aquisição de participação acionária correspondente a 56% do capital social da Camden Enterprises LLC. (“Camden”).

A Camden é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em Orlando, no estado da Flórida - Estados Unidos e tem como atividade principal a administração de investimentos. A Camden era, até o momento de sua aquisição, controladora direta da então coligada VHC Hospitality LLC. (“VHC”), cuja atividade principal é a administração de imóveis e locação de propriedades para temporadas em Orlando e Miami.

Nos termos contratuais, o valor total da aquisição de 56% desta participação foi de R$ 4.329. A partir do evento em questão, o Grupo passou a ser controlador direto da Camden (56% de participação) e da VHC (69% de participação).

10.1.1.2 Valor justo dos ativos e passivos identificados

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis da Camden na data da aquisição é apresentado a seguir:

Participação adquirida	56,00%
Preço de aquisição	4.329
Valor pago na data de aquisição	4.329
Valor a pagar	**-**
Ativos	*100%*
Caixa e equivalentes de caixa	1
Contas a receber	1.707
Total dos ativos identificáveis	**1.708**
Patrimônio líquido	**1.708**
Participação de acionistas não controladores	752
Ágio gerado na transação	3.373
Total da contraprestação	**3.373**

A transação foi concluída através da controladora indireta, Trend Viagens S.A. O total dos ativos líquidos adquiridos (valor justo) na data de aquisição é apresentado a seguir:

	31/03/2019
Investimento	956
Ágio	3.373
Ganho na remensuração do valor justo (*step aquisition*)	3.287
Total	**7.616**

10.1.2 Trend Viagens S.A.

A Companhia, em conformidade com fato relevante divulgado em 05 de novembro de 2018, concluiu, no primeiro trimestre de 2019, a aquisição da participação remanescente de 10% no capital

social da Trend Viagens S.A., passando a ser detentora de 100% de suas ações, bem como de suas controladas diretas. Por tratar-se de controlada direta, a aquisição de participação de minoritários não controladores não impacta a mensuração do ágio. O valor total da transação referente a aquisição desta parcela foi de R$ 28.397.

10.1.3 Esferatur Passagens e Turismo S.A.

10.1.3.1 Aquisição

Em 1º de abril de 2019, conforme fato relevante divulgado em 28 de fevereiro de 2019, foi assinado entre a Companhia e os sócios da Esferatur Passagens e Turismo S.A. (“Esferatur”), contrato de compra e venda para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Esferatur.

A Esferatur tem mais de 26 anos de atuação na intermediação de passagens áreas para agências de viagens e possui 14 unidades que atendem diferentes regiões do Brasil. Sua aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia em expandir a atuação no canal multimarcas (B2B), contribuindo para a posição de liderança no setor de viagens no Brasil.

Preço Base: O Preço Base foi equivalente ao montante total de R$ 230.747 e pago aos Vendedores na proporção da participação societária da Companhia alienada por cada vendedor para a Compradora da seguinte forma:

i) 20% (vinte por cento) do Preço Base foi pago aos Vendedores na data de fechamento, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de fundos imediatamente disponíveis para as contas bancárias dos Vendedores;

ii) 50% (cinquenta por cento) do Preço Base foi pago mediante entrega de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Comprador (“Ações CVC”), observado que a quantidade de Ações CVC a ser entregue será fixada por meio da divisão de 50% (cinquenta por cento) do Preço Base pela média simples da cotação de tais ações na B3 dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de fechamento (“Preço base à vista em ações);
iii) 30% (trinta por cento) do Preço Base será pago em 5 (cinco) parcelas anuais iguais, a serem corrigidas pelo CDI desde a data de fechamento até a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas, observado que cada uma das parcelas será paga nas datas dos correspondentes aniversários de fechamento, a partir do 1º (primeiro) aniversário e até o 5º (quinto) aniversário da data de fechamento.

Preço Variável Futuro (“contraprestação contingente”): Adicionalmente ao Preço Base, a compradora pagará aos Vendedores uma parcela variável do preço, a ser calculada com base na variação do EBITDA realizado dos anos de 2017 a 2020 da Companhia e será pago em 2 (duas) parcelas na proporção da participação societária da Companhia alienada por cada Vendedor a Compradora nos dias 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, da seguinte forma:

i) 50% (cinquenta por cento) em dinheiro, mediante transferência eletrônica de fundos imediatamente disponíveis, nas contas bancárias dos Vendedores;

ii) 50% (cinquenta por cento) em Ações CVC, observado que a quantidade de Ações CVC a ser entregue aos Vendedores será fixada por meio da divisão de 50% (cinquenta por cento) da referida Parcela do Preço Variável Futuro pela média simples da cotação de tais ações na B3 dos 30 (trinta) pregões anteriores à referida Data de Pagamento do Preço Variável.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía estimativa de desembolso referente a obrigação de preço variável futuro no valor de R$ 2.650.

10.1.3.2 Valor justo dos ativos e passivos identificados

No decorrer do ano de 2019 foram finalizados os procedimentos de *due dilligence*; sendo assim, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis da Esferatur na data da aquisição é reapresentado a seguir:

	01/04/2019	Ajuste	01/04/2019 reapresentado
Participação adquirida	100%		100%
Preço de aquisição	245.061	(14.314)	230.747
Ajuste Preço de Compra (a)	-	3.570	3.570
Earn out	57.416	(54.594)	2.822
AVP *earn out*	(4.497)	4.325	(172)
Total aquisição	**297.980**	**(61.013)**	**236.967**
Pagamento em dinheiro na data de fechamento	(49.012)	-	(49.012)
Entrega de ações	(122.531)	14.314	(108.217)
Valor pago na data de aquisição	**(171.543)**	**14.314**	**(157.229)**
Reserva de capital	(33.898)	33.898	-
Valor a pagar	**92.539**	**(12.801)**	**79.738**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6.057	-	6.057
Contas a receber de clientes	44.492	-	44.492
Despesas antecipadas	1.189	-	1.189
Outros ativos	148	-	148
Impostos diferidos	3.012	-	3.012
Ativo imobilizado	1.756	-	1.756
Ativo intangível	219	-	219
IR e CS diferido ativo sobre passivo contingente	-	2.027	2.027
Ativos intangíveis oriundos de alocação PPA	143.859	-	143.859
Outros ativos	66	-	66
Total dos ativos identificáveis	**200.798**	**2.027**	**202.825**
Passivos			
Fornecedores	(29.307)	-	(29.307)
Contas a pagar	(4.720)	-	(4.720)
Impostos a recolher	(2.517)	-	(2.517)
Salários e encargos sociais	(5.450)	-	(5.450)
Outras contas a pagar	(913)	-	(913)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(65)	-	(65)
Passivo contingente	-	(5.961)	(5.961)
Provisão para reestruturação	(8.584)	-	(8.584)
Total dos passivos identificáveis	**(51.556)**	**(5.961)**	**(57.517)**
Total dos ativos líquidos adquiridos (valor justo)	**149.242**	**(3.934)**	**145.308**
Ágio gerado na transação	153.235	(61.576)	91.659
Total da contraprestação	**302.477**	**(65.510)**	**236.967**

Total dos ativos/passivos líquidos adquiridos (valor justo):

	01/04/2019	Ajuste	01/04/2019
Investimento	5.383	-	5.383
Carteira de clientes	143.859	-	143.859
Ágio	153.235	(61.576)	91.659
Passivo contingente	-	(5.961)	(5.961)
IR e CS diferidos ativos sobre passivo contingente	-	2.027	2.027
Total	**302.477**	**(65.510)**	**236.967**

(a) Ajuste de preço base conforme variação do Caixa Líquido Mínimo e do Capital de Giro, apurados em balanço auditado da empresa adquirida.

10.1.3.3 Alocação da contraprestação paga

Para fins de consolidação o ágio é reconhecido aplicando-se o conceito de combinação de negócios (CPC 15/IFRS 3) e efetuando as alocações da contraprestação paga, em ativos intangíveis identificados pela Companhia. As alocações da contraprestação pagas ocorreram da seguinte forma:

	Valor alocado intangível	Vida útil
Carteira de clientes	143.859	16 anos
Passivo contingente	(5.961)	n/a
IR e CS diferidos ativos sobre passivo contingente	2.027	n/a
Ágio	91.659	Indefinida
Total	**231.584**	

10.1.4 Grupo Almundo

10.1.4.1 Aquisição

Em 21 de novembro de 2019, em linha com o fato relevante divulgado em 1º de agosto de 2019, foi assinado entre a Submarino Viagens Ltda., e os sócios da Santa Fé Investment Holding B.V. (“Grupo Almundo”), contrato de compra e venda para aquisição de 99,99% das ações representativas do capital social do Grupo Almundo.

O Grupo Almundo atua no setor de turismo no segmento de lazer, com modelo *omnichanne*l, por meio de canais de lojas, call center e vendas online (site, mobile e plataforma digital própria), sendo que a maioria das reservas é feita por meios digitais. Sua marca está presente em quatro países na América Latina: Argentina, Colômbia, México, Uruguai e Brasil, sendo a Argentina o mercado mais relevante.

Preço Base: O Preço Base foi equivalente ao montante total de US$74.523 (R$ 314.783) e foi/será pago aos Vendedores na proporção da participação societária da Companhia alienada por cada vendedor para a Compradora da seguinte forma:

i) US$72.276 (R$ 305.290) do Preço Base foi pago aos Vendedores na data de fechamento, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de fundos imediatamente disponíveis para as contas bancárias dos Vendedores;

ii) US$2.247 (R$ 9.493) do Preço Base será pago aos Vendedores em abril 2020, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de fundos imediatamente disponíveis para as contas bancárias dos Vendedores;

Preço Variável Futuro (“contraprestação contingente”): Não há.

10.1.4.2 Valor justo dos ativos e passivos identificados

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis do Grupo Almundo na data da aquisição é apresentado a seguir:

	21/11/2019
Participação adquirida	99,99%
Preço de aquisição	314.783
Valor pago na data de aquisição	(303.826)
Variação cambial do período	(1.464)
Valor a pagar	**9.493**
Ativos	
Contas a receber de clientes	72.982
Outros ativos circulantes	21.386
Ativo imobilizado	11.660
Ativo de direito de uso	6.236
Ativo intangível	66.219
Ativos intangíveis oriundos de alocação (PPA)	170.017
Outros ativos não circulantes	17.005
Total dos ativos identificáveis	**365.595**
Passivos	
Fornecedores	159.649
Outros passivos circulantes	20.702
Provisão para contingências	39.915
IR diferido passivo	42.504
Passivos não circulantes	22.350
Total dos passivos identificáveis	**285.120**
Total dos ativos líquidos adquiridos (valor justo)	**80.475**
Ágio gerado na transação	234.308
Total da contraprestação	**314.783**

Total dos ativos líquidos adquiridos (valor justo):

	21/11/2019
Investimento (passivo a descoberto)	(47.038)
Marca	24.295
Plataforma digital (*software*)	145.722
Ágio	234.308
Passivo fiscal diferido	(42.504)
Total	**314.783**

10.1.4.3 Alocação da contraprestação paga

Para fins de consolidação o ágio é reconhecido aplicando-se o conceito de combinação de negócios (CPC 15/IFRS 3) e efetuando as alocações da contraprestação paga, em ativos intangíveis identificados pela Companhia. As alocações da contraprestação paga ocorreram da seguinte forma:

	Valor alocado intangível	Vida útil
Marca	24.295	10 anos
Plataforma digital (*software*)	145.722	7 anos
Ágio	234.308	Indefinida
Passivo fiscal diferido	(42.504)	n.a.
Total	**361.821**	

As transações de combinações de negócios assumidas a valor justo foram mensuradas em bases provisórias, e o exercício de mensuração está em aberto, podendo sofrer alteração no prazo de doze meses.

10.2 Aquisições ocorridas em 2018

10.2.1 Ola S.A.

10.2.1.1 Aquisição

Em 11 de dezembro de 2018, conforme comunicado ao mercado e em prosseguimento ao fato relevante de 4 de setembro de 2018, através de sua controlada 100% controlada na Argentina, CVC Turismo S.A.U., concluiu o processo de aquisição da participação acionária representativa de 60% (sessenta por cento) do capital social da Ola S.A.

A Ola S.A. tem mais de 40 anos de atuação no setor de turismo, conta com mais de 320 colaboradores na área e atua no setor de turismo e viagens por meio de três principais unidades de negócio: a Ola Mayorista de Turismo, Quinceãneras e Transatlántica Viajes y Turismo (negócio Minorista).

Nos termos do contrato de compra e venda de ações assinado em 11 de dezembro de 2018, o preço base estimado de aquisição de 60% da Companhia foi de US$10.064 (R$ 38.881), deste montante US$ 3.000 (R$ 11.589) foram pagos aos antigos controladores, US$1.000 (R$ 3.863) foi pago aos antigos controladores em janeiro de 2019, US$ 3.500 (R$ 13.522) foram pagos mediante aporte, pela Companhia, no capital social da empresa adquirida (*cash-in*).

Está previsto o pagamento de um preço adicional (“contraprestação contingente”) de até US$ 7.200 que será pago conforme atingimento de metas e performance, mais parcela contingente “escrow” aos minoritários de até US$ 4.500. Os pagamentos destes montantes estavam/estão vinculados ao atingimento de metas de performance durante os anos de 2019, 2020 e 2021. A estimativa é de não cumprimento das metas, portanto a parcela contingente não foi acrescida ao preço de compra no momento inicial.

O valor do preço de compra foi ajustado dentro do período de mensuração da combinação de negócios, sendo demonstrado abaixo:

	30/11/2018	Ajuste	Reapresentado 30/11/2018
Preço de aquisição	74.456	(35.575)	38.881
Valor pago na data de aquisição	(25.246)	-	(25.246)
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018	**49.210**	**(35.575)**	**13.635**

10.2.1.2 Valor justo dos ativos e passivos identificados

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis da Ola S.A. na data da aquisição é reapresentado a seguir:

	30/11/2018	Ajuste	30/11/2018 reapresentado
Participação adquirida	*60%*	-	*60%*
Preço de aquisição	29.121	(146)	28.975
Earn out	45.335	(45.335)	-
Ajuste de preço de compra (a)	-	9.906	9.906
Valor pago na data de aquisição	(25.246)	-	(25.246)
Valor a pagar	**49.210**	**(35.575)**	**13.635**
Ativos	*100%*		*100%*
Caixa e equivalentes de caixa	19.524	-	19.524
Contas a receber	76.369	1.756	78.125
Outros créditos circulantes	4.137	-	4.137
Contas a receber - *Intercompany*	1.757	(1.757)	-
Outros créditos não circulantes	879	-	879
Imobilizado	650	-	650
Ativos intangíveis oriundos de alocação (PPA)	42.287	17.660	59.947
IR e CS diferido ativo sobre passivo contingente	-	3.137	3.137
Intangível	863	-	863
Total dos ativos	**146.466**	**20.796**	**167.262**
Passivos			
Fornecedores	(74.783)	(65.864)	(140.647)
Empréstimos e financiamentos circulantes	(262)	(5)	(267)
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	(872)	-	(872)
Impostos a pagar	(733)	-	(733)
Empréstimos e financiamentos não circulantes	(1.205)	-	(1.205)
IR diferido passivo	(14.378)	(609)	(14.987)
Passivo contingente	-	(12.550)	(12.550)
Outras contas a pagar não circulantes	(3.246)	1	(3.245)
Total dos passivos identificáveis	**(95.479)**	**(79.027)**	**(174.506)**
Patrimônio Líquido	**50.987**	**(58.231)**	**(7.243)**
Participação de não controladores	**(9.213)**	**12.110**	**2.897**
Ágio gerado na transação	32.700	10.526	43.226
Total da contraprestação	**74.456**	**(35.575)**	**38.880**

(a) Ajuste de preço base conforme variação do Caixa Líquido Mínimo e do Capital de Giro, conforme apurados em balanço auditado da Companhia e descrito no Contrato de Compra e Venda.

O investimento inicial registrado nas demonstrações financeiras da controladora foi composto da seguinte forma:

	30/11/2018	Ajuste	30/11/2018 reapresentado
Investimento (passivo a descoberto)	13.847	(39.522)	(25.675)
Marca	8.823	30	8.853
Carteira de clientes	33.464	(6.349)	27.115
Ágio	32.700	10.526	43.226
Passivo contingente	-	(7.530)	(7.530)
IR diferido ativo sobre passivo contingente	-	1.882	1.882
Passivo fiscal diferido	(14.378)	5.386	(8.992)
Total	**74.456**	**(35.576)**	**38.880**

10.2.1.3 Alocação da contraprestação paga

Para fins de consolidação, o ágio é reconhecido aplicando-se o conceito de combinação de negócios (CPC 15/IFRS 3) e efetuando as alocações da contraprestação paga em ativos intangíveis identificados pela Companhia. As alocações da contraprestação paga ocorreram da seguinte forma:

	Valor alocado intangível	Vida útil
Marca	8.853	10 anos
Carteira de clientes	27.115	10 anos
Ágio	43.226	indefinida
Passivo contingente	(7.530)	n/a
IR diferido ativo sobre passivo contingente	1.882	n/a
Passivo fiscal diferido	(8.992)	n/a
Total	**64.554**	

10.2.1.4 Opções de compra e venda

Conforme determinado em acordo de acionistas a Companhia possui opções de compra e venda conforme demonstrado abaixo:

Detalhes de opção	Exercício para exercer
Opção de venda	Exercível pelo acionista minoritário em 2024
Opção de compra	Exercível pelo acionista controlador em 2025

O preço de exercício da opção de compra livre será determinado por múltiplos, já definidos no acordo de acionistas, do EBITDA do ano fiscal imediatamente anterior ao exercício da opção, multiplicado pelo percentual de participação adquirido.

Com base no exposto, a Companhia reconheceu um passivo financeiro e efeitos do valor justo referente à opção de venda e um ativo financeiro e efeitos do valor justo referente à opção de compra. O reconhecimento da provisão teve como contrapartida reserva específica no patrimônio líquido, por considerar que se trata de transações entre sócios. Em 31 de dezembro de 2019 os montantes de opções de compra (“call option”) e venda (“put option”) são R$11.892 e R$52.312, respectivamente (R$6.963 e R$49.284 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

10.2.2 Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A (“Biblos”)

10.2.2.1 Aquisição

Em 4 de setembro de 2018, conforme divulgado em fato relevante, foi assinado entre a Companhia por meio de sua controlada 100% controlada na Argentina, CVC Turismo S.A.U. e a BIBLOS AMERICA LLC (“Bibam”), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato Biblos”) para aquisição de participação acionária correspondente a 60,06% do capital social da Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A.

Nos termos do Contrato Biblos, a CVC Turismo S.A.U. adquiriu o controle acionário na Biblos em contrapartida ao pagamento de valor correspondente a US$1.780 (R$ 7.349); deste montante US$ 280 (R$ 1.157) foram pagos aos antigos controladores (Bibam) e US$ 1.500 (R$6.192) foram pagos mediante aporte, pela Companhia, no capital social da empresa adquirida (cash-in). O valor foi integralmente pago em 04 de setembro de 2018.

O contrato Biblos não oferece termos de contraprestação de pagamentos de parcela contingente (*earn-out*).

A opção de compra e venda (*put/call*) foi estimada em conjunto com a Avantrip e apresentado no próximo item.

10.2.2.2 Valor justo dos ativos e passivos identificados

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis da Biblos na data da aquisição é apresentado a seguir:

Participação adquirida	60,06%
Preço de aquisição	7.349
Valor pago na data de aquisição	(7.349)
Valor a pagar	**-**
Ativos	*100%*
Caixa e equivalentes de caixa	6.655
Contas a receber	6.822
Adiantamentos a fornecedores	2.386
Despesas antecipadas	61
Impostos a recuperar	1.906
Impostos diferidos	2.369
Contas a receber partes relacionadas	5.155
Imobilizado	4.042
Outros contas a receber	3.407
Total dos ativos identificáveis	**32.803**
Passivos	
Fornecedores	(2.914)
Empréstimos e financiamentos	(54)
Contratos a embarcar antecipados	(449)
Impostos e contribuições a pagar	(1.706)
Salários e encargos sociais	(1.480)
Contas a pagar partes relacionadas	(13.513)
Provisão para demanda judicial	(218)
Contas a pagar	(4.804)
Total dos passivos identificáveis	**(25.138)**
Patrimônio Líquido	**7.665**
Participação de acionistas não controladores	3.061
Total dos ativos líquidos adquiridos (valor justo)	4.604
Ágio gerado na transação	2.745
Total da contraprestação	**7.349**

O investimento inicial registrado nas demonstrações financeiras da controladora foi composto da seguinte forma:

	30/09/2018
Investimento	4.604
Ágio	2.745
Total	**7.349**

10.2.3 Avantrip.com SRL (“Avantrip”)

10.2.3.1 Aquisição

Em 4 de setembro de 2018, conforme divulgado em fato relevante, foi assinado entre a Companhia por meio de sua controlada 100% controlada na Argentina, CVC Turismo S.A.U. e a Biblos America L.L.C. (“Bibam”), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“contrato Biblos”) para aquisição de participação acionária correspondente a 60,06% do capital social da Avantrip.com SRL (“Avantrip”).

Nos termos do Contrato Biblos, a CVC Turismo S.A.U. adquiriu o controle acionário na Avantrip, em contrapartida ao pagamento de valor correspondente a US$ 3.596 (R$ 14.655), deste montante US$ 596 (R$ 2.457) foram pagos aos antigos controladores (Bibam) e US$ 3.000 (R$ 12.198) foram pagos mediante aporte, pela Companhia, no capital social da empresa adquirida (*cash-in*). O contrato Biblos não oferece termos de contraprestação de pagamentos de parcela contingente (*earn-out*).

Preço de aquisição	14.655
Valor pago na data de aquisição	(8.649)
Pagamentos realizados em 2018	(6.006)
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018	**-**

10.2.3.2 Valor justo dos ativos e passivos identificados

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis da Avantrip na data da aquisição é apresentado a seguir:

Participação adquirida	60,06%
Preço de aquisição	14.655
Valor pago na data de aquisição	(8.649)
Valor a pagar	**6.006**
Ativos	*100%*
Caixa e equivalentes de caixa	5.419
Contas a receber	12.169
Adiantamentos a fornecedores	1.006
Despesas antecipadas	622
Impostos a recuperar	2.071
Impostos diferidos	6.843
Contas a receber partes relacionadas	16.704
Imobilizado	2.417
Ativos intangíveis – Softwares	3.431
Ativos intangíveis oriundos de alocação (PPA)	6.547
Outros contas a receber	1.261
Total dos ativos identificáveis	**58.490**
Passivos	
Fornecedores	(7.187)
Empréstimos e financiamentos	(12.476)
Impostos e contribuições a pagar	(1.584)
Salários e encargos sociais	(2.252)
Contas a pagar partes relacionadas	(2.093)
Provisão para demanda judicial	(971)
Passivo fiscal diferido	(2.226)
Outras Contas a pagar	(23.980)
Total dos passivos identificáveis	**(52.769)**
Patrimônio Líquido	**5.721**
Participação de acionistas não controladores	2.285
Ágio gerado na transação	11.222
Total da contraprestação	**14.655**

O investimento inicial registrado nas demonstrações financeiras da controladora foi composto da seguinte forma:

	30/09/2018
Investimento	846
Marca	3.006
Mais valia – *software*	925
Ágio	10.871
Passivo fiscal diferido	(983)
Total	**14.665**

10.2.3.3 Alocação da contraprestação paga

Para fins de consolidação o ágio é reconhecido aplicando-se o conceito de combinação de negócios e efetuando as alocações da contraprestação paga, em ativos intangíveis identificados pela Companhia. As alocações da contraprestação paga ocorreram da seguinte forma:

	Valor alocado intangível	Vida útil
Mais valia - *software*	925	5,5 anos
Marca	3.006	10 anos
Ágio não alocado	10.871	Indefinida
Passivo fiscal diferido	(983)	n.a.
Total intangível	**13.819**	

10.2.3.4 Opções de compra e venda

Conforme determinado em acordo de acionistas a Companhia possui opções de compra e venda conforme determinado abaixo:

Detalhes de opção	**Exercício para exercer**
Opção de venda	Exercível pelo acionista minoritário em 2024
Opção de compra	Exercível pelo acionista controlador em 2025

Com base no exposto, a Companhia reconheceu um passivo financeiro e efeitos do valor justo referente à opção de venda e um ativo financeiro e efeitos do valor justo referente à opção de compra. O reconhecimento da provisão teve como contrapartida reserva específica no patrimônio líquido, por considerar que se trata de transações entre sócios. Em 31 de dezembro de 2019 os montantes de opções de compra (“call option”) e venda (“put option”) são R$318 e R$15.827, respectivamente (R$111 e R$3.825 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

11. Investimentos

As movimentações nos investimentos podem ser resumidas como segue:

	Read Serviços Turísticos S.A. *(a)*	Reserva Fácil Tecnologia S.A. *(a)*	Submarino Viagens	Viatrix Viagens e Turismo *(a)*	Visual Turismo	Trend Viagens	CVC Turismo S.A.U	Esferatur	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (Reapresentado)	**305.721**	**16.974**	**90.062**	**64.437**	**13.688**	**48.760**	**-**	**-**	**539.642**
Reversão de dividendos destinados *(b)*	26.924	-	-	-	-	-	-	-	**26.924**
Ajuste do preço de opção de venda	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Equivalência patrimonial do exercício	36.298	(1.507)	(26.251)	3.821	(12.008)	24.083	(9.798)	-	**14.638**
Efeito reflexo no resultado abrangente	-	-	-	(134)	(80)	- 1.266	148	-	**(1.332)**
Aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	(46.177)	-	**(46.177)**
Aumento de capital na controlada	-	-	-	-	82.200	-	-	-	**82.200**
Incorporação	(368.943)	(15.467)	-	(68.124)	-	-	-	-	**(452.534)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**-**	**-**	**63.811**	**-**	**83.800**	**71.577**	**(55.827)**	**-**	**163.361**
Composição do investimento									
Ágio	-	-	94.493	-	17.988	259.507	-	-	371.988
Investimento	-	-	(37.262)	-	40.411	(93.684)	(55.827)	-	(146.362)
Intangíveis alocados do preço de compra	-	-	6.580	-	25.401	76.509	-	-	108.490
Passivo contingente líquido do ativo fiscal diferido	-	-	-	-	-	(170.755)	-	-	(170.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**-**	**-**	**63.811**	**-**	**83.800**	**71.577**	**(55.827)**	**-**	**163.361**
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	91.659	**91.659**
Equivalência patrimonial do exercício	-	-	(91.526)	-	19.037	23.464	8.743	8.259	**(32.023)**
Efeito reflexo no resultado abrangente	-	-	(15.120)	-	245	(2.636)	23	(149)	**(17.637)**
Reserva para aquisição de não controladores	-	-	-	-	-	-	(13.335)	-	**(13.335)**
Aquisição de Controlada	-	-	-	-	-	(20.247)	-	149.242	**128.995**
Aumento de capital em Controlada	-	-	316.000	-	-	182.287	114.144	-	**612.431**
Contingências não materializadas	-	-	-	-	-	-	-	(3.934)	**(3.934)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**273.165**	**-**	**103.082**	**254.445**	**53.748**	**245.077**	**929.517**
Composição do investimento									
Ágio	-	-	94.493	-	17.988	259.507	-	91.659	**463.647**
Investimento	-	-	172.638	-	63.026	72.146	53.748	17.944	**379.502**
Intangíveis alocados do preço de compra	-	-	6.034	-	22.069	73.199	-	139.408	**240.710**
Passivo contingente líquido do ativo fiscal diferido	-	-	-	-	-	(150.407)	-	(3.934)	**(154.341)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**273.165**	**-**	**103.082**	**254.445**	**53.748**	**245.077**	**929.517**

(a) Empresas incorporadas pela Controladora no 3º trimestre de 2018.
(b) Reversão dos dividendos relativos ao exercício de 2017. Foi estabelecido entre controladora e controlada, em 25 de abril de 2018, a distribuição de valor inferior ao previsto no acordo de acionistas.

Abaixo seguem informações das controladas diretas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido *(b)*	Receita líquida	(Prejuízo) Lucro líquido do exercício *(a)*	% Part.
Submarino Viagens (Consolidado)	1.005.126	832.490	178.672	141.039	(91.526)	100%
Visual Turismo	177.033	114.007	85.095	65.982	19.037	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	615.823	541.934	145.345	133.057	23.464	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	445.089	364.587	53.748	108.343	8.743	100%
Esferatur *(c)*	49.676	31.732	157.352	58.579	8.259	100%

	31/12/2018 (reapresentado)					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido *(b)*	Receita líquida	(Prejuízo) Lucro líquido do exercício *(a)*	% Part.
Submarino Viagens (Consolidado)	272.272	309.534	(30.682)	111.182	(26.251)	100%
Visual Turismo	187.980	147.569	65.813	37.887	(12.007)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	425.906	530.000	(21.467)	160.216	26.759	90%
CVC Turismo S.A.U. (Consolidado)	267.983	327.533	(55.827)	18.989	(9.798)	100%

(a) Inclui os valores da amortização dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.
(b) Inclui os valores dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.
(c) Empresa adquirida no segundo trimestre de 2019. O resultado apresentado refere-se ao período de nove meses findo em 31/12/2019

Abaixo seguem informações das controladas incorporadas no decorrer do ano de 2018:

	Read Serviços Turísticos S.A.	Reserva Fácil Tecnologia S.A.	Viatrix Viagens e Turismo
Ativo	465.999	3.900	106.402
Passivo	(345.944)	(2.018)	(97.767)
Acervo líquido incorporado (laudo)	**120.045**	**1.883**	**8.635**
Variação patrimonial	13.035	(497)	(1.335)
Ágio	116.832	7.514	44.159
Intangível alocados na aquisição, líquido de tributos diferidos	119.031	6.567	16.665
Saldo incorporado	**368.943**	**15.467**	**68.124**

12. Ativo intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	Controladora						
	Software e *website*	**Contrato de exclusividade**	**Ágio**	**Carteira de clientes**	**Marca**	**Acordo de não competição**	**Total do intangível**
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**80.421**	**44.036**	**-**	**-**	**-**	**-**	**124.457**
Custo							
01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	173.357	87.095	-	-	-	-	**260.452**
Adições	46.498	-	-	-	-	-	**46.498**
Transferência para o ativo imobilizado	(258)	-	-	-	-	-	**(258)**
Baixas	(2.672)	-	-	-	-	-	**(2.672)**
Incorporação	30.933	1.920	168.504	116.170	4.699	1.222	**323.448**
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**247.858**	**89.015**	**168.504**	**116.170**	**4.699**	**1.222**	**627.468**
Amortização acumulada							
01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	(92.936)	(43.059)	-	-	-	-	**(135.995)**
Amortização	(40.726)	(8.840)	-	(6.655)	(85)	(122)	**(56.428)**
Baixas	1.810	-	-	-	-	-	**1.810**
Incorporação	(6.883)	(185)	-	-	-	-	**(7.068)**
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**(138.735)**	**(52.084)**	**-**	**(6.655)**	**(85)**	**(122)**	**(197.681)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**109.123**	**36.931**	**168.504**	**109.515**	**4.614**	**1.100**	**429.787**
Custo							
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	247.858	89.015	168.504	116.170	4.699	1.222	**627.468**
Adições	73.797	818	-	-	-	-	**74.615**
Transferências para o ativo imobilizado	254	-	-	-	-	-	**254**
Baixas	(4.152)	-	-	-	-	-	**(4.152)**
31 de dezembro de 2019	**317.757**	**89.833**	**168.504**	**116.170**	**4.699**	**1.222**	**698.185**
Amortização acumulada							
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	(138.735)	(52.084)	-	(6.655)	(85)	(122)	(197.681)
Amortização	(39.357)	(9.063)	-	(16.328)	(256)	(367)	(65.371)
31 de dezembro de 2019	**(178.092)**	**(61.147)**	**-**	**(22.983)**	**(341)**	**(489)**	**(263.052)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**139.665**	**28.686**	**168.504**	**93.187**	**4.358**	**733**	**435.133**

Consolidado	Consolidado							
	Software e *website*	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Outros	Total do intangível
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	133.226	44.742	539.753	228.536	24.963	10.005	1.317	**982.542**
Custo								
01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**253.331**	**87.865**	**539.753**	**262.620**	**27.196**	**10.843**	**1.317**	**1.182.925**
Adições	71.546	1.853	-	-	776	-	1.265	**75.440**
Baixas	(3.662)	-	-	-	(4)	-	-	**(3.666)**
Transferências para o ativo imobilizado	338	-	-	-	-	-	-	**338**
Aquisição por combinação de negócios	6.851	-	55.323	43.802	20.990	-	-	**126.966**
Incorporação	752	(703)	-	-	5	(211)	-	**(157)**
Variação cambial de conversão	(371)	-	(783)	130	(258)	2	(742)	**(2.022)**
31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**328.785**	**89.015**	**594.293**	**306.552**	**48.705**	**10.634**	**1.840**	**1.379.824**
Amortização acumulada								
01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**(120.105)**	**(43.123)**	**-**	**(34.084)**	**(2.233)**	**(838)**	**-**	**(200.383)**
Combinação de negócios	(251)	-	-	369	(540)	-	-	**(422)**
Amortização	(55.152)	(9.006)	-	(36.091)	(2.931)	(2.426)	-	**(105.606)**
Baixas	2.521	-	-	-	-	-	-	**2.521**
Incorporação	(707)	45	-	-	-	-	-	**(662)**
Variação cambial de conversão	21	-	-	1	3	-	-	**25**
31 de dezembro de 2018	**(173.673)**	**(52.084)**	**-**	**(69.805)**	**(5.701)**	**(3.264)**	**-**	**(304.527)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**155.112**	**36.931**	**594.293**	**236.747**	**43.004**	**7.370**	**1.840**	**1.075.297**
Custo								
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**328.785**	**89.015**	**594.293**	**306.552**	**48.705**	**10.634**	**1.840**	**1.379.824**
Combinação de negócios	256.549	-	325.967	143.859	24.295	-	13.413	764.083
Adições	82.794	818	6.659	-	2.872	-	2.261	95.404
Baixas	(12.445)	-	-	-	(280)	-	(1.135)	(13.860)
Transferências para o ativo imobilizado	1.259	-	-	-	(189)	-	(818)	252
Variação cambial conversão	14.122	-	(8.880)	1.898	1.151	-	(542)	7.749
31 de dezembro de 2019	**671.064**	**89.833**	**918.039**	**452.309**	**76.554**	**10.634**	**15.019**	**2.233.452**
Amortização acumulada								
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**(173.673)**	**(52.084)**	**-**	**(69.805)**	**(5.701)**	**(3.264)**	**-**	**(304.527)**
Combinação de negócios	(56.567)	-	-	-	-	-	(2.219)	(58.786)
Amortização	(57.501)	(9.063)	-	(47.003)	(5.429)	(2.517)	(93)	(121.606)
Transferências para o ativo imobilizado	256	-	-	-	107	-	(363)	-
Baixas	8.652	-	-	-	-	-	(227)	8.425
Variação cambial de conversão	(858)	-	-	(228)	376	-	43	(667)
31 de dezembro de 2019	**(279.691)**	**(61.147)**	**-**	**(117.036)**	**(10.647)**	**(5.781)**	**(2.859)**	**(477.161)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**391.373**	**28.686**	**918.039**	**335.273**	**65.907**	**4.853**	**12.160**	**1.756.291**

12.1 Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa, para teste de valor recuperável (*impairment*). A Companhia realizou o teste de valor recuperável e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

12.2 Unidade geradora de caixa (UGC)

Em 31 de dezembro de 2019, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa das empresas do grupo CVC foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante período de até dez anos, conforme abaixo:

UGC	País	Valor ágio gerado	Valor em Uso	*WACC*	*EBITDA(**)*
Read	Brasil	119.083	1.748.120	9,39%	0,99%
Experimento	Brasil	44.159	291.302	9,39%	1,32%
Visual	Brasil	17.988	324.396	9,39%	3,32%
Trend	Brasil	259.507	1.184.963	9,39%	1,90%
Esferatur	Brasil	91.659	564.302	9,39%	1,67%
OLA	Argentina	43.226	145.614	15,90%	6,51%
Avantrip/Biblos	Argentina	13.616	138.983	15,90%	4,00%
Online (*)	Brasil e Argentina	328.801	1.198.231	9,39%	6,93%

(*) Compreende as unidades CVC.com, Almundo e Submarino Viagens
(**) Percentuais estimados de taxa de crescimento

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontados para períodos de 10 anos, tendo em vista que os planos de aquisição da Companhia são preparados por 10 anos, sendo os primeiros 2-3 anos de integração dos negócios e captura/ estabilização de sinergias, considerando cenário de estabilidade macroeconômica.

12.3 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso da Read, Experimento, Visual, Trend, Esferatur, Ola, Avantrip/Biblos e Unidade Online é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii) e taxa de crescimento (iii):

(i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do período de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas;

(ii) A taxa de crescimento na perpetuidade foi fixada em 3,5% para as empresas no Brasil e 5,9% para as empresas na Argentina;

(iii) A taxa de desconto média do grupo é a mesma por região geográfica devido as premissas chaves de inflação e risco-país, que compõe o cálculo do WACC.

A Companhia não identificou indicadores que resultem na necessidade de registro de provisão para *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

12.4 Análise de sensibilidade

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

Variação no fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto		
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%
Read	9,4%	1.486.563	2.121.222
Experimento	9,4%	250.327	349.350
Visual	9,4%	265.044	409.605
Trend	9,4%	978.225	1.479.400
Esferatur	9,4%	480.042	683.783
OLA	15,9%	33.386	39.307
Avantrip/Biblos	15,9%	31.563	37.881
Online (*)	9,4%	978.738	1.509.578

13. Fornecedores

Referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, dentre outros, e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Aéreo	161.203	222.563	142.267	232.332	233.588	253.341
Hotel	302.557	247.855	143.971	544.503	260.133	224.658
Marítimo	22.423	23.648	37.423	23.803	24.822	37.423
Instituições educacionais	2.261	3.253	-	2.261	3.253	1.590
Fornecedores administrativos	24.580	5.332	4.804	62.975	19.837	12.253
Outros fornecedores operacionais	41.458	9.261	1.095	155.629	163.005	37.734
Total	**554.482**	**511.912**	**329.560**	**1.021.503**	**704.638**	**566.999**

14. Empréstimos e financiamentos

Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Controladora 31/12/2019 Circulante	Não circulante	Total
Citibank (c)	USD	CVC	Brasil	jun/20	2,67% a.a	311.744	-	311.744
Total						**311.744**	**-**	**311.744**

Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Consolidado 31/12/2019 Circulante	Não circulante	Total
Citibank (c)	USD	CVC	Brasil	jun/20	2,67% a.a.	311.744	-	311.744
Galicia	ARS	Avantrip	Argentina	ago/20	22,4% a.a.	785	-	785
Total						**312.529**		**312.529**

Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Controladora 31/12/2018 (reapresentado) Circulante	Não circulante	Total
Citibank *(g)*	USD	CVC Brasil	Brasil	mar/19	LIBOR 3 meses + 2,07% a.a.	18.182	**-**	18.182
Citibank *(d)*	USD	CVC Brasil	Brasil	abr/19	LIBOR 3 meses + 0,39% a.a.	229.218	**-**	229.218
Santander *(e)*	USD	CVC Brasil	Brasil	jun/19	4,68% a.a.	68.914	**-**	68.914
Citibank *(a)*	USD	CVC Brasil	Brasil	jul/19	LIBOR 3 meses + 0,64% a.a	97.711	**-**	97.711
Bradesco *(b)*	EUR	CVC Brasil	Brasil	ago/19	1,26% a.a.	89.210	**-**	89.210
Total						**503.235**	**-**	**503.235**

Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Consolidado 31/12/2018 (reapresentado) Circulante	Não circulante	Total
Citibank *(g)*	USD	CVC Brasil	Brasil	mar/19	LIBOR 3 meses + 2,07% a.a.	18.182	**-**	18.182
Citibank *(d)*	USD	CVC Brasil	Brasil	abr/19	LIBOR 3 meses + 0,39% a.a.	229.218	**-**	229.218
Santander *(e)*	USD	CVC Brasil	Brasil	jun/19	4,68% a.a.	68.914	**-**	68.914
Citibank *(a)*	USD	CVC Brasil	Brasil	jul/19	LIBOR 3 meses + 0,64% a.a	97.711	**-**	97.711
Bradesco *(b)*	EUR	CVC Brasil	Brasil	ago/19	1,26% a.a.	89.210	**-**	89.210
Santander *(f)*	USD	Trend Viag.	Brasil	jun/19	4,39% a.a.	37.019	-	37.019
Itaú	BRL	Trend Viag.	Brasil	ago/19	1,30% a.m.	664	-	664
Itaú	BRL	Trend Viag.	Brasil	out/19	1,35% a.m.	575	-	575
Itaucard	BRL	Trend Viag.	Brasil	dez/19	1,55% a.m.	141	-	141
Galicia	ARS	Avantrip	Argentina	ago/20	22,4% a.a.	1.812	1.188	3.000
Ciudad	ARS	Avantrip	Argentina	out/19	27,0% a.a.	161	-	161
Galicia	ARS	Avantrip	Argentina	jun/20	37,5% a.a.	3.842	2.902	6.744
Supervielle	ARS	Avantrip	Argentina	abr/19	39,4% a.a.	250	-	250
Bradesco	ARS	Avantrip	Argentina	dez/19	5,50%a.a.	5.821	-	5.821
Total						**553.520**	**4.090**	**557.610**

Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Controladora 01/01/2018 (Reapresentado) Circulante	Não circulante	Total
Citibank	USD	CVC Brasil	Brasil	mar/19	LIBOR 3 meses + 2,07% a.a.	64.498	13.712	78.210
Total						**64.498**	**13.712**	**78.210**

						Consolidado		
						01/01/2018 (Reapresentado)		
Banco	**Moeda**	**Empresa**	**País**	**Vencimento**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Citibank	USD	CVC Brasil	Brasil	mar/19	Libor 3 meses + 2,07% a.a.	64.498	13.712	78.210
Banco do Brasil	BRL	Visual	Brasil	abr/20	CDI +6,15% a.a.	17.311	-	17.311
Banco do Brasil	BRL	Visual	Brasil	nov/18	CDI + 5,25% a.a.	4.245	-	4.245
BNDES S.A	BRL	Visual	Brasil	mai/18	TJLP	86	-	86
Banco Safra	BRL	Visual	Brasil	fev/18	1,19% a.m.	3.035	-	3.035
Santander	BRL	Visual	Brasil	fev/18	1,90% a.m.	1.895	-	1.895
Itaú Unibanco	BRL	Trend	Brasil	ago/19	1,30% a.m.	1.401	-	1.401
Itaú Unibanco	BRL	Trend	Brasil	out/19	1,35% a.m.	1.620	-	1.620
Itaucard	BRL	Trend	Brasil	dez/19	1,55% a.m.	320	-	320
Daycoval Leasing	BRL	Trend	Brasil	jul/18	1,52% a.m.	177	-	177
Total						**94.588**	**13.712**	**108.300**

(a) Em 6 de julho de 2018, a CVC tomou um empréstimo junto ao Citibank, com taxas de juros anual sobre o empréstimo de LIBOR 3 meses acrescido de taxa pré de 0,64% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e amortização total em 1º de julho de 2019. Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 106,5% do CDI a.a. Os recursos foram utilizados para capital de giro.
(b) Em 4 de setembro de 2018, a CVC tomou um empréstimo junto ao Banco Bradesco, com taxas de juros anual pré-fixada de 1,26% a.a., com pagamentos de juros e amortização total em 30 de agosto de 2019. Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 106,9% do CDI a.a. Os recursos foram utilizados para capital de giro.
(c) Em 1 de novembro de 2019, a CVC tomou empréstimo junto ao Banco Citibank, com taxa de juros anual pré-fixada de 2,67% a.a., e pagamentos de juros e amortização total em 01 de junho de 2020. Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 110,0% do CDI a.a.
(d) Em Abril de 2018, a CVC tomou um empréstimo junto ao Citibank, com taxas de juros anual sobre o empréstimo de LIBOR 3 meses acrescido de taxa pré de 0,39%, com pagamentos trimestrais de juros e amortização total em 23 de abril de 2019. Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 107,5% do CDI ao ano. Os recursos foram utilizados para capital de giro.
(e) Em Junho de 2018, a CVC tomou um empréstimo junto ao Santander, com taxa de juros anual sobre o empréstimo taxa pré-fixada de 4,68%, com pagamento do juros e amortização em 17 de junho de 2019 (bullet). Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 106% do CDI ao ano. Os recursos foram utilizados para capital de giro.
(f) Em Setembro de 2018, a CVC tomou um empréstimo junto ao Santander, com taxa de juros anual sobre o empréstimo taxa prefixada de 4,68%, com pagamento do juros e amortização em 17 de agosto de 2019 (bullet). Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 106% do CDI ao ano. Os recursos foram utilizados para capital de giro.
(g) Pagamentos semestrais de juros e amortização do principal a partir de 2 de março de 2016. Esta dívida foi totalmente protegida (hedge) com swap para 107,5 % do CDI ao ano. Os recursos foram utilizados para capital de giro.

Não há garantias vinculadas aos empréstimos divulgados.

15. Debêntures

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado 31/12/2019 Circulante	Não circulante	Total
2º emissão	21/11/2017	21/11/2020	107,5% do CDI	602.676	-	602.676
3º emissão	28/09/2018	13/03/2022	108,0% do CDI	2.940	199.668	202.608
4º emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	108,5% do CDI	4.483	457.673	462.156
4º emissão série 2	18/04/2019	22/04/2025	111,5% do CDI	2.407	248.973	251.380
Total				**612.506**	**906.314**	**1.518.820**

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado 31/12/2018 (Reapresentado) Circulante	Não circulante	Total
1ª emissão	03/03/2017	03/03/2019	107,5% do CDI	50.165	-	50.165
2º emissão	21/11/2017	21/11/2020	107,5% do CDI	3.757	599.508	603.265
3º emissão	28/09/2018	14/03/2022	108,0% do CDI	3.058	199.402	202.460
Total				**56.980**	**798.910**	**855.890**

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado 01/01/2018 (Reapresentado) Circulante	Não circulante	Total
1ª emissão	03/03/2017	03/03/2019	107,5% do CDI	150.548	49.913	200.461
2º emissão	21/11/2017	21/11/2020	107,5% do CDI	3.615	598.918	602.533
Total				**154.163**	**648.831**	**802.994**

1º Emissão

Em 3 de março de 2017, o Grupo realizou a 1ª Emissão de 200.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, de valor unitário de R$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R$ 200.000, com as seguintes características e condições:

Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos trimestralmente, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 3 de junho de 2017.

Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário das debêntures foi amortizado em três parcelas, sendo:

(a) 25% do Valor Nominal Unitário amortizado em 3 de junho de 2018,
(b) 50% do Valor Nominal Unitário amortizado em 3 de dezembro de 2018, e
(c) 25% do Valor Nominal Unitário amortizado em 3 de março de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, conforme cronograma, a dívida estava integralmente liquidada.

2º Emissão

Em 21 de novembro de 2017, o Grupo realizou a 2ª Emissão de 600.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, de valor unitário de R$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R$ 600.000, com as seguintes características e condições:

Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente. Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 3 anos contados a partir da sua data de emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de novembro de 2020. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 21 de maio de 2018 e 21 de novembro de 2020.

3º Emissão

Em 28 de setembro de 2018, o Grupo realizou a 3ª Emissão de 200.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, de valor unitário de R$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R$ 200.000, com as seguintes características e condições:

Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente.

Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 parcelas, vencendo-se respectivamente, em 13 de março de 2021 e 13 de março de 2022. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 13 de março de 2019 e 13 de março de 2022.

4º Emissão

Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições:

Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente.

Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª série das debêntures será amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 18 de abril de 2023.

O valor nominal unitário da 2ª série das debêntures será amortizado em duas parcelas, vencendo-se respectivamente, em 18 de abril de 2024 e 22 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 22 de abril de 2025.

O Grupo calculou os "*covenants"* financeiros atrelados aos contratos de debêntures e concluiu que não está inadimplente com essas cláusulas em 31 de dezembro de 2019.

16. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Direito de uso		
Saldo inicial em 01/01/2019	58.859	96.274
Combinação de negócios	-	12.363
Reajuste de Contrato	856	3.278
Amortização	(11.407)	(20.417)
Baixa	(61)	(3.249)
Variação cambial de conversão	-	(756)
Total em 31/12/2019	**48.247**	**87.493**
Circulante	-	-
Não circulante	48.247	87.493

. A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento		
Saldo inicial em 01/01/2019	58.859	96.274
Combinação de negócios	-	12.407
Reajuste de contrato	856	3.278
Pagamento	(12.254)	(23.167)
Juros incorridos	4.514	8.393
Baixa	(61)	(3.312)
Variação cambial de conversão	-	(507)
Total em 31/12/2019	**51.914**	**93.366**
Circulante	12.544	19.103
Não circulante	39.370	74.263

Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de pagamentos previsto (ajustado a valor presente) do saldo circulante e não circulante de passivo de arrendamento está disposto a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	12.544	19.103
2021	11.746	18.668
2022	9.955	17.754
2023	8.527	15.442
2024 e após	9.142	22.399
Total	**51.914**	**93.366**

16.2 Impactos na demonstração do resultado

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, as contraprestações de arrendamento, anteriormente registradas como despesas com ocupação, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Embora o novo pronunciamento não tenha alterado o total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, o método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos traz um efeito temporal no lucro líquido, com redução de R$ 1.142 e R$ 1.549, controladora e consolidado, respectivamente, no exercício de 2019. Em decorrência do efeito temporal no imposto de renda e na contribuição social, reconhecemos um ativo fiscal diferido que se realizará à medida que os contratos de locações se encerrarem. Para apurações tributárias - imposto de renda e contribuição social - é assegurada a neutralidade.

16.3 Maturidade dos passivos de arrendamento

	Controladora				
	2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024 e após**
Fluxo de pagamentos futuros					
Fluxo de desembolso sem AVP	12.544	11.746	9.955	8.527	9.142
Taxa média de desconto (%)	8,6%	7,5%	6,5%	6,5%	6,5%
Cenário com inflação	13.008	12.181	10.303	8.825	9.462
Taxa média de inflação (%)	3,7%	3,7%	3,5%	3,5%	3,5%

	Consolidado				
	2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024 e após**
Fluxo de pagamentos futuros					
Fluxo de desembolso sem AVP	19.103	18.668	17.754	15.442	22.399
Taxa média de desconto (%)	8,6%	7,5%	6,5%	6,5%	6,5%
Cenário com inflação	19.810	19.359	18.375	15.982	23.183
Taxa média de inflação (%)	3,7%	3,7%	3,5%	3,5%	3,5%

17. Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**3.517**	**23.868**	**3.212**	**30.597**
Adições/reversões	876	24.424	5.576	**30.876**
Pagamentos	(579)	(25.295)	-	**(25.874)**
Incorporação	3.480	353	5.652	**9.485**
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**7.294**	**23.350**	**14.440**	**45.084**
Adições/reversões	332	57.282	(8.142)	**49.472**
Pagamentos	(2.293)	(35.162)	97	**(37.358)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.333**	**45.470**	**6.395**	**57.198**

	Consolidado					
				Passivo contingente (a)		
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Tributários	Trabalhistas e Previdenciárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**8.655**	**33.320**	**8.534**	**263.648**	**84.761**	**398.918**
Adições	1.630	27.891	5.762	-	-	35.283
Pagamentos/Reversões	(857)	(29.024)	(743)	-	-	(30.624)
Combinação de negócios	91	1.535	741	-	12.605	14.972
Transferências	(633)	349	284	-	-	-
Prescrição de passivo contingente	-	-	-	(66.339)	(15.791)	(82.130)
Variação cambial de conversão	(11)	(148)	4	-	-	(155)
Atualização monetária	-	-	-	14.161	7.025	21.186
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**8.875**	**33.923**	**14.582**	**211.470**	**88.600**	**357.450**
Combinação de negócios	237	547	37.942	5.961	-	44.687
Adições	4.279	71.497	(7.859)	-	-	67.917
Pagamentos/Reversões	(2.857)	(40.080)	98	-	-	(42.839)
Reclassificação	(10)	(330)	-	-	-	(340)
Prescrição de passivo contingente	-	-	-	(50.597)	(16.474)	(67.071)
Variação cambial de conversão	385	(406)	(1.812)	-	507	(1.326)
Atualização monetária	-	-	-	5.442	7.397	12.839
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**10.909**	**65.151**	**42.951**	**172.276**	**80.030**	**371.317**

(a) Tratam-se de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios das empresas Trend, Ola, e Esferatur sobre obrigações relacionadas a IRPJ/CSLL, PIS/Cofins e ISS sobre receitas.

(b) Os processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: atrasos e cancelamento de voos, extravio e danificação de bagagem, falha ou falta da prestação de serviços, rescisão contratual (multas aplicadas, reembolso, entre outros) e alterações de roteiros e itinerários.

Passivos contingentes

A Companhia e suas controladas possuíam em 31 de dezembro de 2019 um processo de natureza tributária, o qual encontra-se em discussão em esfera administrativa, onde são discutidos a cobrança de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos períodos de 2014, 2015 e 2016, além de multas isoladas, no valor total de R$ 541.195. Tal processo apresentava prognóstico de perda possível em 31 de dezembro de 2019, e teve andamento ao longo de 2020, conforme explicado na nota explicativa 31.

Em 7 de janeiro de 2015 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal para a exigência do IRPJ e da CSLL, relativos ao exercício de 2010 a 2013, em decorrência da glosa de

despesas de amortização fiscal do ágio. O valor total do principal do auto de infração foi de R$ 127.072 e, conforme avaliação de seus assessores jurídicos e entendimento jurisprudencial, em 31 de dezembro de 2019 o processo estava encerrado e arquivado a favor da Companhia.

17.1 Depósito judicial

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018 reapresentado	2017 reapresentado	2019	2018 reapresentado	2017 reapresentado
Trabalhistas	4.569	3.133	3.395	9.826	6.878	3.395
Tributários	54.260	49.997	19.227	54.260	49.997	19.227
Cível	19.432	22.120	18.600	25.895	25.436	18.600
	78.261	**75.250**	**41.222**	**89.981**	**82.311**	**41.222**

A Administração decidiu, de forma preventiva, em 18 de outubro de 2017, propor ação judicial em face da União sobre a possível tributação dos planos de opções existentes como remuneração, defendendo a natureza mercantil do contrato. Dessa forma, foram realizados depósitos judiciais nesse exercício que totalizam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 54.261 (R$ 52.347 em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado e R$ 19.227 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado), para garantir a discussão do risco, e está apresentado dentro da rubrica “depósito judicial” no ativo não circulante no balanço.

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018 reapresentado	2019	2018 reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social das operações em continuidade	61.008	206.365	61.584	253.083
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**61.008**	**206.365**	**61.584**	**253.083**
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	**(20.743)**	**(70.164)**	**(20.939)**	**(86.048)**
Opções de ações outorgadas e reconhecidas	-	(4.147)	(92)	(4.147)
Equivalência patrimonial	(10.888)	4.977	-	165
Despesas não tributáveis/indedutíveis	(26.308)	(20.667)	(37.361)	(50.745)
Imposto diferido sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa (a)	(28.856)	-	(29.947)	-
Ajuste de alíquotas das empresas no exterior	-	-	-	(5.446)
Juros sobre capital próprio	20.331	18.159	20.331	18.159
Outros	1.552	(8.704)	4.558	(1.161)
Imposto de renda e contribuição social	**(64.912)**	**(80.546)**	**(63.449)**	**(129.223)**
Corrente	(79.229)	(92.004)	(87.894)	(139.675)
Diferido	14.317	11.458	24.445	10.452
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(64.912)**	**(80.546)**	**(63.449)**	**(129.223)**
Alíquota efetiva	**106%**	**39%**	**103%**	**51%**

(a) Refere-se ao efeito líquido do ajuste de constituição de diferido sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízo fiscal e base negativa das empresas Ola, Visual, CVC e Trend, bem como a não constituição de diferido sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da empresa Submarino Viagens.

18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão para demandas judiciais e administrativas	19.447	15.585	10.403	21.144	17.035	12.894
Provisão para bônus, PLR e ILP	10.735	23.419	14.604	10.914	26.078	17.728
Provisão para encargos financeiros no desconto de recebíveis	11.421	11.595	9.880	11.775	11.595	9.880
Instrumentos derivativos (competência)	-	530	4.890	-	530	4.890
Amortização dos ativos alocados no preço de aquisição (PPA)	-	-	-	23.026	8.804	14.025
Perda estimada para ajuste ao seu valor recuperável	16.941	9.037	-	23.223	10.080	-
Ativo diferido sobre passivo contingente (PPA)	-	-	-	79.509	111.589	118.459
Amortização do ágio e mais valia das entidades incorporadas	40.649	66.737	-	40.649	66.737	-
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	40.049	-	-	85.038	-	-
IFRS 16	1.142	-	-	1.492	-	-
Outras *(a)*	33.623	32.626	22.004	37.859	43.645	26.339
Ativo de imposto de renda diferido	**174.007**	**159.529**	**61.781**	**334.629**	**296.093**	**204.215**

(a) Inclui ativos de tributos diferidos de outras provisões não significativas individualmente.
(b) Conforme destacado na nota 3.2.

A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo (limitadas a 10 anos), e se realizará conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
2020	5.626	10.348
2021	19.028	28.940
2022	15.395	36.378
2023	-	7.682
2024	-	1.690
Ativo de imposto de renda diferido	**40.049**	**85.038**

A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2018	**61.781**	**204.215**
Efeitos no Resultado	11.458	10.452
Efeito no Patrimônio Líquido	(810)	(758)
Efeito no Patrimônio Líquido (% de aquisição READ/RF)	60.851	60.851
Outros movimentos (combinação de negócios)	26.249	21.333
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**159.529**	**296.093**
Efeitos no Resultado	14.317	24.445
Efeito no Patrimônio Líquido	-	-
Outros movimentos (combinações de negócios)	161	14.091
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**174.007**	**334.629**

O reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos estão baseados no histórico de geração de lucro tributável pela Companhia nos últimos anos.

18.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O montante de R$ 56.095 (R$ 17.465 e R$ 0 em 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2018, respectivamente - reapresentado) apresentado nas demonstrações financeiras refere-se ao imposto de renda diferido oriundo da mais valia identificada na combinação de negócios da Argentina.

19. Contas a pagar e contas a receber – Aquisição de controlada

19.1 Contas a pagar de aquisição de controlada

O saldo de contas a pagar refere-se à aquisição da Submarino Viagens. O saldo a pagar está sendo corrigido pela SELIC e descontada à taxa de 15% a.a. A movimentação do contas a pagar é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	62.086
Valores pagos no ano de 2018	(2.813)
Juros no ano de 2018	3.898
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**63.171**
Circulante	4.163
Não circulante	59.008
Valores pagos no ano de 2019	(1.858)
Juros no ano de 2019	3.747
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019	**65.060**
Circulante	3.254
Não circulante	61.806

O saldo a pagar será liquidado da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
Ano	**31/12/2019**	**31/12/2018 (reapresentado)**
2019	-	4.163
2020	3.254	4.075
2021	3.832	3.721
2022	3.663	3.557
2023 em diante	54.311	47.655
Total	**65.060**	**63.171**

19.2 Contas a receber de aquisição de controlada

Conforme cláusulas contratuais firmadas entre a Controladora e o antigo controlador da Submarino Viagens (B2W Viagens), quaisquer eventuais contingências anteriores à data de aquisição são de responsabilidade deste último. Dessa forma, além do registro das contingências em questão na referida controlada, a Administração reconheceu saldo de contas a receber no mesmo montante de R$ 1.479 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - reapresentado, (R$ 1.902 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado) e estão alocados na rubrica de outras contas a receber.

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito é de R$ 663.236 (R$ 533.448 em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado e R$ 486.370 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado), representado por 149.181.579 (146.511.872 em 31 de dezembro de 2018 e 141.700.212 em 31 de dezembro de 2017), ações ordinárias e sem valor nominal. As movimentações do capital social no período findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se à: (a) emissão de 677.500 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas no exercício, no valor de R$ 7.257 decorrente de exercícios dos planos de *stock options* e (b) emissão de 1.992.207 ações ordinárias e sem valor nominal, no valor de R$ 122.531, integralizadas com a aquisição das ações da empresa Esferatur.

A Companhia não possui um grupo controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

20.2 Opções de compra de ações

O Grupo concede remuneração na forma de pagamento com base em ações a seus principais executivos e administradores. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, assim como o uso de diversas premissas, o que depende dos termos e condições da concessão.

As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) a medida em que o serviço é prestado em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até a data de exercício.

Adicionalmente, os beneficiários devem manter o vínculo empregatício, conforme definido pelo plano de pagamento baseado em ações da Companhia anterior ao exercício da opção outorgada e

deve observar o período de *lock-up* de um ano após a data de aquisição. As opções são exercíveis em até 10 anos. Após a data da outorga, as opções, as quais os direitos de exercício tenham sido adquiridos, deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia.

20.3 Plano de incentivo

Em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o "Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações da Companhia – CVC" ("ILP CVC"), destinado aos diretores atuais e futuros da Companhia, diretores de sociedades controladas e determinados empregados da Companhia ou das sociedades controladas (gerentes com alto potencial).

Nos termos do ILP CVC, para fazer jus ao direito de receber ações restritas da Companhia, o participante, a seu exclusivo critério, deverá utilizar percentual de sua remuneração variável (PPR) para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário da B3. Tendo o participante utilizado sua remuneração variável para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário, o Conselho de Administração da Companhia conceder-lhe-á o direito de receber um número de ações restritas, sem nenhum custo ao participante, após transcorrido o período de *lock-up*, da seguinte forma: (a) caso o participante tenha utilizado até 50% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a correspondente à mesma quantidade (100%) de ações adquiridas no mercado secundário; (b) caso o participante tenha utilizado mais que 50% e até 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à 125% do número de ações adquiridas no mercado secundário; e (c) caso o participante tenha utilizado mais que 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante um número de ações restritas que será correspondente a 150% do número de ações adquiridas no mercado secundário.

Os participantes terão direito de receber as ações restritas e a Companhia terá a obrigação de transferir tais ações restritas somente após transcorrido o período de *lock-up*. Para fins do ILP CVC, o período de *lock-up* significa o período de três anos contado da data de aquisição das Ações Próprias pelo Participante, devidamente demonstrado à Companhia pelo comprovante de aquisição das ações no mercado secundário, durante o qual o participante não poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia quaisquer tais ações adquiridas no mercado secundário, sob pena de, ao final de tal período, a Companhia não transferir ao participante as ações restritas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de junho de 2017, os acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram sobre o Plano de Incentivo Baseado em Ações CEO ("ILP CEO") destinado ao Diretor Presidente da Companhia e o Plano de Incentivo Baseado em Ações CFO ("ILP CFO") destinado ao Vice-Presidente Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia.

Nos termos do ILP CEO e do ILP CFO, os executivos elegíveis terão direito, observadas determinadas condições descritas nos Planos, de receber ações restritas da Companhia de forma não onerosa. O número total máximo de ações restritas que poderão ser entregues no âmbito do ILP CEO é de 2.039.000 ações representativas do capital social total da Companhia, correspondentes a 1,5% do capital social da Companhia atual, em bases totalmente diluídas. Já o número total máximo de ações restritas que poderão ser entregues no âmbito do ILP CFO é de 274.000 ações representativas do capital social total da Companhia, correspondentes a 0,2% do capital social da Companhia atual, em bases totalmente diluídas.

O número de ações restritas a serem entregues aos participantes será determinado com base nas condições descritas no ILP CEO e ILP CFO. Tanto no ILP CEO quanto no ILP CFO serão utilizadas, para liquidação das ações restritas, ações atualmente mantidas em tesouraria ou que venham a ser adquiridas pela Companhia para tal fim no âmbito de um programa de recompra de ações, nos termos do seu estatuto social e da ICVM 567.

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações estão detalhadas abaixo:

	(Em milhares de opções)						(Em milhares de ações)			
	Plano 1	Plano 2	Plano 3	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC			-
	Tranche 1.1	Tranche 2.1 a 2.3	Tranche 3.1	Tranche 4.1 a 4.3	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	ILP CEO / CFO
01 de janeiro de 2018 (Reapresentado)	**500**	**68**	**3.783**	**672**	**1.123**	**500**	**301**	**-**	**-**	**2.949**
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	245	-	-
Exercidas	(500)	(2)	(3.783)	(284)	(262)	-	-	-	-	-
Prescritas	-	-	-	-	(94)	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**-**	**66**	**-**	**384**	**767**	**500**	**301**	**245**	**-**	**2.949**
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	359	-
Exercidas	-	(2)	-	(243)	(252)	(181)	(53)	-	-	(1.781)
Canceladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	(1.168)
31 de dezembro de 2019	**-**	**64**	**-**	**141**	**515**	**319**	**248**	**245**	**313**	**-**

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 9.865, líquido de encargos sociais (R$ 30.525 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado e R$19.038 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado).

O valor justo médio ponderado das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação "*Customized Binomial Tree Model*", está detalhado abaixo:

	Plano 1		Plano 2	Plano 3	Plano 4			Plano 5	Plano 6	ILP CVC	ILP CVC	ILP CEO/CFO
Detalhes	Tranche 1.1	Tranche 1.2	Tranche 2.1	Tranche 3.1	Tranche 4.1	Tranche 4.2	Tranche 4.3	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 1 e 2	Tranche 3	-
Data de início (primeira outorga)	03/05/2010	01/01/2010	10/11/2013	11/03/2013	10/11/2011	01/04/2013	31/10/2013	31/08/2014	09/12/2015	28/04/2017	16/05/2017	16/05/2017
Quantidade de opções - TBO (milhares)	-	-	64	-	69	-	72	515	319	493	313	-
Valor de exercício - R$	R$ 4,99	R$ 4,99	R$ 22,46	R$ 11,82	R$ 11,82	R$ 11,82	R$ 11,82	R$ 14,81	R$ 12,87	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	32,83%	47,00%	44,35%	30,58%	30,58%	30,58%	30,58%	33,75%	38,33%	36,22%	36,22%	36,22%
Inflação estimada (IPCA)	5,87%	5,87%	5,58%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo maturidade estimado	5 anos	4 anos	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	5 anos	4,4 anos	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo da opção	R$ 2,56	R$ 4,58	R$ 14,44	R$ 6,38	R$ 5,07	R$ 5,23	R$ 5,54	R$ 6,19	R$ 7,51	N/A	N/A	N/A

20.4 Reserva de lucros

20.4.1 Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social.

20.4.2 Reserva de retenção de lucros

Parcela ou totalidade do lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no estatuto social da Companhia, podem ser retidos com base em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma prevista no Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

20.5 Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de Reserva de capital é devedor em R$ 178.965 (devedor em R$ 72.998 em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado - e devedor em R$ 111.775 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado).

20.6 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Em 5 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio no valor bruto de R$ 60.352, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 cujo pagamento foi realizado em 19 de dezembro de 2018. Em 28 de maio de 2019 a parcela restante de dividendos a pagar foi liquidada. Em 11 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R$ 62.101, referente a reserva de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 cujo pagamento foi realizado em 08 de janeiro de 2020.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018
		Reapresentado
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(3.904)	125.819
Reserva legal (5%)	-	(6.291)
Base de cálculo dos dividendos	-	119.528
Dividendos mínimos (25%)	-	29.882
Juros sobre capital a pagar	(62.101)	(60.352)
Dividendos a pagar	-	3.839
Dividendo adicional proposto	-	(34.309)
Total	**62.101**	**3.839**
IR a pagar sobre JSCP	(5.608)	**-**
Saldo a pagar	**56.493**	**3.839**

Tendo em vista a inexistência de lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a retificação do pagamento de juros sobre o capital próprio realizado em 08 de janeiro de 2020, conforme aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2019, para alterar a sua base do lucro líquido apurado no exercício de 2019 para lucros de exercícios anteriores à conta da Reserva de Retenção de Lucros.

20.7 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 253.686 ações em tesouraria (1.555.158 em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado - e 11.440 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado) no montante de R$ 11.191 (R$ 77.664 em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado - e R$ 283 em 01 de janeiro de 2018 - reapresentado).

21. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das atividades, as condições e os montantes destas estão demonstrados abaixo:

21.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas

	Controladora					
	31/12/2019					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur *(b)*	-	-	49.514	-	(2.828)	27.074
Viatrix Viagens *(c)*	-	-	3.217	-	(207)	13.358
Visual Turismo *(e)*	-	-	245	-	(344)	576
Grupo Trend *(d)*	-	-	-	-	(2.653)	42.858
Esferatur *(g)*	-	-	24.296	58.815	(3.444)	49.012
Total das aquisições de partes relacionadas	**-**	**-**	**77.272**	**58.815**	**(9.476)**	**132.878**
Submarino Viagens *(l)*	356.524	-	124.008	-	-	318.365
Visual Turismo *(f)*	43.402	-	911	-	-	-
Grupo Trend *(f)*	222.448	-	21.699	-	-	-
CVC Turismo S.A.U *(h)*	1.981	-	-	-	-	-
Grupo Bibam	1.226	-	-	-	-	-
Esferatur *(f)*	2.097	-	231	-	-	-
GJP Administradora de Hotéis *(a)*	-	-	3.398	-	-	22.265
Total de op. *intercompany*	**627.678**	**-**	**150.247**	**-**	**-**	**340.630**
CVC Turismo S.A.U	-	22.896	-	-	-	-
Total de AFAC	**-**	**22.896**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**627.678**	**22.896**	**227.519**	**58.815**	**(9.476)**	**473.508**

	Consolidado				
	31/12/2019				
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur *(b)*	-	49.514	-	(2.828)	27.074
Viatrix Viagens *(c)*	-	3.217	-	(207)	13.358
Visual Turismo *(e)*	-	245	-	(344)	576
Grupo Trend *(d)*	-	-	-	(2.653)	42.858
Grupo Bibam *(i)*	319	-	15.827	-	-
Ola *(j)*	11.892	-	52.312	-	-
Esferatur *(g)*	-	24.296	58.815	(3.444)	49.012
Almundo (k)	-	9.060	-	-	303.826
	12.211	**86.332**	**126.954**	**(9.476)**	**436.704**
GJP Administradora de Hotéis *(a)*	-	3.398	-	-	22.265
Total das operações *intercompany*	**-**	**3.398**	**-**	**-**	**22.265**
Total	**12.211**	**89.730**	**126.954**	**(9.476)**	**458.969**

	Controladora					
	31/12/2018					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur *(b)*	-	-	25.029	49.328	(4.644)	4.758
Viatrix Viagens *(c)*	-	-	10.929	5.439	(885)	4.651
Visual Turismo *(e)*	-	-	2.823	9.567	(27)	1.761
Grupo Trend *(d)*	-	-	25.121	1.900	(5.433)	6.156
Total das aquisições de partes relacionadas	**-**	**-**	**63.902**	**66.234**	**(10.989)**	**17.326**
Submarino Viagens *(f)*	199.045	-	33.367	-	-	25.627
Visual Turismo (f)	27.053	-	10.867	-	-	-
Grupo Trend *(f)*	83.525	-	8.462	-	-	-
GJP Administradora de Hotéis *(a)*	-	-	1.755	-	-	29.762
Total das operações *intercompany*	**309.623**	**-**	**54.451**	**-**	**-**	**55.389**
CVC Turismo S.A.U. *(h)*	-	46.698	-	-	-	-
Grupo Trend *(d)*	-	174.933	-	-	-	-
Total de empréstimos à controladas	**-**	**221.631**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**309.623**	**221.631**	**118.353**	**66.234**	**(10.989)**	**72.715**

	Consolidado				
	31/12/2018				
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur *(b)*	-	25.029	49.328	(4.644)	4.758
Viatrix Viagens *(c)*	-	10.929	5.439	(885)	4.651
Visual Turismo *(e)*	-	2.823	9.567	(27)	1.761
Grupo Trend *(d)*	-	25.122	1.900	(5.433)	6.156
Grupo Bibam *(i)*	110	-	3.827	-	-
Ola *(j)*	6.963	3.874	59.219	-	-
Total de aquisição de partes relacionadas	**7.073**	**67.777**	**129.280**	**(10.989)**	**17.326**
GJP Administradora de Hotéis *(a)*	-	1.755	-	-	29.762
Total de operações intercompany	**-**	**1.755**	**-**	**-**	**29.762**
Total (Reapresentado)	**7.073**	**69.532**	**129.280**	**(10.989)**	**47.088**

	Controladora					
	01/01/2018 (reapresentado)					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur *(b)*	-	-	25.144	49.328	(9.501)	136.972
Viatrix Viagens *(c)*	-	-	10.270	9.865	(2.786)	21.893
Visual Turismo *(e)*	-	-	10.043	4.325	-	-
Grupo Trend *(d)*	-	8.032	-	37.706	(483)	-
Total das aquisições de partes relacionadas	**-**	**8.032**	**45.457**	**101.224**	**(12.770)**	**158.865**
CVC Serviços Agência de Viagens Ltda	-	-	-	-	-	55.076
READ Serviços Turísticos	67.013	-	293	-	-	-
Submarino Viagens *(f)*	65.071	-	9.573	-	-	-
Visual Turismo (f)	16	-	34	-	-	63.202
Viatrix Viagens	19.900	-	-	-	-	-
Grupo Trend *(f)*	50.403	-	-	-	-	-
GJP Administradora de Hotéis *(a)*	4	-	2.653	-	-	23.794
Total das operações *intercompany*	**202.407**	**-**	**12.553**	**-**	**-**	**142.072**
Total	**202.407**	**8.032**	**58.010**	**101.224**	**(12.770)**	**300.937**

	Consolidado					
	01/01/2018 (reapresentado)					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur *(b)*	-	-	25.144	49.328	(9.501)	136.972
Viatrix Viagens *(c)*	-	-	10.271	9.865	(2.786)	21.893
Visual Turismo *(e)*	-	-	10.042	4.325	-	-
Grupo Trend *(d)*	-	8.032	-	37.706	(483)	-
Total das aquisições de partes relacionadas	**-**	**8.032**	**45.457**	**101.224**	**(12.770)**	**158.865**
GJP Administradora de Hotéis *(a)*	-	-	2.653	-	-	23.794
Total das operações *intercompany*	**-**	**-**	**2.653**	**-**	**-**	**23.794**
Total	**-**	**8.032**	**48.110**	**101.224**	**(12.770)**	**182.659**

(a) Refere-se ao contas a pagar relacionado à reserva de quartos em hotéis. A GJP Administradora de Hotéis é considerada como parte relacionada, tendo em vista que é controlada indireta de uma holding que detém ações do Grupo.
(b) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital do Grupo Duotur, que vem sendo corrigido com base em 100% da taxa CDI com vencimento até 2020. O Grupo considerou esta aquisição como uma transação com partes relacionadas tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.
(c) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Viatrix, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2021. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.
(d)Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital do Grupo Trend, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2022. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores do Grupo são atuais acionistas.
(e) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Visual, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2022. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os atuais diretores da Visual são ex-acionistas.
(f) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a Controladora e suas controladas.
(g) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Esferatur, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2024. O Grupo considerou esta aquisição como uma transação com partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.
(h) Referem-se a despesas com a Diretoria do Grupo Bibam e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo.
(i) Valor referente a opções de venda e compra das empresas Avantrip/Biblos. Maiores detalhes dispostos na nota 10.
(j) Valor referente a opções de venda e compra da empresa Ola. Maiores detalhes dispostos na nota 10.
(k) Refere-se ao contas a pagar pelo preço de compra (holdback), com vencimento em abril/20. Maiores detalhes dispostos na nota 10.
(l) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos e conta corrente entre a Controladora e suas controlada a valor de custo e aporte de capital.

21.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018 reapresentado
Salários e outros benefícios de curto prazo	59.883	73.328
Pagamentos baseados em ações	41.856	62.856
Total	**101.739**	**136.184**

22. Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aéreas, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de turismo.

23. Receita líquida de intermediação

A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
		Reapresentado		Reapresentado
Doméstico (a)	576.856	613.566	841.918	888.811
Internacional (a)	521.776	363.798	720.235	592.742
Cruzeiro marítimos (a)	12.771	15.000	98.496	21.616
Receita bruta de serviços (“agente”)	**1.111.403**	**992.364**	**1.660.649**	**1.503.169**
Fretamentos (b)	181.592	145.312	181.593	145.312
Receita bruta de serviços (“principal”)	**181.592**	**145.312**	**181.593**	**145.312**
Receita bruta de serviços	**1.292.995**	**1.137.676**	**1.842.242**	**1.648.481**
Impostos sobre venda	(90.538)	(69.540)	(132.786)	(116.456)
Receita líquida de serviços	**1.202.457**	**1.068.136**	**1.709.456**	**1.532.025**

(a) Receita de intermediação em que a companhia atua como agente. Maiores informações vide nota 2.11.
(b) Receita de intermediação em que a companhia atua como principal. Maiores informações vide nota 2.11.

24. Custos e despesas operacionais

24.1 Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018 Reapresentado	2019	2018 Reapresentado
Custo casco navio	(73.548)	(71.689)	(73.548)	(71.689)
Taxas portuárias	(23.451)	(22.733)	(23.451)	(22.733)
Taxa de serviços	(15.991)	(11.771)	(15.991)	(11.771)
Outros	(26.611)	(18.635)	(26.611)	(18.635)
Total	**(139.601)**	**(124.828)**	**(139.601)**	**(124.828)**

24.2 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018 Reapresentado	2019	2018 Reapresentado
Pessoal	(234.645)	(244.665)	(493.813)	(460.449)
Serviços de terceiros *(a)*	(189.492)	(149.849)	(316.537)	(227.076)
Taxa de cartão de crédito	(70.806)	(62.256)	(104.754)	(87.468)
Depreciação e amortização	(80.731)	(60.272)	(151.856)	(113.725)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(37.954)	(25.609)	(47.807)	(37.585)
Outros	(175.117)	(61.141)	(178.586)	(33.867)
Total	**(788.745)**	**(603.792)**	**(1.293.353)**	**(960.170)**
Despesas de vendas	(178.481)	(164.184)	(291.630)	(235.062)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(37.954)	(25.609)	(47.807)	(37.585)
Despesas gerais e administrativas	**(411.093)**	**(362.000)**	**(825.710)**	**(692.040)**
Despesas gerais e administrativas	(330.362)	(301.728)	(673.854)	(578.315)
Depreciação e amortização	(80.731)	(60.272)	(151.856)	(113.725)
Outras receitas operacionais (b)	66.395	5.544	188.522	98.171
Outras despesas operacionais *(c)*	(227.612)	(57.543)	(316.728)	(93.654)
Total	**(788.745)**	**(603.792)**	**(1.293.353)**	**(960.170)**

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros.
(b) Inclui receitas advindas da prescrição de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios, reversões de earnouts fora do período de mensuração de combinação de negócios, sign bônus, entre outras receitas pulverizadas.
(c) O Grupo registrou como outras despesas operacionais, perdas efetivas e a incorrer no montante total de R$ 143.250. Esse valor refere-se as perdas incorridas nas operações mantidas com a Avianca Brasil relativas a: reembolso com passageiros referente a vendas canceladas, gastos extras com reacomodações realizadas em outras cias aéreas, baixa de ativos em aberto e contingências cíveis de processos de danos morais e materiais citados dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, foi estimada uma perda relacionada a cancelamentos de embarques futuros os quais serão objeto de reembolso cujo montante está contemplado na perda mencionada acima.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras		Reapresentado		Reapresentado
Encargos financeiros *(a)*	(111.232)	(92.696)	(131.209)	(102.997)
Taxa de serviços financeiros *(b)*	(80.744)	(80.815)	(84.269)	(84.333)
Juros das aquisições	(12.609)	(15.525)	(12.609)	(15.525)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(5.392)	(4.441)	(7.967)	(6.582)
Juros passivos – IFRS 16	(4.514)	-	(8.393)	-
Outros	(7.725)	(6.965)	(16.864)	(33.032)
Total de despesas financeiras	**(222.216)**	**(200.442)**	**(261.311)**	**(242.469)**
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	8.837	2.262	8.861	3.435
Juros ativos	22.098	32.460	24.147	30.529
Outros	4.445	27.103	4.863	29.985
Total de receitas financeiras	**35.380**	**61.825**	**37.871**	**63.949**
Variação cambial, líquida	5.756	(9.172)	8.522	(15.909)
Despesas financeiras, líquidas	**(181.080)**	**(147.789)**	**(214.918)**	**(194.429)**

(a) Referem-se a juros de empréstimos, debêntures e tarifas bancárias.
(b) Refere-se a taxa de desconto sobre venda de a prazo de recebíveis para instituições financeiras.

26. Lucro por ação

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018
		Reapresentado
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(3.904)	125.819
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	146.847	144.855
(Prejuízo) Lucro por ação - básico (R$)	**(0,03)**	**0,87**
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares de ações)	146.847	144.855
Efeito da diluição: Pagamento baseado em ações (milhares de ações)	2.195	2.500
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição (em milhares de ações)	**149.042**	**147.355**
(Prejuízo) Lucro por ação - diluído (R$)	**(0,03)**	**0,85**

Média ponderada de ações ordinárias (básico)	
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	144.956.714
Efeito das ações emitidas relativas a combinações de negócios	1.528.268
Efeito das opções de ações exercidas	71.432
Efeito das ações emitidas no decorrer de 2019	290.193
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	**146.846.607**
Média ponderada de ações ordinárias (diluído)	
Média ponderada de ações ordinárias (básico)	146.846.607
Efeito das opções de ações ao serem exercidas	2.194.904
Média ponderada de ações ordinárias (diluído)	**149.041.511**

27. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (reapresentado).

	Controladora								
	31/12/2018 (reapresentado)	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Combinações de negócios	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos - Circulante	**503.235**	(502.725)	(11.404)	11.302	308.316	3.020	-	-	**311.744**
Debêntures – Circulante	**56.980**	(62.891)	(63.716)	80.516	709.021	-	-	(107.404)	**612.506**
Debêntures - Não circulante	**798.910**	-	-	-	-	-	-	107.404	**906.314**
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	**4.163**	-	-	-	-	-	-	(909)	**3.254**
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	**59.008**	(1.858)	-	3.747	-	-	-	909	**61.806**
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas – Circulante	**63.902**	-	-	-	-	-	-	13.370	**77.272**
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas - Não circulantes	**66.234**	(116.851)	(1.706)	8.862	-	-	115.646	(13.370)	**58.815**
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	**(18.928)**	36.578	(11.624)	(8.704)	2.954	3.219	-	-	**3.495**
Passivo de arrendamento	**-**	(12.254)	-	4.514	-	59.654	-	-	**51.914**
Total	**1.533.504**	(660.001)	(88.450)	100.237	1.020.291	65.893	115.646	-	**2.087.120**

	Consolidado								
	31/12/2018 (reapresentado)	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Combinações de negócios	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos - Circulante	**553.520**	(559.885)	(13.880)	15.669	311.040	1.975	-	4.090	**312.529**
Empréstimos e financiamentos – Não circulante	**4.090**	-	-	-	-	-	-	(4.090)	**-**
Debêntures – Circulante	**56.980**	(62.891)	(63.715)	80.515	709.021	-	-	(107.404)	**612.506**
Debêntures - Não circulante	**798.910**	-	-	-	-	-	-	107.404	**906.314**
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	**4.163**	-	-	-	-	-	-	(909)	**3.254**
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	**59.008**	(1.858)	-	3.747	-	-	-	909	**61.806**
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas – Circulante	**67.777**	-	-	-	-	-	9.060	9.495	**86.332**
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas - Não circulantes	**129.280**	(116.852)	(1.705)	8.862	-	1.218	115.646	(9.495)	**126.954**
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	**(19.476)**	36.862	(12.329)	(5.918)	2.205	3.220	-	-	**4.564**
Passivo de arrendamento	**-**	(23.167)	-	8.393	-	95.733	12.407	-	**93.366**
Total	**1.654.252**	**(727.791)**	**(91.629)**	**111.268**	**1.022.266**	**102.146**	**137.113**	**-**	**2.207.625**

	Controladora								
	01/01/2018 (reapresentado)	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Combinações de negócios	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2018 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos - Circulante	**64.498**	(71.197)	(4.677)	43.204	457.695	-	-	13.712	**503.235**
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	**13.712**	-	-	-	-	-	-	(13.712)	**-**
Debêntures - Circulante	**154.163**	(150.000)	(52.554)	55.450	200.000	-	-	(150.079)	**56.980**
Debêntures - Não circulante	**648.831**	-	-	-	-	-	-	150.079	**798.910**
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	**4.073**	-	-	-	-	-	-	90	**4.163**
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	**58.013**	-	(2.813)	3.898	-	-	-	(90)	**59.008**
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Circulante	**45.457**	-	-	-	-	-	-	18.445	**63.902**
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Não circulantes	**101.216**	(13.979)	(11.093)	11.625	-	(3.090)	-	(18.445)	**66.234**
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	**12.833**	(16.339)	(5.003)	(7.968)	(1.087)	(1.364)	-	-	**(18.928)**
Total (reapresentado)	**1.102.796**	**(251.515)**	**(76.140)**	**106.209**	**656.608**	**(4.454)**	**-**	**-**	**1.533.504**

	Consolidado								
	01/01/2018 (reapresentado)	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Combinações de negócios	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2018 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos - Circulante	**94.588**	(100.576)	(7.543)	44.287	498.507	633	14.002	9.622	**553.520**
Empréstimos e financiamentos – Não circulante	**13.712**	-	-	-	-	-	-	(9.622)	**4.090**
Debêntures - Circulante	**154.163**	(150.000)	(52.554)	55.450	200.000	-	-	(150.079)	**56.980**
Debêntures - Não circulante	**648.831**	-	-	-	-	-	-	150.079	**798.910**
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	**4.073**	-	-	-	-	-	-	90	**4.163**
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	**58.013**	-	(2.813)	3.898	-	-	-	(90)	**59.008**
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Circulante	**45.457**	-	-	-	-	-	3.874	18.446	**67.777**
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Não circulantes	**101.216**	(13.979)	(11.093)	11.627	17.684	(3.090)	45.361	(18.446)	**129.280**
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	**12.661**	(18.566)	(5.003)	(8.244)	(1.154)	830	-	-	**(19.476)**
Total (reapresentado)	**1.132.714**	**(283.121)**	**(79.006)**	**107.018**	**715.037**	**(1.627)**	**63.237**	**-**	**1.654.252**

28. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
		reapresentado		reapresentado
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Passivo de arrendamento *(a)*	59.654	-	95.733	-
Redução de dívida – aquisição de partes relacionadas / investimento *(b)*	-	(3.090)	-	(3.090)
Combinação de negócios *(c)*	115.646	-	137.113	63.237
Outros resultados abrangentes *(d)*	3.219	2.476	6.413	1.463
Incorporação (e)	-	(1.364)	-	-
Juros partes relacionadas (f)	3.020	-	-	-
Total	**181.539**	**(1.978)**	**239.259**	**61.610**

(a) Valor referente a saldos de contratos de aluguel - IFRS 16, vide nota explicativa 16.
(b) Valor referente a pagamento da aquisição da empresa Ola S.A. Esse valor foi liquidado através de aumento de capital da holding CVC Turismo S.A.U./ Valor referente a earn-out, Visual Turismo (jun/2018).
(c) Valor referente às aquisições de controladas.
(d) Valor referente à variação de conversão das controladas: Avantrip, Biblos e Ola S.A. e resultado líquido de hedge de fluxo de caixa.
(e) Saldo referente incorporação da empresa Experimento
(f) Valor referente juros de debêntures de partes relacionadas

29. Seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros em face dos riscos que envolvem entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no exercício de vigência das apólices.

Tipo	31/12/2019
Risco civil	74.899
Responsabilidade civil administradores e diretores	95.109
Riscos gerais/cíveis	673.023
Total	**843.031**

30. Segmento reportáveis

Em decorrências às recentes aquisições na Argentina, o Grupo e suas controladas reavaliaram os requerimentos descritos no CPC 22/IFRS 8 – Informações por Segmentos e entenderam que a melhor forma de avaliação das naturezas e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que está envolvida e os ambientes econômicos em que operam é o geográfico, sendo feita a abertura, portanto, por Brasil e Argentina.

	31/12/2019		
	Brasil	**Argentina**	**Consolidado**
Receita líquida de vendas	1.580.986	128.470	1.709.456
Custo dos serviços prestados	(139.601)	-	(139.601)
Lucro Bruto	**1.441.385**	**128.470**	**1.569.855**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(304.226)	(35.211)	(339.437)
Despesas gerais e administrativas	**(700.616)**	**(125.094)**	**(825.710)**
Despesas gerais e administrativas	(568.242)	(105.612)	(673.854)
Depreciação e amortização	(132.374)	(19.482)	(151.856)
Outras despesas operacionais	(139.531)	11.325	(128.206)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**297.012**	**(20.510)**	**276.502**
Resultado financeiro	(204.774)	(10.144)	(214.918)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**92.238**	**(30.654)**	**61.584**
Imposto de renda e contribuição social	**(91.307)**	**27.858**	**(63.449)**
Corrente	(88.571)	677	(87.894)
Diferido	(2.736)	27.181	24.445
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**931**	**(2.796)**	**(1.865)**
Atribuído a acionistas controladores	476	(4.380)	(3.904)
Atribuído a acionistas não controladores	455	1.584	2.039

	31/12/2018 (reapresentado)		
	Brasil	**Argentina**	**Consolidado**
Receita líquida de vendas	1.513.036	18.989	1.532.025
Custo dos serviços prestados	(124.828)	-	(124.828)
Lucro Bruto	**1.388.208**	**18.989**	**1.407.197**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(268.264)	(4.383)	(272.647)
Despesas gerais e administrativas	**(670.481)**	**(21.559)**	**(692.040)**
Despesas gerais e administrativas	(561.384)	(16.931)	(578.315)
Depreciação e amortização	(109.097)	(4.628)	(113.725)
Equivalência patrimonial	485	-	485
Outras despesas operacionais	5.724	(1.207)	4.517
Lucro antes do resultado financeiro	**455.672**	**(8.160)**	**447.512**
Resultado financeiro	(185.381)	(9.048)	(194.429)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**270.291**	**(17.208)**	**253.083**
Imposto de renda e contribuição social	**(131.536)**	**2.313**	**(129.223)**
Corrente	(139.675)	-	(139.675)
Diferido	8.139	2.313	10.452
Lucro líquido das operações em continuidade:	**138.755**	**(14.895)**	**123.860**
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	(459)	-	(459)
Lucro líquido do exercício	**138.296**	**(14.895)**	**123.401**
Atribuído a acionistas controladores	135.620	(9.801)	125.819
Atribuído a acionistas não controladores	2.676	(5.094)	(2.418)

31. Eventos subsequentes

31.1. Repactuação de dívida

Em 05 de março de 2020, a Companhia concluiu uma operação de repactuação de dívida junto ao Citibank, onde o empréstimo existente em 31 de dezembro de 2019 no valor de USD 77 milhões, com SWAP a 110% do CDI, teve um incremento de principal para USD 90 milhões, agora com SWAP a CDI + 1,5%, e o vencimento original prorrogado de junho de 2020, para pagamento em uma parcela de USD 13 milhões em dezembro de 2022 e duas parcelas de USD 38,5 milhões em junho de 2022 e 2023.

Tal operação contribuiu para uma entrada adicional de caixa imediata, bem como melhora do fluxo de caixa de curto prazo, com a prorrogação dos prazos de vencimento.

31.2. Alteração no rating da Companhia

Em 08 de julho de 2020, a Administração da Companhia recebeu comunicação da agência de rating Standard & Poor´s sobre a atribuição do rating brCCC-, com perspectiva negativa para a Companhia.

31.3. Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”)

Em 03 de julho de 2020, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo realizadas, em vista das matérias em deliberação, assembleias de cada série, bem como assembleia de ambas a séries.

Foi solicitado perdão temporário (*waiver)* quanto ao eventual não cumprimento de obrigações não pecuniárias em função do atraso na entrega das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e de 31 de marco de 2020. A maioria dos debenturistas presentes em cada assembleia decidiu pela suspensão dos trabalhos das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, para que a Companhia possa proporcionar maiores informações aos debenturistas incluindo suas demonstrações financeiras.

As referidas Assembleias Gerais de Debenturistas foram retomadas em 7 de agosto de 2020 e, novamente, a maioria dos debenturistas presentes em cada assembleia decidiu pela suspensão dos trabalhos das respectivas assembleias, para que a Companhia possa proporcionar maiores informações aos debenturistas incluindo suas demonstrações financeiras.

As referidas Assembleias Gerais de Debenturistas serão retomadas em 4 de setembro de 2020.

31.4 Processo de capitalização da Companhia

Em 09 de julho de 2020, a Administração da Companhia comunicou ao mercado que foi aprovado o aumento do capital social de, no mínimo, R$ 200.000 e, no máximo, R$ 301.740, mediante de emissão de até 23.500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações”) para subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado (“Aumento de Capital”), com prazo de exercício do direito de preferência iniciando em 15 de julho de 2020 e encerrando em 13 de agosto de 2020.

Como vantagem adicional aos subscritores de Ações no Aumento de Capital, será atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada Ação subscrita. Na hipótese de subscrição integral do Aumento de Capital, e exercício da totalidade dos bônus de subscrição até o seu vencimento, a Companhia poderá ter um aumento de capital adicional de até R$ 401.314, com prazo de exercício iniciando em 1 de dezembro de 2020 e encerrando em 29 de janeiro de 2021.

Em 18 de agosto de 2020, a Administração da Companhia comunicou aos acionistas o encerramento do período para exercício do direito de preferência e a abertura do prazo para a subscrição de sobras, anunciando, ainda, que (i) conforme informações fornecidas pelo agente escriturador das ações da Companhia, até 13 de agosto de 2020 foram subscritas 20.954.612 novas Ações, totalizando o montante de R$ 269.057; (ii) durante o período de 19 de agosto de 2020 a 25 de agosto de 2020, os subscritores que manifestaram interesse terão direito de subscrever as sobras das ações ainda não subscritas; e (iii) uma vez que já foi verificada a subscrição de novas Ações superior à quantidade mínima e ao valor mínimo do Aumento de Capital, findo o período de rateio de sobras, o Conselho de Administração da CVC poderá, a seu exclusivo critério, aprovar a homologação parcial do Aumento de Capital.

Em 27 de agosto de 2019 foi encerrada a primeira rodada de distribuição das sobras, tendo sido subscritas 2.032.646 das ações, restando para a segunda e última rodada de subscrição de sobras 512.742 ações, equivalente a 2.2% restantes.

31.5 Impacto da pandemia de COVID-19

Conforme é de amplo conhecimento, a pandemia de Covid-19 teve grande impacto sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e nas receitas da Companhia. Nesse contexto, conforme divulgado em 23 de março e 23 de abril de 2020, a CVC vem tomando uma série de medidas voltadas à preservação de sua saúde financeira, abaixo resumidas, sendo que a Companhia continuará avaliando medidas adicionais para a preservação da sua saúde financeira:

a. Clientes: A Companhia tem buscado acomodar as necessidades de seus clientes, oferecendo opções de remarcação de viagens e/ou crédito para os clientes com viagens planejadas para períodos próximos e que não poderão ser realizadas. Esse apoio é oferecido tanto pela nossa rede – que atualmente possui aproximadamente 979 lojas abertas, de um total aproximado de 1.400 lojas – como também pelos nossos agentes parceiros e pelos canais de atendimento telefônico e digital. Nos casos em que o reembolso de passagens aéreas é possível, encaminhamos solicitações às companhias aéreas, que têm prazo de até 12 (doze) meses para devolução dos valores ao consumidor, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020. Tal medida provisória está sujeita a sua conversão em lei.

Para hospedagem e outros serviços, a eventual devolução de valores deve ocorrer no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de encerramento do estado de calamidade pública decretado pelo Governo Federal, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020. Tal medida provisória está sujeita à sua conversão em lei;

b. Colaboradores e parceiros: A Companhia está operando normalmente. Foram implementadas as medidas planejadas para garantir o bem-estar e a segurança dos nossos colaboradores, principalmente a possibilidade de trabalho remoto para a totalidade do time; e

c. Saúde Financeira: A Companhia implementou com sucesso todas as medidas anteriormente anunciadas para a preservação da sua saúde financeira e iniciou o planejamento das atividades para retomada dos negócios, incluindo o desenvolvimento e aprofundamento de parcerias comerciais e a evolução das ferramentas digitais e de relacionamento com os clientes. Adicionalmente, com as medidas de redução implementadas, os gastos mensais recorrentes da Companhia (folha de pagamento, tributos, investimentos em projetos prioritários e juros da dívida) foram reduzidos para uma média mensal de R$ 52.000 ao longo do segundo trimestre de 2020.

Não obstante as medidas acima mencionadas, até o presente momento foram identificados impactos relevantes relacionados aos efeitos da pandemia de Covid-19 nas atividades da Companhia no primeiro trimestre de 2020, conforme segue:

a. *Impairment*. A redução significativa nas operações da Companhia e de suas controladas ao longo de 2020, aumento nos custos de captação de recursos ao longo do período de pandemia, e as perspectivas relacionadas à retomada das atividades do setor de viagens e turismo indicam impossibilidade de recuperação de certos ativos, levando à necessidade de registro de provisão para *impairment* no primeiro trimestre de 2020, em valor aproximado entre R$ 400.000 e R$ 600.000, referentes a ativos intangíveis originados na aquisição de empresas, principalmente na Argentina. Os valores apresentados ainda são estimativas provisórias sujeitas a alterações na medida que a Companhia concluir as informações trimestrais de 31 de março de 2020.

b. Reversão de impostos diferidos ativos. Também associada a redução significativa das operações da Companhia e controladas, e a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, levou à necessidade de registro de provisão para perda de créditos fiscais diferidos no primeiro trimestre de 2020 relativos a prejuízos acumulados e diferenças temporárias que, no atual cenário, dificilmente serão utilizados em um período razoável (embora possam ainda ser utilizados no futuro) no valor aproximado de R$ 335.000. Esta provisão poderá ser revertida a qualquer momento, em função da realização do aumento de capital mencionado na Nota 31.4 e de que sejam assegurados novos financiamentos para fazer frente aos R$ 602.676 de vencimentos de debentures previstos para novembro 2020, conforme mencionado na nota 15.

c. Gastos com cancelamentos e reembolsos de viagens futuras. O atual cenário do segmento de viagens e turismo impôs à Companhia volume maior de cancelamentos de viagens, que atingiram R$ 96.000 até 30 de junho de 2020. Estes cancelamentos geraram perdas relativas a valores já pagos pela Companhia e que não são recuperáveis (relacionados, por exemplo, a comissões de vendas e tarifas de financeiras e cartões de crédito) de aproximadamente R$ 13.000.

Adicionalmente, a Companhia incorreu em custos de aproximadamente R$ 4.000 referentes à repatriação de passageiros durante a pandemia de Covid-19.

d. Aumento da inadimplência. O atual cenário econômico gerou um incremento da inadimplência de clientes da Companhia no primeiro trimestre de 2020 que atualmente trará um aumento na provisão para devedores duvidosos de R$ 72.000, relativos a saldos em aberto a receber de clientes e franquias, com baixa expectativa de recuperação.

e. Outras Perdas. O atual cenário relativo ao segmento de viagens e turismo impôs à Companhia perdas relacionadas a contratos com fornecedores que contemplam créditos para utilização futura, originados a partir de pagamentos antecipados de acordo com a condições contratuais de pagamento que estão em linha com as práticas usuais de mercado e que já foram efetuados (relativos, por exemplo, a um pequeno número de hotéis no exterior, companhias aéreas e navios) de aproximadamente R$ 16.000.

Adicionalmente, a Companhia atualmente possui um saldo de aproximadamente R$ 380.000 junto a companhias aéreas, referentes a bilhetes já pagos e que podem gerar perdas adicionais caso alguma companhia aérea encerre suas operações sem honrar ou transferir estes bilhetes para outra empresa. Todavia, não é possível no presente momento estimar o potencial de perda envolvido.

31.6 Processo administrativo referente a dedutibilidade de ágio

Em 27 de maio de 2020, os membros da 12ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil, decidiram por unanimidade de votos, julgar procedente em parte a impugnação impetrada pela Companhia no curso do processo de auto de infração de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos períodos de 2014, 2015 e 2016, cujo valor original era de R$ 541.195, mencionado na Nota 17. Esta decisão cancelou os lançamentos relativos à amortização de ágio, juros sobre capital próprio (JSCP) e qualificação das multas aplicadas, mantendo, no entanto, a cobrança referente a glosas de amortização de earn out, despesas financeiras e agravamento da multa de ofício, bem como as multas isoladas. Tais fatos contribuíram para a redução da exposição fiscal nesse processo para R$ 85.107. A Companhia elaborou Recurso Voluntário protocolado em 30 de julho de 2020, e segue com estimativa de perda possível para o saldo remanescente.

CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 10.760.260/0001-19

NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 023310

ANEXO À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2020

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A**., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 31 de agosto de 2020, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, que deverá levar em consideração a identificação de erros em reconciliações contábeis mencionadas no Relatório da Administração e na nota explicativa 4 (ii) das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019.

Doris Beatriz França Wilhelm
Presidente

Décio Magno Andrade Stochiero
Membro do Conselho

Sergio Citeroni
Membro do Conselho

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO, brasileiro, casado, historiador, portador da cédula de identidade RG nº 2.735.214-54 SSP/BA, regularmente inscrito no CPF/ME sob o nº 291.647.615-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Presidente da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n°10.760.260/0001- 19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

MAURICIO TELES MONTILHA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.785.317-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 048.273.028-55, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, 501, 8º andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n°10.760.260/0001- 19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Santo André, 31 de agosto de 2020.

_____

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO

_____

MAURICIO TELES MONTILHA

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO, brasileiro, casado, historiador, portador da cédula de identidade RG nº 2.735.214-54 SSP/BA, regularmente inscrito no CPF/ME sob o nº 291.647.615-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Presidente da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n°10.760.260/0001- 19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia.

MAURICIO TELES MONTILHA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.785.317-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 048.273.028-55, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, 501, 8º andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n°10.760.260/0001- 19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia.

Santo André, 31 de agosto de 2020.

_____

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO

_____

MAURICIO TELES MONTILHA